



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: MILTON LEITE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 16 DE JUNHO DE 2012

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) - Bom dia a todos.

Quero declarar presentes os Srs. Vereadores Aníbal de Freitas, Atílio Francisco, que vai presidir esta audiência pública, e Antonio Donato.

Declaro abertos os trabalhos da 10ª audiência pública da Comissão de Finanças, no ano de 2012, tendo por objetivo discutir o Projeto de Lei 166/2012, de autoria do Executivo, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013, a LDO.

Foram convidados os Secretários Municipais de Saúde, de Educação, de Assistência e Desenvolvimento Social, de Habitação, de Transporte, de Serviços e de Infraestrutura.

Já temos presente nossa Secretária Municipal da Educação, a Dra. Célia Regina Guidon Falótico.

Informo também que esta reunião está sendo transmitida por meio do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, *link* Auditórios On-Line.

Vou chamar para compor a Mesa os nobres Vereadores Aníbal de Freitas e Antonio Donato. A nobre Secretária já está assentada ao meu lado, a Dra. Célia Regina Guidon.

Também quero citar algumas representações: Sra. Maria José Silva, Presidente da FACESP - Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo; Sra. Maria dos Anjos, Conselho Gestor da UBS Jardim Vera Cruz; o CEU da Cidade de M'Boi Mirim; Sr. Antônio Pedro de Souza, Presidente da Federação Paulistana das Associações Comunitárias e também a Sra. Nilda Neves, Coordenadora da Frente das Entidades Comunitárias de M'Boi Mirim.

Quero dar prosseguimento, dizendo que havíamos marcado para as 11h, mas achamos por bem dar uma tolerância e vamos dar início imediatamente à audiência pública, no que tange a um assunto da Pasta de Educação.

Gostaria que a Doutora Célia se apresentasse, ela que é a nova Secretária de

Educação do Município de São Paulo.

Bom dia, Doutora, é um prazer tê-la conosco.

A SRA. CÉLIA REGINA GUIDON FALÓTICO - Bom dia a todos e a todas.

É um prazer estar aqui com os senhores para prestar os esclarecimentos que forem necessários para que a população da cidade tenha as informações indispensáveis ao acompanhamento da execução das atividades mais importantes que são realizadas pela Prefeitura.

No caso da Pasta da Educação, nós estamos aqui para falar um pouquinho a respeito do que vem sendo feito na Pasta, das metas que são prioritárias à Administração e, obviamente, a seguir, estaremos à disposição para responder as dúvidas e os questionamentos que, por acaso, forem formulados a nós.

Gostaria de informar aos senhores, inicialmente, que a Secretaria tem, em seu plano de trabalho, um plano de obras para expansão da rede física, com vista às metas mais importantes de atendimento e acomodação da demanda de Educação Infantil e Ensino Fundamental, que são as responsabilidades do Município.

Só para que os senhores tenham uma informação, já concluímos, de 2005 até agora, 291 unidades; temos 72 prédios em fase de construção e 94 já contratados, aguardando início; até o final desse plano de obras, teremos entregado para a população 556 novos prédios escolares. Esses prédios são destinados a Centros de Educação Infantil para crianças de zero a três anos e 11 meses; EMEIs, que são as Escolas Municipais de Educação Infantil, para crianças de quatro e cinco anos; e EMEFs, Escolas Municipais de Ensino Fundamental, para crianças de seis a 15 anos de idade.

Além disso, esse plano de obras prevê a substituição de prédios, anualmente analisados pela equipe de Siurb, do Departamento de Edificações, que necessitam de obras de grande porte para a escola ali existente poder continuar funcionando.

Como o Ensino Fundamental, na área de Educação Infantil, já tem mais de 75 anos

de existência, temos prédios muito antigos que, obviamente, apesar de já terem sido reformados, precisam hoje de uma nova estrutura e precisam daquilo que chamamos de substituição do equipamento. Então, estamos programando, na medida das disponibilidades orçamentárias e ao lado da expansão da rede física, a substituição de alguns prédios essenciais para continuar o atendimento com qualidade de crianças que ali são matriculadas. São prédios, como disse, de creche, alguns de Educação Infantil e alguns de Ensino Fundamental, que passam por mudanças enormes, por ampliações de suas dependências e por renovação de 100% de sua estrutura. Além dessas atividades que são realizadas dentro do plano de obras da Secretaria, realizamos também intensivo plano de cobertura de quadras esportivas, voltado inicialmente para as escolas de Ensino Fundamental, onde a prática de Educação Física é obrigatória.

Numa cidade como a nossa, em que as questões climáticas não podem ser descartadas e nem minimizadas, colocar os alunos do primeiro ao nono ano para fazer ginástica ao relento, muitas vezes sob um sol inclemente e, outras vezes, em momento em que há chuva ou frio, é extremamente complicado. Então, priorizamos a cobertura das quadras esportivas nas escolas de Ensino Fundamental, de tal modo que os alunos possam fazer a prática da educação física e a prática esportiva em locais protegidos devidamente organizados para que eles tenham conforto e segurança nesta atividade.

Finalmente, ainda dentro do plano de obras, gostaria de informar que temos uma programação anual de serviços de manutenção das escolas de modo a realizar serviços de infraestrutura na área de cobertura, de telhados, elétrica, hidráulica, pintura para garantir a manutenção dos prédios, o bem estar e a segurança, tanto dos alunos quanto dos funcionários das escolas.

Então, do ponto de vista do plano de obras estamos em plena atividade com muitas coisas em andamento e prevemos, para o ano de 2013, a continuidade desse plano que não se esgotará nesse exercício. Além da questão do plano de obras cada vez que ampliamos a rede

física necessariamente precisamos ampliar também o quadro de recursos humanos da secretaria. Isso vem sendo feito e já fizemos inúmeros concursos públicos para provimento tanto dos cargos de gestores que são os supervisores, diretores e coordenadores pedagógicos quanto para o provimento dos cargos de professores nas diversas modalidades, educação infantil, ensino fundamental 1, ensino fundamental 2 e médio.

Neste momento estamos preparando um novo concurso para professores de ensino fundamental e médio. Só para os senhores terem uma ideia nos últimos sete anos a rede, a área de recursos humanos da Secretaria Municipal de Educação foi ampliada em cerca de 35 mil novos funcionários.

Isso significa que conseguimos dar provimento a todos os cargos necessários ao atendimento dos alunos como também adotar algumas providências no sentido de melhorar a qualidade do ensino, por exemplo, reduzindo o número de alunos por classe para que o professor trabalhe com mais eficácia e com melhores condições em cada uma das salas de aula. Hoje temos uma média de 28 a 29 alunos para um professor que trabalha com educação infantil na faixa etária de 5 anos. Temos um módulo para as creches, os centros de educação infantil, que prevê o atendimento para pequenos grupos. Isso é muito importante porque os bebês não podem ficar todos agrupados e precisam de uma atenção muito mais próxima dos especialistas que atendem na unidade. Então, temos pequenos grupos que são atendidos por professores: cinco, sete, nove, dependendo da faixa etária e sempre com o suporte de uma equipe de apoio que dá atendimento conjunto com o professor. Na área de ensino fundamental, com a realização de todos esses concursos e nomeações, conseguimos modificar a grade curricular implantando o ensino de educação física, educação artística, informática e inglês a partir do primeiro ano. Isso significa que todos os alunos das escolas municipais, a partir dos seis anos, quando ingressam na escola, têm um professor especializado para aula de educação artística, para aula de educação física, para aula de inglês, para informática, além de ter atividades especializadas numa sala de leitura. Todas as escolas de ensino fundamental

contam com laboratórios de informática que são renovados a cada dois ou três anos de modo que os equipamentos não fiquem superados e permitam o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação de acordo com as necessidades do avanço tecnológico que procuramos acompanhar.

Além disso, na medida em que nossos gestores vão se aposentando vamos providenciando o provimento dos cargos, sempre por concurso de acesso, para que todas as escolas tenham especialistas na quantidade necessária para fazer a coordenação e a gestão dos equipamentos. A Secretaria de Educação, além de estar investindo muito na área de recursos físicos, na área de recursos humanos, trabalha também intensamente na orientação técnica e no provimento de materiais e informações para constante atualização do corpo docente e do grupo de gestores que hoje somados representam mais de 65 mil servidores.

Temos um programa de formação de pessoal que atinge cerca de 30 mil professores por ano em cursos especializados nas mais diferentes modalidades envolvendo, inclusive, todas as questões voltadas para inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais. Este trabalho é realizado em cursos de formação fora do horário regular de trabalho dos nossos professores e gestores. No entanto, dentro da jornada do professor, cerca de 60 mil professores têm hoje em nossa rede 15 horas de atividades semanais remuneradas dentro da sua carga horária voltadas para planejamento, atualização, troca de experiências e cursos que podem ser feitos tanto presencialmente quanto à distância com o uso de tecnologia. Isso significa um investimento muito grande na atualização e no aprimoramento do pessoal que trabalha com os alunos das escolas municipais. Temos ainda um grande programa de inclusão que leva o atendimento de mais de 16 mil alunos portadores de necessidades em escolas especiais, que são seis, ou comuns.

Para este atendimento a Secretaria Municipal se organizou e implantou um programa denominado Incluir que prevê a colocação de auxiliares de vida escolar especialmente treinados para dar apoio e suporte às crianças que são portadoras de

necessidades como paralisia cerebral, multideficiências físicas, deficiências intelectuais, surdez, cegueira e outras. Essas crianças recebem o apoio dos auxiliares de vida escolar, de professores treinados, de salas de apoio à inclusão implantadas nessas escolas e suporte de 13 centros de formação e apoio à inclusão que foram implantados nas 13 diretorias regionais de educação.

Gostaria ainda de informar os senhores que essas 16 mil crianças e jovens que hoje estão estudando em nossas escolas têm prioridade no atendimento do transporte escolar gratuito tanto o transporte adaptado às necessidades da criança ou o transporte comum quando não se tratar de uma necessidade para carro adaptado. O programa tem inúmeras ações voltadas para o pleno acolhimento, o respeito e a busca do desenvolvimento das atividades dessas crianças. Para elas são adquiridos mobiliários escolares especiais, preparados materiais didáticos especiais, em braile, contratados instrutores de libras e tudo o mais que essas crianças necessitam para, na escola, receberem o respeito e a atenção a que faz jus todo o cidadão desta cidade.

Além dos programas regulares distribuimos para todas as escolas do ensino fundamental cadernos de apoio à aprendizagem na área de língua portuguesa, matemática e ciências. Esses cadernos são destinados aos professores e aos alunos, retratam o currículo que foi formulado pelos especialistas da Secretaria e buscam dar maior suporte às atividades pedagógicas realizadas dentro de sala de aula e nas outras dependências da escola.

Além disso, estamos realizando um amplo programa de extensão de permanência do aluno na escola do ensino fundamental que hoje já fica cinco horas relógio por dia. O programa Ampliar está oferecendo hoje a possibilidade de permanência de até sete horas para os alunos que assim decidirem a partir de escolha de seus pais, obviamente. O programa prevê atividades de reforço e recuperação em língua portuguesa e matemática, aulas de xadrez, aulas de informática, outras atividades voltadas para o lazer, para a cultura, para a tecnologia de acordo com decisão do projeto pedagógico de cada escola. Isso significa que boa parte dos

450 mil alunos das escolas de ensino fundamental da cidade têm hoje a oportunidade de permanecer na escola até mais duas horas, além das cinco regulares, para fazer atividades de ampliação de sua escolaridade no contraturno escolar. Para todos esses alunos está garantida a alimentação, o lanche, o reforço para que as crianças possam permanecer mais tempo na escola.

Gostaria de informar também que temos um amplo programa de atividades especiais que envolvem atividades nos CEUs e nas unidades escolares tais como xadrez, bandas e fanfarras, ensino de música, ensino de esporte, iniciação esportiva em modalidades olímpicas e muitas outras atividades que são oferecidas para que os alunos tenham oportunidade de permanecer em nossos equipamentos e não fiquem na rua.

Esse é um pequeno resumo das atividades da Secretaria. Obviamente poderia me estender muito mas acho que não é o caso. Gostaria apenas de estar me disponibilizando para informações que os senhores considerem necessárias para complementar o que os senhores considerem necessárias para complementar o que estou, aqui, informando.

De todo o modo, para encerrar, gostaria de informar os senhores que o piso salarial dos professores da cidade de São Paulo é hoje de 2.600 reais, portanto, bem maior do que o estabelecido em nível nacional para a categoria. Nosso objetivo é continuar valorizando os professores e os gestores escolares e buscando, por meio, não só da formação e dos concursos públicos que certamente trazem para as nossas escolas os melhores professores que estão na população mas também de oferecer um salário digno, dentro, obviamente, daquilo que o Orçamento da Cidade consegue suportar mas que dê a todos condições dignas de participar como profissionais e como especialistas das atividades escolares das escolas públicas da Cidade. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) - Anuncio a presença do Vereador José Rolim e do Vereador Jamil Murad. As inscrições já estão abertas. Quem não quiser se inscrever para falar pode procurar nossa assessoria e deixar seu questionamento, sua

orientação ou ideia escrita que chegará a nossas mãos para avaliarmos.

Aberta a palavra ao Vereador Aníbal de Freitas

O SR. ANÍBAL DE FREITAS - Vi na parte da educação uma reivindicação nossa de 2007 para a Secretaria de Educação que incluía um CEU na Cidade Ademar. Os vereadores da região, Antonio Carlos Rodrigues, José Rolim, Milton Leite e Natalini e reivindicamos. O CEU de Cidade Ademar fica no bairro de Pedreiras. É muito longe. Lá indicamos terreno na Yervant para que fosse feito um CEU para a Cidade Ademar. Foi incluído até no orçamento do ano passado para fazer a obra. A dificuldade que há ali é o terreno mas apresentamos um. Gostaria que a senhora incluísse para que os futuros prefeitos dessa cidade contemplassem o bairro de Cidade Ademar com um CEU. Também já pedimos para o Governador uma ETEC. Peço que seja acrescida essa reivindicação que não é só minha é de demais vereadores da região.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Anuncio a presença do Sr. Marcos Costa, Presidente do SOS Juventude do Real Parque; Alex Albuquerque do Conselho das Sociedades Amigos de Bairros do Estado de São Paulo; Augelânio Lopes Dantas, presidente da Associação Ambiental e Habitacional dos Joãos de Barros e Guilherme Estanislau do Amaral, coordenador financeiro orçamentário do Secretário de Saúde Januário Montone.

Daqui a pouco estará presente a nossa Mesa.

Já temos nove inscritos, gostaria que utilizassem o tempo de três minutos para fazer suas explanações, porque temos outros temas para serem debatidos nesta audiência pública. É muito importante que todos utilizem esse tempo, para que todos façam suas explanações, automaticamente logo após a nossa Secretária, Dra. Célia, possa responder ao seu questionamento.

O SR. JAMIL MURAD – Quero cumprimentar todos os que participam desta audiência, os Srs. Vereadores, os representantes da Secretaria da Educação, da Saúde. Particularmente, faço uma menção especial aos estudantes do Real Parque, sabendo que

haveria discussão sobre a LDO e que entrava o item educação eles se preocuparam em vir pela primeira vez participar de uma audiência pública como esta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) - O primeiro inscrito é o Sr. Fabio Siqueira, do Movimento de Resistência do Orçamento Participativo.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Obrigado. Bom dia a todos, Vereador Atilio Francisco, relator da LDO 2013, Presidente desta audiência pública, Vereadores Aníbal de Freitas, José Rolim, Jamil Murad, Secretária Profª Célia Falótico, assessoria da Secretaria de Educação e demais secretarias. Bom dia população de São Paulo, juventude presente, para discutir um tema tão importante e tão pouco discutido como a educação, na cidade de São Paulo.

Aliás, muito pouco discutido, minimamente discutido, pois deveria haver audiências públicas pelo menos trimestralmente para esta Secretaria vir à Câmara e discutir os temas educacionais.

Vamos para as demandas e cobranças.

Em 2009, a Secretaria, na época, tendo como Secretário o Sr. Alexandre Schneider, entregou apenas uma creche, durante o ano todo.

Em 2010, também apenas uma. Gostaria de saber da Sra. Secretária quantas creches foram inauguradas em 2011? Não é possível discutir as diretrizes de um orçamento para 2013, sem apresentar o que foi feito em 2011 e 2012.

Até porque, não sei o motivo, deve ser alguma incompetência, numa cidade de 11.400 milhões de habitantes, construírem apenas uma creche nova em 2009 e uma em 2010. Em 700 dias, duas creches. Por isso que a fila das creches está enorme, há 100 mil crianças esperando. Muitas esperando EMEIs, de quatro a seis anos.

É necessário dar explicações plausíveis a respeito disso.

No ano de 2010, apenas tivemos uma EMEI nova em São Paulo, assim como uma nova EMEF.

Por que esse pífio desempenho? Será que faltou dinheiro? Não faltou, não. Está previsto no Orçamento 31% para a Educação. Será que faltou competência e administração? É inaceitável esse dado que o Tribunal de Contas do Município está trazendo.

Por isso perguntamos: quantas creches foram feitas em 2011 e em 2012; quantas EMEIs e EMEFs? É fundamental responder essa pergunta para o planejamento da cidade de São Paulo.

Convênio de Alfabetização para Jovens e Adultos – MOVA, em 2007 eram 606 convênios; em 2010, 483. Sumiram 120 convênios do MOVA. Por que não priorizar a alfabetização de jovens e adultos? Será que em São Paulo todo mundo das periferias está alfabetizado? Será que sumiu o dinheiro? O que aconteceu para não alfabetizar a juventude e os adultos que merecem? Onde estão as 123 turmas que desapareceram? Qual o valor de 2011 e 2012 da equipe do MOVA?

Sobre os CEUs – Centros Educacionais Unificados, o Secretário Alexandre Schneider saiu do Governo e deixou CEUs sem inaugurar; sem nome de teatro e de biblioteca; sem virada cultural, por incrível que pareça há CEUs sem virada cultural, nem uma mínima peça. Quem mora na periferia deve conhecer um CEU que não teve uma programação em abril último.

Penso que é absurdo um equipamento público que tem teatro, biblioteca, fica sem atividade na Virada Cultural. Será que é alguma discriminação contra a periferia e as comunidades? No ano passado ocorreu o mesmo.

Sobre o Pró-Jovem foi entregue um documento para o Vereador Atilio Francisco ontem, pedindo explicações sobre a verba desse projeto, que tem de entrar no Orçamento, é lei federal. A população jovem carente tem direito do benefício do Pró-Jovem, é lei da república brasileira e não foi cumprido. O dinheiro desapareceu, é necessário explicar o que aconteceu, que faz parte da Secretaria de Educação. Faz parte inclusive do PPA, quem ler verá que consta o Pró-Jovem em 2010 a 2013. Não adianta faltar com a verdade, há documentação.

Por fim, sobre o uniforme escolar, durante todos os anos da gestão do Profº Alexandre Schneider atrasou a entrega do uniforme na cidade de São Paulo. Neste ano também. Havia escola que não tinha recebido o material escolar até 15 dias atrás.

O que está acontecendo que as EMEIs e EMEFs não estão recebendo uniforme? Não é falta de verba, creio que seja falta de competência.

A senhora não explanou, acredito que não tenha dado tempo, sobre a questão da merenda escolar. É outro absurdo. Foi denunciada no ano passado a empresa que presta serviços na cidade de São Paulo com merenda irregular, apodrecida, entregue na cidade de João Pessoa, na Paraíba. É a mesma empresa que presta serviços em São Paulo. Porém, não houve qualquer providência a respeito disso e essa empresa que recebe milhões de reais, não só essa como outras. Por que empresas com problemas já denunciados nos programas de televisão e no Ministério Público continuam prestando serviços para merenda? Como está a qualidade da merenda? Certamente está privatizada. Olhem só o resultado: empresas denunciadas, merenda podre em João Pessoa, a mesma empresa em São Paulo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Comunico aos novos participantes que para minimizarem as suas falas, pois deixei o Fabio falar porque ele fez vários questionamentos, então permiti que prorrogasse um pouco mais o seu tempo, porque julguei necessário. Peço que você também seja objetivo no seu questionamento.

Pergunto se há algum representante do Voto Consciente?

Próxima inscrita, Amanda Greenhalgh, do GT da Educação da Rede Nossa São Paulo.

A Nossa São Paulo está presente, representada pela Amanda, e o Voto Consciente nos pediu quando recebi a informação que iria relatar a LDO, que tivéssemos uma audiência no final de semana para que as pessoas pudessem participar, uma vez que fizemos as outras duas durante a semana, pela manhã e é complicado para algumas pessoas comparecer, então

eu atendi a reivindicação dessas duas entidades e também de algumas pessoas que nos solicitaram para fazer esta audiência de maneira um pouco técnica para as questões de algumas pastas.

Quero agradecer a todos os senhores pela presença e chamar a segunda pessoa que vai falar, a Sra. Nilda Neves, da Frente das Entidades do M'Boi Mirim. Sei que a senhora tem muita coisa para falar, mas, por favor, três minutos. Depois que todos fizerem os seus questionamentos a Secretária vai responder.

A SRA. NILDA NEVES – Bom dia a todos os presentes. Quero saudar a Mesa, o Vereador Atílio. A minha pergunta é referente ao plano de metas da cidade de São Paulo na pasta da Educação, onde existe uma meta. Inclusive o Prefeito Kassab foi eleito com o discurso de zerar o déficit de educação, de creche em São Paulo. Inclusive discurso esse que convenceu muitas mães dizendo do seu compromisso de zerar o déficit e da sua comoção com as mães trabalhadoras. E não é o que a gente viu. O nosso colega que me antecedeu já colocou aqui, o número de creches que foram feitas é vergonhoso. Nós, da Frente de Entidades do M'Boi Mirim temos feito alguns debates lá na região, também convidamos a Secretaria, esteve presente um representante da Secretaria e colocou lá inúmeras obras que seriam feitas, inúmeras. Ele deixou várias EMEIs, EMEFs, creches que seriam feitas. Então a minha pergunta é o que está no plano de metas para ser feito e o que o Prefeito vai fazer. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Obrigado, Nilda. A próxima pessoa é a Sra. Maria José da Silva, da Facesp. Por favor, três minutos para a sua explanação.

A SRA. MARIA JOSÉ DA SILVA – Bom dia a todos. Já fui contemplada pelos que me antecederam, mas ainda ficou uma pergunta que é o ensino nosso, a nossa educação hoje. Vemos aí a realidade da violência nas escolas e não foi tocado pela Secretária o que vai fazer para acabar com essa violência no ensino infantil, nas escolas públicas; então eu gostaria de saber. A outra questão é o incentivo. Foi dito aqui... várias propostas, mas como é que os

alunos vão se interessar em ir à escola se eles não têm incentivo. Na maioria das vezes as escolas não estão adequadas, com salas de aulas, com lousa, cadeiras, vidros quebrados, vários problemas, várias situações dentro da escola. E a questão também da modernização. O mundo mudou, então fica difícil incentivar o aluno. Aqui estou vendo jovens que na casa deles tem computador, tem uma *lan house* na rua, e na sala de aula eles têm de ficar... a professora escrevendo ainda com o giz na lousa. Então gostaria de saber também se tem alguma proposta, algum projeto de mudar essa forma de trabalho dentro da sala de aula. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Muito obrigado, Maria José. A quarta oradora é a Maria dos Anjos, conselheira do CEU Vila do Sol..

A SRA. MARIA DOS ANJOS – Bom dia a todos, pessoas da mesa. Meu nome é Maria dos Anjos, sou conselheira do CEU Vila do Sol. Gostaria de perguntar para a Secretária, porque ouvi ela fazendo as colocações de escolas de primeiro mundo, educação de primeiro mundo, ela citou aqui. Eu gostaria de saber, Secretária, se a senhora conhece a periferia do M'Boi Mirim. A nossa periferia do M'Boi Mirim nem professor na sala de aula tem. Quando tem, são 45 alunos por sala, senhora. Hoje eu não estou falando da Grande São Paulo, estou falando de quatro bairros, de onde moro e dos que estou representando. Só o bairro em que eu moro tem 23 mil habitantes. Nesses três bairros de que estou falando – Vera Cruz, Horizonte e Jardim Capela – tem 6,7 mil crianças fora da escola e da creche. Não foi feita nenhuma escola durante oito anos e nenhuma creche. Eu queria saber do compromisso de todos os que estão aqui, dos nossos governantes. Qual é o compromisso que vocês têm com a educação? A educação é a base de tudo neste país e a gente está vendo que não está sendo investido nas escolas nem nas creches nem nas EMEIs nem nas EMEFs. Teve uma oportunidade do trabalho do CEU no qual eu sou conselheira para dar oportunidade para as crianças trabalharem, umas empresas foram lá fazer essa oferta de trabalho. Das 30 crianças inscritas, só 15 passaram. Criança da 6ª série não sabe ler nem escrever, pessoal. Esse é o ensino na nossa periferia. Com tanto imposto que pagamos e somos tratados dessa maneira. Fala-se de

um país que tem dinheiro, que é rico. É rico para quem? Para quem já é rico, porque o pobre continua fora da escola porque não tem oportunidade de estudar. Nossas crianças não têm transporte para ir para as escolas, que falam que é gratuito, mas não é gratuito, nós pagamos um absurdo de impostos, só na conta de luz nós pagamos um absurdo de impostos que nem sabemos de que é, e diz que vai para a educação. Cadê a educação de qualidade nesta cidade? É muito bonito todos falarem aqui que tem escola, CEU, isso e aqui. Nós sabemos que na verdade não tem nada disso. Como vivemos numa situação dessas? Então eu gostaria de cobrar dos nossos governantes aqui. Qual é o compromisso que vocês têm daqui para frente com essa população? O ensino na Grande São Paulo, com tanto dinheiro que temos, é uma vergonha. Como querem acabar com a violência na Cidade, se vocês não cuidam nem da educação? Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Obrigado. O próximo orador é o Sr. Laerte Brasil. Quero também registrar a presença da nobre Vereadora Juliana Cardoso. Se quiser sentar-se à mesa, fique à vontade.

O SR. LAERTE BRASIL – Laerte Brasil Santos de Oliveira, Presidente da (ininteligível) São Paulo Sustentabilidade e Vidas, também Presidente da Confederação Nacional dos Técnicos e Treinadores de Futebol e de Desportos. Vou focar na criança e no adolescente, que são o futuro do País, vou trazer uns dados. Na cidade de São Paulo, da promulgação da Constituição até hoje, foram assassinados a bala 180 mil crianças e adolescentes, na faixa etária de sete a 18 anos, por grupos de policiais militares e civis que cometeram crimes militares e não foram punidos, que são ligados à administração de Geraldo Alckmin e de José Serra e do colega dele aí, o Vice-Governador. Essas autoridades vêm colocando, vamos dizer... têm colocado essas crianças para vender droga na porta das escolas, nos bairros, e cometer outros crimes, depois vêm matando como queima de arquivo. A cidade de São Paulo hoje tem cerca de 185(?) menores nessa faixa etária fora da escola. Há dez anos vimos um projeto para cobrir as quadras das escolas e desenvolver as atividades de

iniciação esportiva nas escolas, mas não houve até agora. Temos 5% das escolas com quadra coberta, assim mesmo são fechadas à comunidade para a prática de atividade física. As estruturas esportivas dos CEUs estão sucateadas, inclusive as piscinas que quando é verão estão em manutenção; no inverno, são fechadas.

Hoje, na cidade de São Paulo há 85 menores adotados pelo tráfico de droga. As crianças, os adolescentes estão no futuro, mas o modelo de ensino desenvolvido na cidade de São Paulo está atrasado 300 anos. Por isso, vem ocorrendo as violências nas escolas do Município de São Paulo.

Era o que eu tinha para contribuir.

Muito obrigado pela palavra.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Obrigado, Sr. Laerte. A próxima inscrita é a Sra. Ágata Munhoz.

A SRA. ÁGATA MUNHOZ – Bom dia. Queria perguntar o seguinte: o ensino nas escolas é muito discrepante em relação ao das escolas privadas. O ensino nas escolas privadas é muito melhor do que na escola pública. O que pode ser feito para que essa situação mude e que o ensino público tenha mais qualidade ou igual ao das escolas privadas? E por que a Guarda Metropolitana não está presente nas escolas? Obrigada.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – A próxima oradora é Maria do Socorro Alves.

A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES – Bom dia. Sou do Grande Conselho Municipal do Idoso – GCMI. Eu sou do Conselho da Saúde - Diretora Social e fundadora do *Nosso Sonho*.

Eu não queria falar, palavra de honra porque estou muito decepcionada com a Saúde, mas foram tantas catástrofes aqui que eu pedi a palavra. Onde eu resido chama-se

Conjunto Habitacional Águia de Haia. No papel tudo é bonito, eu tenho conhecimento porque foi em 2004 que nós conseguimos a primeira creche no Orçamento, foi uma luta. Em 2001 e 2002 – Governo Mário Covas e Alckmin – tinha um terreno, nós lutamos e conseguimos. É a Escola Estadual Águia de Haia.

O que eu vejo é que o CEU foi uma luta dos moradores, das lideranças. Só que infelizmente eu desanimei, desisti de ir porque lá não funciona nada. Lá é um elefante branco. E se a pessoa perceber o CEU Azul Cor do Mar, no seu entorno é favela, é córrego, é tudo de bom, tudo de maravilhoso! A única coisa de bom que tem na Águia de Haia é uma AMA – 109 porque nós acompanhamos, exigimos e tivemos a felicidade de uma UBS, e isso eu vou falar quando o tema for a Saúde. Mas do resto... Ah, temos sim, temos um terreno vazio que se tornou cracolândia. A escola é educação do crime, e as nossas crianças estão lá. Pergunto: por favor, quero saber, eu preciso dizer para a nossa população, onde está o desenvolvimento da Educação? Temos 176 crianças especiais, acompanhadas pelo Nosso Sonho, estão na escola há mais de seis anos e não é nesse projeto. Infelizmente, não é verdadeiro, só se for ao centro da cidade, no Morumbi ou em lugar de área nobre porque na nossa periferia não, gente. Eu sei, eu conheço. Eu moro nesse conjunto há 24 anos, tenho 70 anos, sou do conselho, trabalhei na Febem, infelizmente eu sei dessas crianças que passaram na minha mão: cadê a Educação, gente? Será que é um crime dar Educação a essas crianças? Tem sim Fatec e Etec na Águia de Haia, e polícia.

E faço então a pergunta: onde está essa riqueza? Seria muito bom que as nossas crianças tivessem a felicidade desse benefício. E não sou contra o Governo, sou contra o sistema. Eu, Maria do Socorro Alves, da região de Itaquera.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Quero comunicar que o Sr. Mário Sasaki, Gerente de Orçamento, Custos e Contabilidade da CET- Companhia de Engenharia de Tráfego

está presente. Convidarei daqui a pouco a sentar à Mesa conosco.

O próximo orador é Marcos Costa, Presidente da Associação SOS Juventude do Real Parque.

Informo, antes da palavra do orador, que o próximo tema é Saúde. As inscrições estão abertas.

O SR. MARCOS COSTA – Bom dia a todos. Dona Socorro, quero avisar à senhora que sou do Real Parque, Distrito do Morumbi. Falando sobre a Educação, tratando da inclusão, gostaria de convidar a todos para irem à Escola José Dias ou José Alcântara. Têm crianças especiais e não tem nenhum tipo de atendimento. Na Alcântara, a única escola da região, também não tem. Tenho uma sobrinha deficiente que para poder assistir aula, as crianças – repito: as crianças – tem que carregar a cadeira de rodas pelas escadas e não tem qualquer tipo de trabalho sendo feito.

Quero saber qual é o papel do CEFAL na história toda porque é muito bonito falar que tem que mandar projeto para as Coordenadorias de Educação, para o CEFAL, você atualizar sistema... Falo assim porque trabalho na Prefeitura na área da Educação.

Senhores, não tem trabalho nesse sentido! Você jogar uma criança com necessidade especial em uma sala de aula em que uma professora, uma apenas, tem que tomar conta dessa criança especial e de mais 35, isso é insano. Esse programa *Antes Não Tinha, Agora Tem* é piada. Eu queria saber qual é a escola de 1º ano que tem dois professores em sala de aula. Estou há 15 anos na Prefeitura e até hoje não vi. Eu sei que no Real Parque, no Distrito do Morumbi, tenho certeza que não tem. Agora, nas periferias eu não sei como funciona. Gostaria de convidar a Secretária para visitar essas escolas. Eu sei que a escola lá está em processo, parece que vai ter uma questão de reforma para adequarem à escola a atender as crianças com deficiência, mas é pouca coisa essa questão de estrutura. Acho desumano.

Trabalho na Escola José Dias, no Brooklin, ao lado da Ponte Estaiada, cartão

postal da cidade, próxima da *Globo*, mas não tem trabalho feito com as crianças. Faço então um convite para irem lá conhecer. E esse programa é ridículo *Antes Não Tinha, Agora Tem*.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Quero informar que está entre nós Sonia Barbosa e Danilo Barbosa, do Voto Consciente.

O próximo orador é Wesley do Real Parque.

O SR. WESLEY – Bom dia. Sou morador da comunidade do Real Parque. Lá temos seis mil moradores, é uma comunidade muito nobre. Porém, falta, o setor Educação é muito fraco. Temos uma escola municipal, a Alcântara, com oito salas, porém, são salas horríveis, são usadas de modo inadequado, as janelas estão quebradas. Não tem escola de ensino médio no bairro ou próximo, a mais próxima dista três quilômetros e também não temos transporte. Nós vamos ou de carona, com amigos, porque o Transporte de lá é muito fraco.

A minha pergunta é: quero saber da possibilidade de parceria entre Estado e Município para implantação de ensino médio na escola da periferia do Real Parque.

Era isso.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Agora fala a última inscrita, Ilda Carolina dos Santos.

A SRA ILDA CAROLINA DOS SANTOS – Bom dia a todos. Estou Conselheira de Saúde da região Norte, Hospital Vila Nova Cachoeirinha e de algumas unidades básicas. Estou representando, estou diretora de uma organização social que atende mais ou menos mil crianças por dia, todas conveniadas com o Município. São CCAs, creches e SASF. Quero parabenizar a Secretária Dra. Célia porque está chegando agora. Desejo-lhe muito boa sorte. Sei que ela já percebeu que tem muita coisa que precisa mudar e precisa saber.

Uma das questões que a senhora tratou é sobre o pessoal treinado, profissionais treinados para trabalhar nas salas de Educação Artística e Informática. Educação Artística

existe na grade curricular das escolas do Município e do Estado, também as aulas de Informática. Como a senhora falou sobre treinamento de profissionais, a senhora percebeu que existem computadores e não há profissionais. São poucas as escolas em que há sala de informática com profissional treinado para atender às crianças. Em algumas escolas há, por exemplo, uma sala cheia de computadores e a diretora sequer destranca a sala para os alunos ou alguém entrar. Só entram alguns professores porque não tem profissional para trabalhar com as crianças nos computadores. Existem computadores, mas não o profissional. Quando a senhora falou sobre treinamento, isso é importante. Mas que isso aconteça. Falo rapidamente para poder tratar de outro assunto.

Outra questão é que diante da violência que encontramos me parece que estão sendo, não sei se começaram a distribuir as cartilhas sobre *bullying*. Quero saber como serão trabalhadas as cartilhas com as crianças. Gostaria que elas fossem estendidas aos CCA, aos MSE e para os centros de juventude conveniados com a Prefeitura.

Outra pergunta é: qual a sua opinião, Sra. Secretária, sobre a formação e implantação dos grêmios nas escolas? Gostaria de saber se as diretoras pedissem, a senhora daria? Sendo que, Secretária, isso foi discutido na Conferência Estadual no mês de maio, em Serra Negra. Esse foi o ponto básico da conferência a criação dos grêmios, não sei se a senhora apoia.

Outra questão: quanto à proposta de redução de alunos, a senhora disse muito bem porque é uma luta de muito tempo quanto ao ensino fundamental. A senhora não disse quanto, a redução seria para quanto? A senhora não falou da quantidade.

Também gostaria de saber se a senhora recebeu do seu antecessor a demanda de creche por região na cidade de São Paulo?

Parabéns pela sua vinda.

Obrigada.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Agradeço a todos por terem respeitado o tempo regimental de três minutos, estabelecido pela Presidência.

Antes de passar a palavra à Secretária, a Vereador Juliana Cardoso deseja fazer uma explanação ou questionamentos? (Pausa) Tem a palavra a Vereadora Juliana, por gentileza. Posteriormente, a Dra. Célia responderá os questionamentos efetuados.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Obrigada, Presidente e relator da LDO.

Dou boas vindas à doutora que assumiu a Secretaria da Educação. É uma pasta difícil, mas ao mesmo tempo é preciso que haja organização para que faça o atendimento quanto às vagas em creches, principalmente.

Hoje, sabemos que na cidade de São Paulo há 127 mil crianças fora da escola, crianças que precisam de atendimento e que, muitas vezes, não se consegue vaga. E não faço essa afirmação somente por conta das mulheres que precisam trabalhar, da família que precisa trabalhar. Não. Mas é que esse período é um período em que a criança está desenvolvendo, está muito receptiva para aprender, para assimilar. Ouço sempre o seguinte: as pessoas querem creche só porque a mãe quer trabalhar. Também é importante, mas vemos a questão da Educação da criança, é um momento em que estão receptivas quanto a aprender. Na creche é onde se aprende a convivência, é quando começam as primeiras palavras, a alfabetização.

Sei que já foi feito menção, mas quero saber sobre as metas de construção de creches diretas, são 64 novas? (Pausa) Porém, estava olhando no Orçamento, no item 2845, quando você coloca a possibilidade de fazer a concessão de novas, elas não estão nas metas. Na meta, no item 2845 você tem na LDO de 2012, são 38.700 e para 2013 continua o mesmo número. Então, a partir do momento em que se anuncia que tem a possibilidade de, ela também tem que ser executada na LDO, e tem de ser falada aqui, porque uma coisa é falar e outra é o que está no papel e que está garantido na Câmara Municipal para ser votado. Gostaria de saber se vocês estão atentos a isso.

Outra questão é sobre as creches, porque quando se fala na nova construção, parece que é no sistema de PPP, Parcerias Público-Privadas, mas esse sistema vem sendo anunciado em anos anteriores, inclusive, também na Saúde e não deu certo, tanto que até se pensa em outras estratégias para fazer os próximos hospitais nas regiões em que foram prometidos. A senhora tem conhecimento da construção dessas creches dessa forma – PPP – e se já há um edital, se já está sendo discutido no âmbito do Executivo?

Outro assunto, a questão das vagas de CEIs conveniadas, que são aproximadamente 21 mil vagas, mas considerando que haverá novos convênios, como está sendo essa discussão com as entidades selecionadas, porque tenho percebido que muito se tem pensado em fazer convênios com organizações conveniadas, mas há locais, principalmente, na região de Itaquera, que não são adaptados para as crianças. Então quero saber se há um olhar para essas novas conveniadas, para que não seja da forma como está sendo feito em Itaquera, porque já vimos e ouvimos várias denúncias.

Por último, referente à alfabetização de jovens e adultos, porque também faz parte da Educação, é importante, necessário e no plano de metas esse atendimento foi diminuído. A LDO, nos itens 28 e 26, em 2012, a meta foi 1.398 e agora a meta foi diminuída para mil classes de alfabetização para jovens e adultos. Então não há prioridade para a alfabetização de jovens e adultos? Isso me preocupa bastante.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Obrigado, Vereadora. Anuncio a presença da Dra. Heidi Ferreira, Consultora Jurídica do Sebrae e também a presença de alunos do curso técnico em serviços jurídicos da ETC Tereza Nunes, de São Miguel, e das Professoras Andréia e Rute.

O SRA. JULIANA CARDOSO – Apenas mais um item, Secretária, nesta Casa há poucas mulheres, cinco para 55 Vereadores. E há mais de 20 anos, nesta Casa, há uma creche e berçário que faz o atendimento para os profissionais da Casa. Há um comentário de

que esse serviço será fechado e o que estão alegando é que a Secretaria está exigindo e pressionando por causa da forma e do espaço. Só queria saber se há notícia disso e se a senhora sabe dessa informação, porque afinal são 20 vagas, poucas para o número de funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Dra. Célia, sei que a senhora tem várias respostas a oferecer e orientações a dar às pessoas que participaram, questionaram e desejam sair daqui bem orientadas.

Tem a palavra a Dra. Célia Regina Guidon Falótico.

A SRA. CÉLIA REGINA GUIDON FALÓTICO – Bem, vamos pela ordem em que as questões foram formuladas. Informo ao Vereador José Rolim que vamos verificar a disponibilidade de área para implantação do CEU na Cidade Ademar, informando que esta é uma das regiões mais difíceis que temos encontrado na Cidade para implantação de novos equipamentos. Infelizmente, nessa região há muitas restrições às construções e mesmo para a construção de creches e escolas temos encontrado enormes dificuldades.

Para os senhores terem uma ideia, na Cidade Ademar, hoje, temos quatro prédios alugados recentemente. Para que a população fosse atendida aproveitamos prédios já existentes, que passaram por reformas e adaptações, na medida em que não fomos autorizados a construir novos equipamentos por serem áreas de preservação ambiental, que estão dentro da legislação da Cidade, impedidas de receber equipamentos públicos.

Então tendo em vista essas dificuldades que estamos vivenciando na área de Cidade Ademar há muitos anos, tanto que para atender a demanda de ensino fundamental construímos um novo prédio na EMEF Professor Antonio de Sampaio Dória, que fica exatamente dentro da Cidade Ademar, no Jardim Miriam, para que os alunos pudessem ser atendidos dentro da proposta de dois turnos com cinco horas de trabalho diário, em função da falta de terrenos para construirmos novas escolas na região.

Quero deixar registrado que o nosso empenho é muito grande na busca de espaços

para construção, e vamos analisar com muito cuidado a indicação para a construção de um CEU nessa região, tendo em vista que o Vereador indicou um terreno. Vamos atrás para conhecê-lo.

Em relação às questões que nos foram formuladas logo a seguir pelo Fábio, gostaria de fazer um resumo e, depois, posso encaminhar por escrito se necessário e desejado. O número de CEIs que já entregamos, de 2005 até agora, é de 72 prédios; temos hoje 33 obras em andamento e 35 contratadas aguardando emissão de posse, por serem terrenos desapropriados, para iniciar as obras. Temos ainda uma obra em orçamento; 12 em fase de implantação e 30 em análise técnica diária.

O total de prédios de CEIs programados no plano de obras da Secretaria é de 212; 72 desses prédios estão entregues e em funcionamento; 33 em andamento e posso depois informar em que região da Cidade. Quanto as EMEIs entregamos 68 prédios; 27 prédios em obras e 40 contratados aguardando emissão de posse de áreas desapropriadas. Temos ainda um em licitação; um em orçamento; dois em projeto de implantação e três em outras fases, totalizando 145 obras de EMEIs.

EMEFs, entregamos 125 prédios; substituímos todas as escolas de lata e reduzimos a jornada do turno intermediário para a maioria esmagadora das escolas de ensino fundamental. Temos hoje 12 obras em andamento; 19 obras contratadas aguardando a emissão de posse para início da construção; duas em licitação; três em orçamento; duas em projeto; uma em execução de planta expropriatória e seis em outras situações, em busca de soluções.

Gostaria de informar aos senhores que muitas vezes, por falta de terrenos na Cidade, temos de desapropriar uma área de propriedade de várias pessoas e não só de uma. Então vai sendo negociado, pago e liberado terreno a terreno, até integrar a obra completa e só nesse momento é que podemos começar a construção, quando temos todas as partes do terreno, que foram desapropriadas, devidamente entregues.

Então essa é uma dificuldade com a qual convivemos na Cidade hoje. É importante que todos saibam que São Paulo tem hoje muito menos estoque de terrenos disponíveis para construção de prédios públicos, especialmente, nas áreas de Educação e Saúde e que buscamos incessantemente áreas para atender a população exatamente nos locais em que há maior demanda.

No que diz respeito às classes de Mova, continuamos implantando classes de Mova e conveniando. Temos planos de manter essas classes e gostaria de dizer aos senhores que além das classes de Mova, também temos o ensino de jovens e adultos, que é realizado paralelamente. Incentivamos os alunos a se matricularem e modificamos, em 2012, a forma de matrícula para estimular os alunos a estudarem mais próximo de suas casas ou de seus locais de trabalho. Nesse sentido, a Secretaria mantém sim interesse e mantém a prioridade no sentido de garantir que os jovens que não tiveram a escolaridade na idade certa, sejam objeto de um trabalho especial e diferenciado, para que agora recebam escolaridade.

Em relação aos CEUs, gostaria de informar que temos feito uma intensa programação destinada aos 45 equipamentos da Cidade. Procuramos levar a todos os equipamentos atividades esportivas, de lazer e culturais. Temos levado shows em todos os CEUs e procurado oferecer música, teatro, cinema, enfim, tudo o que é possível oferecer à população. Na próxima semana, na sexta-feira, por exemplo, no CEU Azul da Cor do Mar, teremos a apresentação de um grupo muito querido da população, o Samba de Rainha.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. CÉLIA REGINA GUIDON FALÓTICO – Não. Esse show é para a comunidade. Não é para as crianças. Pode ir lá que a senhora vai assistir o show.

Gostaria de informar que o programa ProJovem é executado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e não pela Secretaria Municipal de Educação.

Em relação aos uniformes, esses foram entregues já para 80% dos alunos, isto é, todos aqueles matriculados em 2011 para o ano de 2012. Estamos entregando agora e

devemos completar essa entrega, até o dia 25 de junho, para 20% dos alunos que foram matriculados nos meses de fevereiro, março e abril de 2012.

Gostaria de informar aos senhores que a entrega de uniformes na cidade de São Paulo prevê uma logística altamente complexa, e nós temos procurado, de todas as formas, acelerar essa entrega que hoje representa a compra de nove milhões de peças de vestuário, depois montadas num kit para ser entregue a cada um dos alunos da Cidade.

O material escolar, gostaria de informar a todos, foi entregue. Até o dia 14 de março, nós completamos a entrega para todas as escolas municipais de ensino fundamental, e, até o dia 26 de março, nós entregamos para todas as escolas municipais de educação infantil – inclusive creches, e inclusive creches conveniadas. E neste momento nós só distribuimos material para os alunos novos que chegam às escolas – que é previsto à medida em que as crianças vão chegando.

O programa de merenda escolar da cidade de São Paulo é um programa extremamente profissional, orientado por mais de cem nutricionistas, com a participação de quatro médicos veterinários e quatro agrônomos, que fiscalizam, com rigor, todos os alimentos adquiridos. Nenhum alimento entra numa escola municipal sem ter passado por um controle de qualidade e exames de laboratório. Todos os alimentos são rigorosamente fiscalizados. O serviço realizado em cada uma das escolas é supervisionado por nutricionistas de campo, que visitam diariamente todas as escolas municipais onde o programa é realizado. Temos orgulho de dizer aos senhores que o programa de alimentação escolar da cidade de São Paulo é um programa de excelência, de grande qualidade. Nós temos muito cuidado com a segurança alimentar de todas as crianças que recebem os alimentos, desde os bebês até os adultos que frequentam as nossas escolas.

Em relação ao Plano de Metas, e à necessidade de ampliar o número de matrículas em creches, gostaria de informar que nós recebemos a rede, em 2005, com 60 mil alunos matriculados nas creches da cidade de São Paulo; e hoje nós temos 205 mil crianças

matriculadas na cidade de São Paulo, em dez horas diárias de atendimento, para a faixa etária de 0 a 3 anos e 11 meses. Por determinação do Governo Federal, ampliamos para 11 meses a permanência das crianças que ficam dez horas por dia nas creches municipais, que recebem cinco diferentes refeições, balanceadas e especialmente programadas para atender as suas necessidades diárias de alimentos. Além disso, elas recebem fraldas, atendimento do programa Aprendendo com Saúde, e encaminhamento das mais diferentes modalidades.

Eu gostaria, inclusive, de concordar, e cumprimentar a Vereadora Juliana Cardoso, que tem uma posição extremamente positiva, quando fala que, nessa faixa etária da creche, é importante para a criança receber informações, aprendizagem, sociabilização. É isso mesmo. E é por isso que as creches estão na Secretaria de Educação. Se elas fossem meros depósitos de crianças, elas até poderiam ficar vinculadas a algum outro local. Mas, estando na Secretaria de Educação, nós temos um plano de trabalho, um plano educacional, que visa o desenvolvimento pleno dessas crianças a partir da mais tenra idade. Elas estão se desenvolvendo em todas as áreas do conhecimento, da sociabilidade, da comunicação, e nós temos um trabalho inclusive de leitura precoce de literatura infantil com esses bebês. Na região de Guaianases, por exemplo, nós temos uma parceria com o Instituto C&A, voltada para o desenvolvimento e a estimulação dos bebês na área de literatura infantil. Um trabalho fantástico, e que mostra a preocupação que existe hoje, na nossa cidade, para que a oferta dos serviços realizados nas creches seja de grande qualidade técnica, e que atenda as crianças. É para elas que está voltado o nosso trabalho.

Voltando ainda à questão do Plano, e de zerar as vagas em creches.

Continuamos trabalhando intensamente na busca de vagas para ampliar esse atendimento. A prova disso é que nós já chegamos a 205 mil matrículas no ano de 2012, e continuamos, mês a mês, aumentando este número. É verdade, sim, que a fila ainda é grande. É verdade, nós sabemos disso, e reconhecemos que os pais, ao perceberem o excelente trabalho que é realizado nas creches, vêm buscando com muito mais ênfase as vagas nas

escolas públicas do município. Esta é a verdade. E, para atendê-los, nós não vamos medir esforços para ampliar o número de vagas que buscamos oferecer, construindo prédios, alugando prédios, reformando, adaptando, enfim, de todas as maneiras possíveis, buscando aumentar o atendimento, especialmente nas zonas mais carentes, que estão na região da zona Sul da Cidade – Grajaú, M'Boi Mirim –, e nas franjas da zona Leste, nas franjas da zona Norte, onde ainda, nós sabemos, faltam vagas. E nós vamos buscando atender, gradativamente, a população que continua demandando.

Quanto à solicitação da Dona Maria José, que fala da violência nas escolas, tenho a dizer que temos diversas parcerias que estão sendo realizadas na busca da cultura da paz e do ensino da não violência. Temos convênios para realizar o programa contra drogas, juntamente com as equipes da Polícia Militar. Trabalhamos em conjunto com a Guarda Civil Metropolitana. Buscamos parcerias com todas as instituições que nos ajudam a desenvolver programas e atividades voltados para a cultura da paz e da não violência, e o mesmo em relação ao *bullying*. E temos procurado, nesse sentido, realizar um trabalho, imprimindo cartilhas, treinando professores, preparando equipes escolares para esta nova realidade que vai chegando às escolas, e que precisa ser enfrentada com a parceria consciente das famílias, porque nada pode ser feito se a escola ficar sozinha neste processo. Todo o problema da violência, todo o problema do *bullying*, todo o problema da agressão precisa da parceria dos educadores com as famílias. Nós estamos abrindo as nossas escolas.

O SR. JAMIL MURAD – Eu poderia fazer um aparte?

A SRA. CÉLIA REGINA GUIDON FALÓTICO – Pois não.

O SR. JAMIL MURAD – É importante este comentário, essa opinião da senhora.

Eu aprovei um projeto que garante a participação do serviço social e da psicologia para atuar na comunidade escolar – professores, alunos, educadores, de maneira geral, e a família –, visando, exatamente, criar um clima de solidariedade, cooperação e de sociabilização na escola para superar esses problemas, porque aqui na Câmara tinha proposta de pôr

detector de metais nas portas das escolas. Isso aí não vai resolver. Você tem que trabalhar a cabeça dos alunos, dos educadores, da família, e tirar os agentes, as ideias de confronto, de individualismo, substituindo-as por solidariedade, fraternidade, cooperação, sociabilização, enfim, viver em grupo e sem agressão. Mas foi vetado. E o nosso movimento é para derrubar esse veto, porque eu acho que contribuiria muito para melhorar o problema dos conflitos, e, ao mesmo tempo, o aproveitamento escolar. Obrigado.

A SRA. CÉLIA REGINA GUIDON FALÓTICO – Retomando, e aproveitando o tempo para explicar da melhor maneira possível as questões aqui apresentadas, eu gostaria de informar aos senhores que foi falado de uma maneira genérica das escolas do município; mas, na cidade de São Paulo, a Secretaria Municipal de Educação compartilha a rede pública com a Secretaria da Educação do Estado, as escolas estaduais. No ensino fundamental, a proporção entre atendimento municipal e estadual é de 40 para 60. Isto é, o Município atende 40% da população de ensino fundamental, e o Estado atende 60% desta mesma população. A responsabilidade da educação infantil é 100% do Município, mas o ensino fundamental é compartilhado. Então, muitas vezes, quando os senhores se referem a uma escola, fica difícil nós sabermos se os senhores estão se referindo a uma escola municipal ou a uma escola estadual.

Gostaria de lhes dizer que temos, sim, controle do número de alunos por sala de aula em todas as escolas municipais, e o número vem caindo gradativamente em função do nosso investimento na qualidade do ensino e no trabalho do professor. Hoje, a média de alunos por sala de aula nas séries iniciais do ensino fundamental é de, no máximo, 32; e para as demais salas é de, no máximo, 35 – nas escolas municipais. Para a educação infantil, a média é de 25 alunos por turma.

Gostaria de informar também que escolas municipais têm um programa de utilização de recursos diretamente pelos gestores escolares, o que permite substituição imediata de vidros, conserto de carteiras, recuperação de mobiliário escolar. Por isso, estranho

a informação de que as escolas tenham carteiras quebradas e que estão muito mal conservadas. Vou buscar, verificar, no Real Parque, a situação das escolas aqui mencionadas.

Gostaria de dizer aos senhores que as piscinas dos CEUs vêm sofrendo constantes manutenções e reformas. São equipamentos complexos. Hoje, todas as piscinas dos CEUs são aquecidas, têm contratos de manutenção especializados, com empresas que fazem a verificação mensal desses equipamentos, visando o seu bom funcionamento e atendimento à comunidade. Cobrimos, no ano passado, 225 quadras de escolas de ensino fundamental. Hoje, praticamente todas as escolas do Município que tenha ensino fundamental tem uma quadra coberta; e, se não tem, é porque não há possibilidade, de acordo com a legislação de uso e ocupação de solo, de se fazer essa cobertura. Por esse motivo, a Secretaria está buscando um projeto especial para atender essas escolas.

Procuramos garantir ensino de qualidade, acreditando que todo o trabalho que realizamos hoje é para que as escolas públicas tenham ensino de excelência, e não sejam comparadas de forma pouco apreciativa em relação às escolas públicas.

O ensino médio é mantido exclusivamente para a rede estadual.

Eu vou encaminhar a demanda do Real Parque para a Secretaria Estadual de Educação.

Em relação à implantação de grêmios, quero dizer que somos favoráveis, sim, e temos buscado vários caminhos para isso.

Em relação às questões levantadas pela Vereadora Juliana Cardoso, algumas das quais eu já respondi, gostaria de dizer que vamos continuar construindo creches, vamos continuar inclusive mantendo um convênio com o Governo do Estado de São Paulo, que hoje financia a construção de 22 novas creches na Cidade, e nos ofereceu a expansão desse convênio para a construção de mais 22, que nós já aceitamos. Pretendemos, ainda no mês de junho, formalizar esse novo acordo.

Não temos, hoje, um modelo de PPP para creches porque o Tribunal de Contas

questiona esse modelo e não liberou o edital.

As vagas para creches conveniadas estão sendo buscadas dentro daquilo que é estabelecido pela portaria que estabelece critérios para a implantação de creches no Município. Os prédios que não atendem as nossas normas são descartados, e os convênios que por algum motivo deixam de atender as normas da Secretaria de Educação são encerrados. Isso aconteceu recentemente em Itaquera. Aconteceu também em Guainases. E acontecerá em qualquer região da cidade onde o atendimento não for compatível com as necessidades das crianças desta cidade.

Finalizando, quero informar que, na Câmara Municipal, não existe uma creche, mas, sim, um CCI, e o CCI não é gerenciado pela Secretaria Municipal de Educação. Então estou disposta e aberta a conversar com a Vereadora, e com as pessoas que gerenciam o centro de convivência infantil aqui, porque estamos dispostos a ajudar no que for necessário – mas ele não é gerenciado pela Secretaria de Educação.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. CÉLIA REGINA GUIDON FALÓTICO – Apenas na área de alimentação escolar vem a orientação pelo cardápio. Nós encaminhamos os alimentos, e oferecemos, obviamente, todo o nosso material pedagógico para uso das equipes das CCIs que existem em algumas Secretarias e aqui na Câmara Municipal.

Quero agradecer a atenção de todos, e dizer que continuamos à disposição da população da Cidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Quero agradecer a Dra. Célia, Secretária Municipal da Educação da cidade de São Paulo, pela presença, pela brilhante explanação dos questionamentos aqui apresentados. Espero que a nobre Secretária possa realmente aproveitar todos os dados apresentados, e melhorar ainda mais os planos para a educação na cidade de São Paulo. Muito obrigado, Secretária. Parabéns pelo seu trabalho, com votos de

boa gestão para este ano de 2012.

A SRA. CÉLIA REGINA GUIDON FALÓTICO – Comunico que o Dr. Milton Roberto Persoli, Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social já presente. E peço, neste momento, para que Dr. Guilherme Estanislau do Amaral, Coordenador Financeiro e Orçamentário da Secretaria Municipal de Saúde, tome assento à nossa mesa.

Neste momento, abro a inscrição para você, que deseja falar sobre o serviço social da cidade de São Paulo.

Para que o Secretário tome seu assento, interromperei os trabalhos por dois minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Atilio

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Dando continuidade à nossa audiência pública, gostaria de dizer que já temos dez pessoas inscritas para debater assuntos da saúde.

O Dr. Guilherme Estanislau do Amaral está à nossa disposição. Peço que o senhor se apresentasse, para que a população possa conhecê-lo.

O SR. GUILHERME ESTANISLAU DO AMARAL – Boa tarde a todos, vereadores, cidadãos, cidadãs. É um prazer muito grande estar aqui hoje para representar a Secretaria Municipal de Saúde.

A Saúde faz uma prestação de contas trimestral, que o Dr. José Maria apresenta brilhantemente a cada três meses nesta Casa.

Eu gostaria de anotar alguns dados, caso eu não tenha todas as condições, para que tragamos todos os esclarecimentos na próxima prestação de contas, porque hoje o principal objetivo é discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O material que nós recebemos, e que é de conhecimento público de todos, traz basicamente todos os programas.

Vejam só, eu sou engenheiro de formação, tenho especialidade em projetos e solidificação (?) em Project Management Institute, em gerenciamento de projetos. E, para mim, o Orçamento nada mais é do que um projeto que precisa ser implantado ao longo de um ano, e é preciso planejar para implantar. E a LDO é um dos principais instrumentos para que possamos avançar.

Deixo claro o seguinte: nós, quando elaboramos essas leis... independentemente de haver alguma divergência, a saúde tem melhorado ao longo do tempo. E nós temos de garantir não apenas o que já temos... O que se foi feito de bom – que nem eu ouvi aqui alguns elogios às AMAs. Existem alguns avanços. Nós não podemos permitir que isso não seja contemplado no próximo. Claro que, além disso, dentro até da fala do Dr. José Maria, nós precisamos avançar, porque existe, evidentemente, uma série de pontos que precisamos melhorar. Infelizmente, o Orçamento é finito; se tivéssemos um Orçamento infinito, nós poderíamos, com certeza, fazer muito mais. Agora, nós nos atemos à lei, ao Orçamento, votado nesta Casa. Em função disso, nós, obviamente, procuramos fazer o melhor possível, e nem sempre dá para conseguir atingir todas as expectativas da população; mas, com certeza, nós trabalhamos, no dia a dia, nessa direção.

Estou à disposição de todos para responder as perguntas necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – O Dr. Estanislau é Coordenador Financeiro e Orçamentário da Secretaria. A LDO é realmente uma regra que dá diretriz à implementação do Orçamento para 2013 – isso é muito importante. Que fique bem claro que nós vamos montar; estamos aprovando uma LDO que vai dar diretriz orçamentária para o início do mandato de um novo prefeito, para 2013. Então é muito importante que vocês possam fazer os questionamentos devidos já pensando no que pode ser, ou não, modificado ou implementado, em nível projeto, para 2013.

Tem a palavra o nobre Vereador José Rolim, por três minutos.

O SR. JOSÉ ROLIM – A sugestão é a de que o Orçamento tenha um estudo na

comunidade Paraisópolis, Real Parque, Jaguaré, Parque Fernanda, Jardim São Francisco e Jardim São Luís – esses lugares que estão passando por um processo de urbanização, onde está havendo um grande fluxo, uma mudança. Por exemplo, foi um monte de gente do Real Parque para Paraisópolis. E, no momento que está fazendo, existe uma troca – por exemplo, vem gente de Paraisópolis para... Eu não pus Heliópolis, porque Heliópolis tem um hospital. Esses bairros, de repente, verticalmente, crescem mais. Então a ideia é que vocês façam algum estudo para que haja um fortalecimento dos centros de saúde – UBS, AMA... Esqueci de mencionar o Jardim Colombo; a AMA do Vila Sônia não está aguentando a demanda, porque construiu verticalmente no Jardim Colombo e, automaticamente, pessoas do Paraisópolis foram para lá, fazendo crescer a demanda.

Nesses lugares de grande demanda em São Paulo – zona Leste, Sul e Oeste – deve ser feito um estudo da UBS ou do AMA, para ver se precisam de mais médicos, etc. Seria uma espécie de fortalecimento no atendimento.

Também gostaria que incluíssem uma coisa, porque estamos desde 2007 batendo no martelo: a UBS da Vila Guarani, no Jabaquara. Já arrumamos umas 10 casas, mas nunca a coordenadora daquela região aceita. Agora, arrumamos uma com 10 dormitórios e, mesmo assim, ela, até agora, não foi olhar. Sei que o tempo está escasso, mas vamos projetar, pelo menos, para 2013. É uma sugestão deste humilde Vereador que vê a dificuldade desse povo.

É melhor trazer a proposta do que só meter o pau, porque tem acontecido alguma coisa nesses governos. Não é só ruindade, não.

Fala-se muito da responsabilidade nesta nossa Casa – a oposição e outros batem muito, dando a impressão de que só o Prefeito Gilberto Kassab tem responsabilidade sobre a Saúde. Não. Também o Estado, o Município e a União.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) - Quero apresentar o Dr. José Cláudio Domingos, coordenador de planejamento, bem como o Dr. Guilherme Estanislau do Amaral,

que, também, estará à disposição para eventuais questionamentos.

Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Eu, Maria do Socorro Alves, estava até um pouco ausente, mas não posso ficar. Sou do grande conselho municipal do idoso, do conselho da saúde, da região de Itaquera, do conjunto habitacional Águia de Haia. O que falo – não sou contra o governo, sou contra o sistema – repito: graças a Deus, tive e tenho sorte. Na UBS Águia de Haia e na AMA Águia de Haia, a minha população é atendida, portanto, não tenho do que reclamar. Sou da área da Saúde e aposentada e não tenho do que reclamar.

Só que houve uma coisa muito grave e é bom que vocês tomem conhecimento: no dia 03, domingo, o Sr. Chalita foi ao AMA, 19h15, com uma equipe, para fazer propaganda, com umas 20 caras. Mas ele não procurou saber quem era dali, o que estava acontecendo. Simplesmente, foi dizer que ali não funcionava. Ele esqueceu que lá tem dono. São pessoas humildes, mas de caráter. Uma moradora do conselho subiu e perguntou quem era ele, porque muitos estavam desesperados, pensando que era alguma coisa grave. Ele se identificou, e ela falou: “Para você vir aqui tem de ter autorização”. Ele se esqueceu de que lá não é terra de ninguém. É a terra dos meus anjinhos, e tem de trabalhar direito com ele. A menina pediu para ele se retirar e tentou entrar em contato com a gerente da AMA e da UBS, mas era domingo, e ele queria que a turma tivesse trabalhando.

De manhã, as pessoas apavoradas me procuraram. Entrei em contato com várias pessoas. Eu acho que, por sermos humildes, também merecemos respeito. Procurei falar com o Sr. Secretário – que me conhece -, porque no nosso terreno do Águia de Haia do CDHU, tem um terreno que é do conhecimento do Subprefeito, local que se tornou uma cracolândia. Já mandei esse documento ao Zé Maria e ao Subprefeito, porque faz parte da Saúde ou não? Droga não envolve questão de saúde? Quero saber quem vai nos socorrer? Cadê o Chapollin Colorado?

Digo e repito: vou encaminhar para o Ministério Público representação contra a

Subprefeitura de Itaquera, e toda a população que, aqui na Câmara, só tem seis Vereadores que trabalham, e o resto é tudo vagal. Ganham dinheiro da gente e tudo o que passa aqui, comunico na periferia. Vou no AMA e falo: os únicos com quem tive dificuldades foram as pessoas do PSF, do Vila Ramos.

Entrei em contato como conselheira, conversei com a irmã Monique e tudo indica que virá uma nova gestora. Vou reunir a população da nossa comunidade, os anjinhos, e vamos conversar com eles, porque, se não trabalhar direito, têm de ter respeito, simplesmente, eles falaram: “Dona Socorro, não são todos os funcionários iguais os do AMA, que respeitam a comunidade”.

É esse o meu recado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) - Obrigado.

O próximo orador é o Sr. Antônio Pedro, da Fepac.

O SR. ANTÔNIO PEDRO – Meu nome é Antônio Pedro. Sou Presidente da Fepac. da Capital de São Paulo.

Quero focalizar duas questões: a primeira tem relação com hospitais previstos no plano de metas da Prefeitura. Eles já deveriam ter sido iniciados, mas, em virtude de algumas manobras da própria Prefeitura, porque no início seria feito pelo Poder Público, depois, por PPP e, atualmente, não sabemos como será. Surgiu uma informação de que havia três imóveis, que seriam desapropriados para a construção desses hospitais, então, gostaríamos de saber se a Secretaria já efetivou essa desapropriação e que plano de ação há para acelerar a entrega desses hospitais: Brasilândia, Vila Matilde e Parelheiros.

A segunda tem relação com a gestão da Saúde e dos recursos destinados às OS. Não vamos entrar numa linha que sataniza as OS. No entanto, achamos que, hoje, quase metade dos recursos da Secretaria da Saúde são destinados à OS, com um crescimento constante, ano após ano, para esse serviço que não é prestado diretamente pela Prefeitura. O próprio Tribunal de Contas do Município já colocou em xeque a transparência dos serviços

prestados pelas OS. Basta ver que, hoje, mais da metade dos trabalhadores da Saúde já não são mais servidores públicos, são terceirizados, via OS. Então, a questão é que, pouco a pouco, a gestão da Saúde vai saindo das mãos da Prefeitura, do Poder Público, que deveria executar e fiscalizar servidores públicos. São já terceirizados via OSs. A questão é que pouco a pouco a própria gestão da Saúde vai saindo das mãos da prefeitura, do Poder Público que deveria ser quem executa e fiscaliza isso. Isso, me parece, está bastante sem controle em relação ao Poder Público e, quem trabalha com controle social vê isso como uma questão bastante perigosa porque o controle social é fundamental para a questão dos próprios princípios do SUS. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Obrigado. O próximo é o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Obrigado. Saúdo o Vereador Atilio Francisco, o representante da Secretaria, Sr. Guilherme, Sr. José, conselheiros de saúde, população presente, as perguntas de saúde na LDO são muito evidenciadas. Por quê? Porque a gestão que, na verdade, não tem oito anos, tem quatro anos, tem de avaliar os quatro anos e não fazer como a Professora Célia erroneamente fez, não é desde 2005. É 2008. É a gestão que começa em 2009 e termina em 2012. A gestão passada é história. Além do que a Sra. Secretária não respondeu algumas perguntas feitas como o número de créditos de 2011. Mas tudo bem. Vamos para a Saúde. A gestão, como lembrou muito bem o Sr. Pedro, não entregou nenhuma PPP. Ou seja, passou quase dois anos iludindo, ludibriando a população com essas PPPs. Que iria solucionar saúde, que iria fazer obra em 15 meses, 6 meses, 10 meses e não tem nenhuma obra. Nem o centros diagnósticos em seis meses serão entregues. Quiçá os hospitais! Oito novos hospitais readequados, zona Norte, zona Sul. Talvez seja uma das maiores mentiras de São Paulo na área da Saúde. Uma mentira que envolveu e ludibriou a população mais pobre. Infelizmente. É muito triste. O Tribunal de Contas do Município, depois de dois adiamentos, em 16 de maio, adiou, suspendeu o processo, quiçá definitivamente. A

Secretaria de Saúde teve durante quatro anos, sete anos, muito dinheiro, bilhões de reais para fazer essas obras e não fez! Privatizou o sistema. Deixou que a maioria dos funcionários fossem privados, não fossem públicos, não fossem concursados. A Câmara Municipal também é um pouco omissa com relação a isso. Pergunto: as OSs tem irregularidades, sim. Não posso dizer que são todas. São muitas OSs. Mas algumas já estão, por exemplo, multadas pelo Tribunal de Contas do Município.

Sr. Guilherme, quem vai pagar as multas de 500 reais por contratos irregulares já proclamados pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo contra essas OSs. Quem vai pagar? O povo? O dinheiro da Saúde? Alguém vai entrar com processo contra essas OSs para serem responsabilizadas por irregularidades no contrato que elas já foram feitas pelo Tribunal de Contas do Município? Quem vai se responsabilizar por isso? A dotação às OS em 2011 foram pagas 480 milhões de reais. Em 2012 no primeiro trimestre já estava em 148 milhões. A projeção era de quase 600 milhões de reais só para essa dotação. De 480 para 600. Ambulatórios de OSs 700 milhões em 2011, primeiro trimestre de 2012, 179 milhões. Projeção 716 milhões. Ou seja, esses valores vão aumentando sem nenhum controle social. Foi uma das maiores vergonhas da história. Ainda tem hospital de OS que cobra estacionamento e é terreno público. O Hospital do M'Boi Mirim. A população pobre vai internar o seu familiar e ainda paga o estacionamento em hospital público. Tem projeto aprovado na Casa que não é aprovado contra esta barbárie! Quer dizer, o hospital é público ou particular? Cobra estacionamento do pobre povo da zona Sul? Quem se responsabiliza por isso?

Por fim, a questão que esta Casa não pode aprovar uma LDO com apenas uma UBS para 2013. Dotação, página 2, 3100. É imoral esta câmara aprovar uma LDO, como o Sr. Kassab enviou e vem enviando há três anos, apenas uma UBS para 2013. É imoral. Confio nos vereadores para que mudem esta realidade.

Para encerrar registro as propostas do orçamento. Reabertura da UBS Bosque da Saúde, combate ao fumo na cidade de São Paulo porque está causando muito câncer, UBS do

Jd. Julieta, que se resolva a situação. A construção, não o puxadinho, da Vila Medeiros e o Programa de Atendimento ao Idoso em Itaquera, uma demanda, uma luta histórica da guerreira conselheira Maria do Socorro Alves, que falou aqui antes.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Obrigado. O próximo é o Alex Albuquerque da Fepac.

O SR. ALEX ALBUQUERQUE – Primeiramente cumprimento a mesa na pessoa do Vereador Atílio, assim como o Guilherme da Secretaria e o Sr. José Cláudio. Sou membro da diretoria executiva da Fepac e conselheiro de saúde da Cidade. O que desejo colocar é mais uma questão de revisão para iniciar esse debate. Em relação à dotação orçamentária que está disponível para o controle social na Secretaria temos um valor de 250 mil reais. Metade desse valor é utilizado apenas para o deslocamento dos conselheiros para reuniões e visitas nas UBS e para um trabalho no controle social. 250 mil é um fundo para o conselho municipal para utilização do controle social. Nisso está previsto o transporte do conselheiro. Mais da metade é gasto com o transporte do conselheiro. Primeiro, vamos pedir uma ampliação disso. Vamos fazer projeto para ver como fazer a viabilização desse aumento que, para nós, acreditamos, acima de um milhão seria importante para a cidade de São Paulo. É um trabalho de levar seminário para as regiões e fortalecer a base, onde se faz a execução do controle social.

Com relação a nossa região, o Jaçanã, temos um hospital que é, na verdade, municipalizado. É um hospital que está sendo alugado pela Secretaria de Saúde. Lá tem algum projeto para ter um hospital realmente do Município ou isso vai ser um projeto do Governo de deixar lá mesmo um equipamento que está sendo municipalizado. Hoje o hospital é fechado para a prefeitura e recebe uma verba mensalmente para conduzir o serviço na região. Essa é uma das questões.

Em nossa região Jaçanã-Tremembé foram feitos três projetos que entregamos para a Secretaria desde o ano passado. Um era de um CAPS AD de álcool e drogas porque só temos um na supervisão. Ali temos uma necessidade muito grande pois onde existe um CAPS

AD há uma atenção maior ao adolescente, ao vitimado pelo consumo de álcool e droga que acabam vitimando a família também. Pedimos um AMA. Está lá o projeto desde o ano passado. E também uma UBS no Jardim Cabuçu. Peço que essas questões sejam verificadas e respondam à nossa região. É o nosso pedido.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – O próximo é a Sônia do Voto Consciente.

A SRA. SONIA BARBOSA – Gostaria de parabenizar todos vocês que vieram aqui num sábado de manhã. Gostaria de parabenizar a Casa pois vemos um esforço grande da Casa em promover as audiências públicas com pessoas. O que acontece normalmente aqui é que as audiências públicas acontecem, as pessoas não aparecem e muitos vereadores não comparecem também. Então eu brinco que é uma audiência de mentirinha pois segue o regulamento, é obrigado a fazer, fazem, os funcionários trabalham, fazem tudo e o povo não vêm e os vereadores também não se sintam obrigados a vir, embora não sejam obrigados a estar presente. Mas é sempre bom ouvir o que a população tem a dizer. Percebo que existe nesta Casa um esforço grande. Parabenizo o Vereador Atilio que se esforço em colocar esta audiência às 11 horas da manhã de um sábado para que as pessoas que trabalham possam comparecer. Porém, Vereador, existe mais um outro passo que tem de ser dado por esta Casa. É a resposta das pessoas que vieram aqui. Não basta a Secretária, como se fez agora, responder para vocês que ela está fazendo isso, aquilo e aquilo outro. O que é importante é que vocês se sintam valorizados por terem vindo aqui e terem dado as suas sugestões para o Secretário. Que o secretário responda a vocês. A gente percebe que nunca houve uma resposta de um secretário para as demandas, as explicações, os pedidos das pessoas. Se a Casa quer que vocês venham aqui com mais frequência e que digam as coisas que estão acontecendo, que muitas vezes os próprios secretários não sabem, que vocês tenham, no mínimo, uma resposta quando acontecer. Vi um rapaz falando sobre as escolas que as janelas estão quebradas. Quer dizer, no momento em que a Secretaria conseguir colocar as janelas na escola dele ele mereceria um bilhete, uma carta, um email, uma ligação, uma coisa qualquer do

Secretário dando esta satisfação para a população.

A população vai se sentir amparada e sentir que houve uma atenção do Executivo para com a população. Muito obrigada. Boa sorte, Vereador, continue nesse rumo.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Obrigado. Como relator da LDO estou assumindo o compromisso juntamente com a assessoria da Comissão de Finanças e Orçamento para que de tudo o que foi debatido aqui, aquilo que for assumido e acatado pela relatoria, vamos informar através do site e da TV Câmara, posteriormente, daquilo que for possível acatar para a LDO. Não esqueçam que a LDO é apenas uma lei de diretrizes orçamentárias. Teve muita coisa que foram ditas aqui que compete estar registrado no Orçamento. A LDO é apenas uma lei de diretrizes orçamentárias. Já aprovamos em primeira, já fizemos um adendo, um substitutivo em que acrescentamos coisas importantes. Não alterou nada, apenas foram acrescentados alguns itens. Sabemos que o mínimo orientado pela Lei Federal para o gasto da Saúde é 15% e já foram aprovados em primeira, na LDO o gasto mínimo, pelo Município, de 20% da dotação orçamentária. Já houve uma pequena mudança, baseada, não só naquilo que entendíamos, mas também o próprio prefeito disse que haveria uma mudança nesses termos uma vez que ele tem gasto em torno de 19,5% quase 20% da dotação orçamentária.

Os representantes das secretarias poderão dar detalhes.

Próximo orador, Maria dos Anjos, do CEU Vila do Sol.

A SRA. MARIA DOS ANJOS – Represento o Jardim Vera Cruz e o entorno do M'Boi Mirim com 600 e poucos mil habitantes. A minha questão é a construção de um AMA que temos pedido desde 2007. Foi votada aqui uma emenda para aprovar 2,4 milhões de reais para a construção desse AMA do Vera Cruz, sendo que está na conta 1,4. Só que esta construção está muito devagar. Não dá para ver o que está sendo feito. A população precisa desse AMA Especialidade porque a região do M'Boi Mirim não tem especialidade. O próprio hospital não tem especialidade. A população aguarda ansiosa a construção desse AMA. Esperamos que

seja feito. Foi prometido desde 2007. Estamos em 2012 e nada está sendo feito. Peço aos Srs. Vereadores que acompanham a construção desse AMA porque está muito devagar. Agradeço ao Jamil que foi uma das pessoas que votou a maior emenda para ajudar a construção do AMA do Vera Cruz. Estou falando o nome do Jamil não é porque estou defendendo político nenhum, não. Estou para cobrar de todos. Não defendo nenhum político porque todos têm o comprometimento com a população. Não sou de partido político. O partido que defendo é o partido das comunidades. Estou aqui para defender o povo e cobrar o compromisso dos vereadores para com a população. Por conta disso que estou aqui. Não me interessa de que partido é. Peço a todos, com todo o respeito, que seja feito o AMA do Vera Cruz. Não vai servir só ao Vera Cruz. Vai atender toda a região do M'Boi Mirim que tem mais de 100 bairros que precisam ser assistidos por este AMA Especialidade. O serviço da saúde da região do M'Boi Mirim é péssimo. Nosso hospital tem um serviço de má qualidade. Sabemos que não atende toda a população como deveria. Pelo tamanho do hospital falta muita coisa, inclusive leitos de internação. A gente vê que tem pessoas que ficam lá sem conseguir internação porque não tem leito suficiente para atender a toda população, porque a região é muito grande, tem muita gente e tem pouco hospital para atender. A gente vê também que é necessário ser construído, além dos AMAs; melhorar o que já tem e construir mais hospital na região. Esse é um pedido que eu faço aqui e peço aos vereadores, que não estão todos aqui, só tem dois, o que é um absurdo, porque são 56 vereadores e acho que só a população vem aqui. Embora sejam poucas pessoas, porque a audiência pública também não é divulgada. Ontem eu participei de uma reunião da saúde no M'Boi Mirim e não foi falado dessa audiência pública hoje. É uma pena, porque vários conselheiros estavam lá e todo mundo fala sobre a saúde. Se tivesse avisado nas reuniões do conselho da saúde teria mais pessoas aqui reivindicando o que eu estou falando. Então é isso que eu tenho para falar e peço a esses vereadores que estão aqui que passem para os outros. Espero também que seja gravada esta audiência. Sim, senhora, eu acredito que estejam trabalhando, mas já que foi convocada uma audiência pública nós não

podemos vir aqui para falar para as cadeiras, temos que falar para os vereadores que têm compromisso com o povo, porque é o povo que vota e que elege. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Obrigado. Vamos ao próximo participante, o Sr. Denis Veiga. Fale à vontade em três minutos.

O SR. DENIS VEIGA – Meu nome é Denis Veiga Júnior, sou morador do Real Parque e participo do movimento popular de saúde de lá. Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa na pessoa do Vereador Atílio. Trazemos a reivindicação de uma AMA Especialidades para o Real Parque, primeiro porque é uma necessidade premente da população. São mais de seis mil moradores na comunidade, fora o bairro em si. Atende também, além do Real Parque, o Jardim Panorama. Então é uma premência muito grande essa AMA Especialidades, porque o nosso bairro infelizmente é muito mal servido de transporte público. Para vocês terem uma ideia, para chegar à AMA mais próxima demanda três conduções; para o Hospital Infantil Darci Vargas, dois ônibus. Existe uma população idosa bastante importante. Aliás, a população do Brasil vem envelhecendo aceleradamente, do Real Parque também. Eu até aproveitaria para ler só o comezinho do Art. 15 do Estatuto do Idoso: “É assegurada a atenção integral à saúde do idoso”, e ela é negada na medida em que não existem equipamentos de saúde para atender a essa população, de idosos principalmente e também de maneira geral, como a juventude que está aqui. A AMA 24 horas, por exemplo, é importante, mas também é muito fácil construir AMA 24 horas em hospitais, e as AMAs 24 horas na cidade de São Paulo só existem em hospitais. Então seria importante que existisse equipamento AMA 24 horas que não fosse em hospital. Era essa basicamente a reivindicação, lembrando que, por exemplo, a ortopedia... as pessoas são enviadas para Santa Cecília. Se para ir para o Darci Vargas, ali no Morumbi mesmo, são duas conduções, imaginem ir para Santa Cecília. Quer dizer, é a negativa do direito e a imposição de um ônus extremamente severo. Muitas vezes a gente escuta a Secretaria dizer que há um alto absenteísmo na realização dos exames, mas é por conta disso. A dificuldade é muito grande, a pessoa tem que atravessar a Cidade para fazer um exame,

para se tratar. O diagnóstico às vezes é apurado, mas o tratamento fica muito difícil por conta disso. Acredito que falta um pouco de racionalidade no planejamento espacial dos equipamentos públicos de saúde na Cidade. Basicamente era isso. Estamos reivindicando a inclusão da AMA Especialidades para o Real Parque. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Obrigado, Denis. Próxima pessoa é o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Laerte Brasil, Presidente da Associação dos Especialistas e Entidades em Defesa dos Serviços Públicos de Saúde e Meio Ambiente da Cidade de São Paulo. O orçamento da saúde pública de São Paulo é de primeiro mundo, mas os serviços prestados aos usuários são de terceiro mundo. Só para dar uma ideia, os acidentes que vêm ocorrendo com os trabalhadores da saúde pelo mau serviço, precário, que tem nos hospitais públicos e privados e baixos salários, esses acidentes estão superando os dos trabalhadores da construção civil. Por outro lado, os usuários vão aos hospitais públicos e privados conveniados, nas UBSs, nas AMAs, não encontram médicos, especialistas, clínicos gerais para atender; também não encontram remédios, que não sei o que está acontecendo que não chegam para os usuários. Apresentamos o projeto de construção do hospital público na região central, equipado com clínica de tratamento avançado para usuários de drogas e entorpecentes. Vimos recentemente o Governo do Estado e o Prefeito de São Paulo, a serviço da especulação imobiliária, tratarem os usuários de drogas no Centro com uma verdadeira operação de guerra, em vez de investir em política pública e agir com inteligência. Particpei de três conferências nacionais de saúde e apresentei um projeto de instalação, em São Paulo e no País, de ambulâncias aéreas, em helicópteros. O outro projeto que eu apresentei foi das “motolâncias”, que foi aprovado por todos os delegados. Aqui em São Paulo se reúnem os melhores pilotos de motocicletas. A dificuldade que a Secretaria Municipal de Saúde teve de implementar o serviço das “motolâncias” aqui na Cidade... Outra questão, para concluir, as UBSs nos bairros são fechadas nos finais de semana. A gente tem lutado pela abertura 24

horas por dia, feriados, sábado e domingo; e ficam fechadas. Essas são as questões que a gente levanta. Obrigado pela palavra. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Muito obrigado, Sr. Laerte. Estão encerradas as inscrições para o tema Saúde. Próxima pessoa a usar a palavra é o Sr. Claudio Costa Santos.

O SR. CLAUDIO COSTA SANTOS – Boa tarde. Sou Claudio Costa Santos, da coordenação dos Movimentos de Resistência do Orçamento Participativo da Cidade de São Paulo. Bom dia, Vereador Atilio Francisco, representantes da Secretaria de Saúde, cidadãos presentes. Inicialmente gostaria de parabenizar as proposituras e demandas do Movimento de Resistência do Orçamento Participativo da Cidade de São Paulo. De fato são demandas necessárias que estamos reapresentando mais uma vez. Havíamos apresentado em primeira, reafirmamos as nossas propostas, entretanto nos deparamos com um governo fascista, anti democrático, que adota uma estratégia perigosa, quando ele quer diminuir o estado, diminuir o que é público e ainda adota uma estratégia neoliberal de nesse sentido queremos saber, ainda referente a CPI Sorocabana, que houve um desvio de milhões de reais que não foi implementado nesta Casa, blindaram a CPI e ainda continuam cobrando estacionamento de forma irregular.

Com relação a questão das organizações sociais: o nosso movimento protocolou uma denuncia no Ministério Público, referente ao super faturamento das OSs, está aberto um inquérito de improbidade administrativa, esperamos que a justiça nós dê um retorno, eficaz, e que o que a sociedade civil espera. Com relação as parcerias públicas privadas dos três hospitais, o Sr. Secretário faltou com a verdade, quando disse e se comprometeu com a população que entregaria, mas de novo, essa estratégia neo liberal não foi possível articular um parceiro para que se efetivasse essa parceria, então a população, temos de ficar de olho por conta de possíveis promessas daquilo que não será entregue.

Com relação a questão do conselho de saúde. Este é um governo que não gosta da

população, porque ainda não regularizou o conselho de saúde. Ele emitiu uma portaria no dia 19 de maio, em que o Secretário assina a formalização do conselho e pela lei sabemos que o conselho em regularizado pelo Prefeito, portanto, o conselho Municipal de saude, não está oficializado. Srs. Vereadores e cidadãos paulistanos, espero que o próximo governo seja um governo democrático e popular. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Agradeço a presença do Sr. Gerson Lima, supervisor da CET e Gilberto Teixeira, gerente de projetos civis do sistema da SPtrans. Que fique bem caracterizado que o convite foi efetuado para os Srs. Secretários. Estou citando o nome dessas pessoas para que na hora que chegar no tema transportes possam direcionar seus questionamentos exatamente para as empresas mistas da Secretaria de Transporte. Seria a CET e a SPtrans.

Com a palavra Sra. Josefa Neide da Silva.

A SRA. JOSEFA NEIDE DA SILVA – Muito obrigada. Desde já agradeço a oportunidade de estar aqui e poder falar minha opinião a respeito da saúde. Em primeiro lugar gostaria de perguntar e também deixo para que vocês possam depois observar o sistema. Porque foi implantado nas UBS o sistema de senha, mesmo estando com horário marcado no cartãozinho do paciente. Em minha opinião o sistema ficou muito difícil porque mesmo com horário marcado, quando chegamos ao posto para sermos atendidos somos obrigados a pegar senha e até que sejamos atendidos no balcão pela recepcionista que faz então nosso prontuário, chegar à sala do médico, a demora é muito grande, de duas a três horas. Apenas para que sejamos atendidos com a senha. Depois aguardamos mais duas a três horas, até que a medica nos atenda. Essa semana estive, ontem mesmo, na UBS de Ermelino Matarazzo, a minha consulta estava marcada para as 9 horas da manhã, eu fui atendida meio dia e meio. A demora dos exames é muito grande. Estou desde fevereiro aguardando que o SUS libera um exame de sangue que a médica pediu para verificar problemas na tiroide, até hoje estou aguardando que eles mandem a resposta se autoriza ou não. Creio que essa situação não é

apenas comigo que acontece, como tem demonstrado a mídia, o Brasil todo quase que está nessa situação. Compreendo que não somente o município e o estado é o responsável, mas Município, Estado e Federal. Porém o SUS, deixa muito a desejar. Se existe todas aquelas maravilhas que passam nos comerciais a respeito da saúde pública, na mídia, deve ser aqui pelo centro, porque nas periferias está difícil. Quando a medica pede um exame demora de seis a sete meses. Tenho outro exame que desde fevereiro que estou aguardando, foi marcado para outubro. Precisa-se de um atendimento rápido, se passa mal e vai ao hospital de Ermelino Matarazzo, Dr. Alípio Correa Neto, por exemplo, chega lá você não é atendido em uma parte do hospital, é obrigado a passar pelo AMA primeiro para que o médico AMA observe qual é a sua situação se for um caso grave, ele encaminha para o hospital. Mas se você não chegar quebrado, baleado, enfartando, ai você não é atendido no hospital. É obrigado a ser atendido no AMA. UBS mesmo tendo AMAS os prontos-socorros só atendem os casos que chega quebrado, enfartando, ou outros. É complicado. O posto de saúde precisa entender que o nosso acompanhamento do dia a dia, é uma coisa, mas quando você passa mal, você não vai ficar um ano esperando uma consulta. Fui em fevereiro marcar consulta, marquei para junho. Conheço os médicos recém-formados que não querem trabalhar nas periferias porque falam que o sistema está ruim. Por favor, observem isso. Veja o que pode ser feito para melhorar. A própria medica que me atendeu, ela disse que a bagunça está demais na saúde. E se ela médica fala isso, imagine os pacientes. O sistema das senhas para as UBS não está dando certo. É muita demora. Ontem a ambulância foi buscar a mãe de uma colega, o motorista ficou questionando para onde ele iria levar aquela senhora de 80 e tantos anos. Por favor, deem mais atenção à saúde.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Com a palavra o Sr. Francisco das Chagas Machado.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS MACHADO – Boa tarde a todos. Quanto a questão da saúde, foi criado o chamado controle social, que é totalmente controlado pelo

governo.

O Conselho Municipal de Saúde não existe no momento, porque está indefinido, aguardando a Justiça se manifestar se houve eleição, se não houve, se vale ou se não vale. O Conselho de Saúde aqui do Centro, da Sé, o maior Distrito de Saúde da cidade de São Paulo, teve eleição recentemente. Eu saí desse Conselho, depois de quatro anos de gestão - seria o segundo mandato -, mas a coisa foi feita, nessa eleição, de uma forma vergonhosa, e o Governo não aceitou a participação da população, fez a eleição sem divulgação nenhuma, fez a eleição em dia de semana, com encerramento às 16h a fim de que quem estivesse trabalhando não pudesse votar. Então, os candidatos inscritos se elegeram todos, muitos deles sem receber nenhum voto de ninguém, somente com o voto próprio, se autoelegendo.

Isso foi feito antes de se discutir se é legal ou não. Eu afirmo que não tem representatividade nenhuma, ele não represente nada, nada em si mesmo. E o Conselho é representativo, tem de representar a população. Vamos fazer uma eleição da Câmara Municipal, para a Assembleia, para o Congresso Nacional, cada um votando em si próprio, se autoelegendo? Isso é absurdo, isso não existe, gente, do jeito que esse Governo quer.

Então, a questão da Saúde na cidade de São Paulo nunca antes foi tão ruim quanto o é hoje antes, a população não era tão enganada quanto é hoje; antes, não se mentia tanto quanto hoje. Mentir dessa forma, governar com mentira. O senhor se lembra de uma única vez na história da humanidade? Só na Alemanha nazista se governava com mentira. Hoje, engana-se a população. Está no jornal de hoje e quem vai se tratar no hospital está sendo obrigado a levar os medicamentos, porque lá não há nada. É um verdadeiro fracasso, uma verdadeira falência do sistema público de saúde.

Então, os pacientes são submetidos a um verdadeiro calvário, assim como os trabalhadores da Saúde, que enfrentam essa situação. Isso é uma coisa insuportável, uma coisa que não é possível.

Pergunto até quando que se vai continuar com essa situação, até quando que vai

ficar assim. É algo que não pode continuar, pois não há condições, mas estamos vivendo esse abismo, enquanto se vai à televisão e se fala que vai tudo muito bem. Vai muito bem para quem não precisa do sistema público de saúde, para quem vai se tratar com seu convênio, para quem vai aos hospitais de ricos e tal e tudo, vai muito bem, obrigado. Mas fala para eles irem fazer uma simples consulta numa UBS. Há caso de paciente, conforme ouvi relatar aqui, que marcou uma consulta para quatro meses depois - de fevereiro, marcou para junho - e há casos piores do que esse. Quando eu estava no Conselho, recebi reclamação de paciente que marcou uma consulta para nove meses depois.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) - Concluindo.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS MACHADO - Obrigado pelo aviso.

Fui à UBS verificar isso, cheguei lá e me disseram que não estavam marcando consulta nenhuma, nem para nove meses nem consulta nenhuma, estavam dispensando a população.

Muito obrigado. Era o que eu tinha a falar.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) - Obrigado, Sr. Francisco.

Quero também comunicar a presença da Sra. Luíza Josefa de Assis, Diretora Social da Associação Beneficente Esportiva Central, da zona Leste.

Avisamos às pessoas que desejarem se inscrever para falar a respeito da Assistência Social que vamos encerrar as inscrições nos próximos cinco minutos.

Agora vamos ouvir as ponderações do Dr. Guilherme Estanislau do Amaral, Coordenador Financeiro-Orçamentário, e também aqui, ao seu lado, o Dr. José Cláudio Domingos, Coordenador de Planejamento.

O SR. GUILHERME ESTANISLAU DO AMARAL - Queria fazer, primeiro, uma consideração geral, dado que o tema hoje é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, acho fundamental que foi colocada aqui uma série de pedidos de criação de AMAs, de UBSs, de hospitais.

Pensando de uma forma bem genérica, acho isso fundamental para que possamos levar esses pedidos – garanto a vocês - para as áreas técnicas. Não estou dizendo que todos serão atendidos, porque existe uma equipe técnica que faz um trabalho para saber se em determinado lugar é mais prioritário que em outro. Se houver dinheiro para construir nos dois lugares, claro que faremos, se não, infelizmente... É a área técnica que vai dizer, sempre ela. Todos esses pedidos serão levados ao conhecimento do Secretário para que possa, inclusive, enriquecer o Orçamento de 2012. Claro que existem limitações Orçamentárias, porque não posso gastar mais do que tenho disponível. Se recebesse mais Orçamento, poderia fazer mais.

A palavra-chave com que procuramos trabalhar é melhorar com o que se tem, fazer mais. É gestão do dinheiro público. Por trás disso, existe uma série de discussões como informatização. Todas as áreas me procuram constantemente para saber sobre projetos para que possam melhorar o atendimento e fazer uma informatização. Isso é algo fundamental que o próximo Governo precisa continuar, porque não temos a pretensão em dizer que fizemos tudo. Esse trabalho de informatização vai ao encontro de uma série de demandas que ouço aqui como transparência. Então, acho fundamental avançarmos nessa direção.

Vereador, acho que vocês, obviamente, receberão do Executivo as nossas propostas, mas isso precisa ser avaliado com muito carinho. O nobre Vereador José Rolim fez uma consideração muito importante. Trabalhei na Cohab e na Emurb e esse processo de urbanização em que você tem de levar a demanda é fundamental. Antigamente; considerando a história da cidade de São Paulo, todos os projetos de Cohab; tínhamos de levar para lá as lojas comerciais porque não existia a menor infraestrutura e, inclusive, facilidade de transporte. Não que hoje seja perfeito, mas melhorou e avançou com relação àquela época.

Toda vez em que se faz um processo de urbanização, como o feito no Real Parque, observamos que a cidade de São Paulo cresceu, está explodindo e, claro, hoje temos uma dificuldade com terreno muito grande. Quando se implantou o Real Parque, naturalmente, já aparece uma necessidade de se levar equipamentos, não tenho a menor dúvida. Não sei, em

termos de prioridade, como a nossa área técnica vê em relação a outras. Não vou entrar no mérito dessa questão, porque inclusive não tenho nem capacidade para isso. Mas o que sei é que as áreas discutem muito a esse respeito, se farão esse ou outro projeto. Muitas vezes me procuram para saber se há Orçamento para fazer os dois.

Lutamos muito, inclusive, para melhorar a utilização dos recursos federais. Tivemos um grande avanço, basta olharem os recursos. Nossa Execução Orçamentária atingiu em torno de 97%, tanto na fonte federal quanto na municipal. Essa dificuldade em usar a verba federal não é da cidade de São Paulo. Estamos indo à Brasília e conversando com o Diretor Nacional do Fundo Nacional de Saúde, exatamente, para conseguir melhorar a utilização desses recursos. Hoje, corremos um risco muito estranho. Se vier, amanhã, um novo recurso para saúde e ele for transferido aos Municípios, eles, em função da Legislação Federal, terão muita dificuldade em utilizá-lo. Está sendo feito um trabalho junto à Brasília, que está extremamente aberta e receptiva a esse problema. É claro que não é fácil, existe uma série de exigências legais e eles estão trabalhando nessa direção.

Posso garantir que estamos trabalhando com empenho para usar da melhor forma todos os recursos que nos são colocados à disposição. Conseguimos fazer tudo? Claro que não, mas é essa a nossa disposição e é nesse sentido que estamos trabalhando. A questão da implantação de uma AMA no Jardim Colombo me parece extremamente importante e essa demanda será levada à Secretaria para que as áreas técnicas possam se manifestar.

Também em relação à UBS Vila Guarani, está sendo pedido para que seja contemplado no Orçamento 2013. Nesse instante, estamos falando da Lei de Diretrizes Orçamentárias, não estamos carimbando recursos para área A, B ou C. Na verdade, no instante em que for montado o Orçamento, é extremamente importante que faça parte desses programas uma série de projetos e eles precisam ser avaliados pelas nossas áreas, isto é, quais serão com a maior transparência possível. Vamos levar esse assunto adiante.

Respondendo, agora, à Sra. Maria do Socorro. Quero deixar consignado que

também sou Conselheiro e, aliás, com muito orgulho. Comecei a participar do Conselho muito antes de ser Conselheiro, porque sei da importância desse instrumento para o Município de São Paulo. Não existe, da minha parte, a menor vontade de pegar algum louro porque não faço mais que minha obrigação, mas me aproximo muito porque sei da importância que tem. É muito importante mesmo.

No ano passado, pedi para que o Conselho Municipal elaborasse o seu Orçamento. Tenho dados mostrando que, no ano passado, foram empenhados 132 milhões de reais na dotação da consolidação da participação social no SUS. Neste ano, o Orçamento disponível é de 250 mil reais e foram empenhados, até agora, muito pouco, apenas 41 mil reais.

Tenho conversado com outros Conselheiros e estou me colocando à disposição, porque qualquer projeto que o Conselho peça entra na linha de produção da Secretaria, normalmente, através da Secretaria do Conselho. Qualquer demanda que há, não temos a menor ingerência nessa verba. Isso pode, isso não. Sempre oriento o seguinte: quando vocês forem fazer um gasto, pensem: o que isso tem a ver com a participação popular e social. A partir do momento que se liga causa e efeito já pode começar a fazer um processo para uma licitação, para um pedido de compra ou seja lá o que for necessário. Estou me colocando à disposição para orientar nesse sentido. Quem tiver qualquer problema, pode me procurar, garanto que auxiliarei.

Achei muito interessante o discurso da Sra. Maria do Socorro na defesa do que existe. Esse é um dos principais motivos pelo qual acredito muito na necessidade de ampliarmos o controle social. Acho isso fundamental, seja de que partido for. Não estou entrando no mérito, de forma alguma. Não conseguimos estar presentes em todos os lugares e se a população nos traz isso, pode enriquecer a gestão. Nem sempre conseguimos resolver, evidentemente. Mas, se não tivermos esse apontamento firme e constante, como o caso da Sra. Maria do Socorro informando sobre um terreno da Cracolândia que nem sei se isso é ou não da nossa alçada, mas é obrigação trazer isso para que possamos encaminhar o assunto.

Então, não temos qualquer problema com isso. Que isso possa ser ampliado para outras questões. No mínimo, temos de alertar, porque a Administração é uma só.

Outro ponto importante: parece que há uma certa dificuldade com o PSF na Vila Ana. Vou levar esse assunto para as nossas áreas técnicas. Considero o PSF um dos programas mais importantes, não só na cidade de São Paulo, mas no país. É um avanço em termos de saúde. Temos de lutar realmente.

São Paulo conta com 1.245 equipes. Cadastradas e consideradas como completas, no Ministério, que recebemos, são 945, se não me falha a memória. Se fossem incompletas, não estaríamos nem recebendo. Gostaria que esses casos fossem encaminhados. Vou usar a metodologia que o Sr. Secretário usa e eu acho, extremamente, eficiente. Encaminhem para nós casos de dúvidas pontuais, por favor. É a nossa obrigação irmos atrás e vermos o que está acontecendo. Trabalho na área financeira. Vejo o quanto empenhamos dentro desse programa. Encaminhem isso diretamente à Secretaria, ao Sr. Secretário. Isso é, extremamente, importante.

A minha empregada teve dificuldades numa unidade. Fui atrás disso também, como cidadão, não como coordenador financeiro e orçamentário. Quando percebemos algum problema, é nossa obrigação trabalharmos nesse sentido. Não conseguimos ser onipresentes, em todos os lugares. Em muitas vezes, um funcionário pode errar mesmo, dando má orientação.

Estou falando dentro dessa visão fundamental do conselho municipal, com participação social. Encaminhem-nos isso, porque não vou deixar de encaminhar isso ao Sr. Secretário. Tenham certeza disso. Nós vamos levantar e avaliar essa questão extremamente importante.

Sr. Antônio Pedro, na LDO, há a construção de três hospitais. Por que isso ocorreu? O processo da PPP estava em curso, e o Tribunal de Contas suspendeu o processo. Não podemos nos omitir quanto a isso. Como há o compromisso da construção dos três

hospitais, o que estamos fazendo? Consta a construção deles. Estamos trabalhando na construção ainda dentro desse ano. Isso não está parado. Não sou eu quem está trabalhando, diretamente, nesse caso, mas, constantemente, sou chamado para conversar, inclusive, com outras Secretarias. Esse trabalho está em andamento.

Enquanto a PPP estiver suspensa, temos de partir para uma solução nossa. Nós que vamos construir. É isso que consta. Não podemos avançar. É claro que se amanhã mudar-se o cenário, vamos ver o que faremos. Não excluimos a PPP. Não dizemos: “Não vamos fazer mais”. Isso não existe, pelo menos, nesta Administração. Esse tema existe, está vivo.

Com relação à parte de crescimento de recursos para a OS, não só para as OSs cresceram, mas se pegarmos o orçamento da autarquia, veremos que ele aumentou, sensivelmente, neste ano. Estão sendo realizados concursos públicos. Na minha opinião, faltam médicos. Esse é um fato nacional, não local. Temos de ter todos os instrumentos possíveis para, de uma maneira mais rápida, atendermos à população. Se esse instrumento, nesse instante, for a OS, vamos à OS. Não podemos ter um modelo único, na minha modesta opinião. Essa é a síntese do que a Secretaria pensa. O mais importante é não podermos ficar apenas com o pé num bote. Precisamos resolver o problema da Saúde. Se necessário for investirmos mais na autarquia, como estamos fazendo, vamos continuar fazendo isso. O que é o mais importante? Aumentaram-se os recursos, inclusive para a autarquia. Essa é uma questão orçamentária.

Sr. Fábio, quanto ao pagamento de multas, não tenho os casos específicos. Por mim, passa todo e qualquer pagamento. Seguimos a lei. Se uma coisa não tiver, legalmente, dentro do processo... Se houver dúvidas, basta pegarem o processo e verem. Eles são, absolutamente, transparentes. Há vários tipos de multas e situações. Nem sempre são feitos pelo Poder Público. Muitas vezes, certos funcionários são responsabilizados. Seguimos a lei, repito. Se tiverem dúvidas, basta verem os processos.

Nunca ultrapassamos o nosso limite orçamentário. Portanto, a nossa execução está

em torno de 97%, 98%. O meu trabalho é esse, garantir... É como se pousar um avião. Não vou despencar no começo da pista, mas não posso ultrapassar, porque há um limite legal. Tenho muito orgulho desse nível de execução orçamentária de 97%, 98%. Digo isso porque não é fácil. É um duro trabalho, e só quem senta lá, todos os dias, sabe como esse trabalho é difícil. Por quê? Porque, em muitas vezes, temos de falar “não”. Esse é um papel muito desagradável, porque sabemos a importância da série de projetos que chega. Podemos falar: “Há isso e isso. Vamos fazer isso mais, no final do ano, porque haverá mais orçamento para o próximo ano”. Trabalhamos lá, constantemente, porque a execução orçamentária é uma obrigação. Em cima disso, para tentarmos melhorar, trabalhamos também com a gestão. Claro que faltam muitas coisas. Não estamos querendo dizer que tudo é maravilha.

Uma UBS para a LDO de 2013 é um tema interessante, que precisa ser levado para a Secretaria avaliar. Comprometo-me a levar esse caso, porque concordo que isso é importante. Depois da LDO, temos um orçamento e nele há uma série de projetos que precisam ser feitos. Isso volta para a Câmara, que tem total poder para alterar. A participação das pessoas é exatamente nesse sentido, ao detectarmos algum problema. O documento não pode ser uma letra morta. Tem de ser objetivo e tem de ter andamento. Esse é o principal objetivo que procuramos. Essa é uma questão interessante a ser avaliada por todos, não apenas por nós.

Quanto ao Prodam para Itaquera, digo que é um programa que tenho muito carinho. Participei um pouco nessa parte orçamentária. Eu acho que é a luta de nossa companheira. Ela sempre é incisiva nesse ponto e espero que a gente consiga, de alguma forma, atender. Não estou fazendo nenhuma promessa, por favor. Estou trazendo, dando os parabéns, a esse tipo de iniciativa. Não pode esmorecer. Se amanhã eu tiver que falar “não” eu vou falar “não, eu não tenho recurso”. Mas, continue. Acho que é isso o mais importante.

Alex Albuquerque, de novo a questão do controle. A ampliação, então quem vai elaborar o orçamento do conselho vai ser o conselho, não sou eu. Quero deixar claro. O Alex

faz uma ponderação com relação ao Hospital do Jaçanã. Parece que o assunto já está sendo considerado pelo Zé Maria. Não sei se já levou isso. Senão, peço, mais uma vez, para trazer para a gente levar. Não vou, desculpe, seria leviano responder qualquer coisa. E os projetos já enviados. Eu não tenho conhecimento e vou levar para frente a questão. Acho importante.

Sra. Sônia, acho importante, o Dr. José Maria, hoje é o Dia Nacional da Vacinação, ele está trabalhando e não pode vir aqui, está de férias. Podem ver, isso é público. Não estou inventando nada. Aí o que acontece? Todas as indagações que foram feitas até hoje nunca vi o Dr. Zé Maria não responder. E se tiver, gostaria, se tiver mais indagação que levem. Acho que foi feita uma ideia interessante de poder melhorar esse canal de comunicação. Quem sabe não podemos avaliar dentro do próprio conselho. Isso é uma sugestão minha. Acho que é algo que poderia ser avaliado como melhorar as respostas, de alguma forma. Quero deixar registrado que o Dr. Zé Maria nunca se negou a responder. Isso significa o seguinte: nós, da Secretaria de Saúde jamais vamos nos negar a responder, inclusive dentro do Conselho.

Sra. Maria dos Anjos, de novo a construção de uma AMA. Vou levar isso à frente. Quero só deixar claro o seguinte: na zona Sul existem algumas dificuldades a mais pois existe área de proteção ambiental. Reconheço, isso passa muito no dia a dia por mim. O pessoal se debruça atrás de soluções e a zona Sul, realmente, reconheço que existe uma dificuldade maior. Mas não é falta de nos debruçarmos na procura de soluções. Por isso, mais uma vez, o controle social. Se alguém tiver algum local que tecnicamente seja viável, por favor, nos tragam. Não temos nada contra. Isso só enriquece o nosso trabalho.

Existe, se não me falha a memória, três milhões de pessoas vivendo em área de manancial. Isso é um problema muito grave que os Srs. Vereadores devem se debruçar todos os dias para resolver. É a nossa reserva de água. Não vamos nos esquecer. É uma responsabilidade muito grande. Precisa ser avaliado. Precisa ser avaliado. Como no Cantinho do Céu que teve uma solução técnica muito interessante. Precisamos realmente avançar nesta direção.

O Sr. Denis Veiga, mais uma vez, fala da história da AMA especialidade. Vai junto a resposta do Vereador José Rolim. Uma área que foi urbanizada precisaria avançar. Isso faz parte de um processo de urbanização que, muitas vezes, não é o ideal como gostaríamos mas que precisa ser avaliado. Acho louvável. Essa dificuldade com o transporte é aí que entra a área técnica que precisa fazer estudos e levar em consideração essa série de outros elementos que são vitais. Não adianta só colocar um posto de saúde em qualquer lugar. Tem de entender que região vai ser atendida e como vai fazer para chegar lá. Isso a área técnica estuda.

O Sr. Laerte Brasil faz algumas considerações e diz que é um serviço de terceiro mundo o que temos em saúde. Sinceramente não concordo, não porque seja uma maravilha, estou sendo sincero. Vejam só, qual é população da cidade de São Paulo? 11 milhões de habitantes. O mais importante que eu vejo é que temos uma população de 11 milhões de habitantes e temos 16 milhões de cartões SUS. Como se explica isso? Estou fazendo uma ilação. Se essa não é boa, não teríamos 16 milhões de cartões SUS. Acho que realmente falta. Não vamos fechar a porta para ninguém. Temos de melhorar isso. Talvez alguma câmara de compensação, alguma forma de fazer esse tipo de trabalho seja algo que esteja latente. Tenho aqui um posto de saúde e do outro lado é outro município. Você acha que a pessoa não vai atravessar a rua para ir lá? Claro que vai. E vamos deixar de atender? Sob hipótese alguma.

- Apartes fora do microfone.

O SR. – Já fui, diversas vezes. Eu não estou aqui fazendo, discutindo a opinião de vocês dizendo que é uma maravilha. Eu respeito a opinião de vocês. Mas eu me permito não concordar porque se fosse tão ruim assim não estaríamos atendendo tantas pessoas. É a minha opinião com relação a esse assunto. Aliás, não é só minha, é da Secretaria. Foi falado sobre medicamentos. No ano passado foram empenhados 162 milhões de reais. Esse ano temos 178 milhões e já empenhamos 76 milhões e não vai faltar medicamento. O que temos é uma questão de logística. Muitas vezes acontece. É um fato. Por isso problemas como esse,

localizados, peço que encaminhem para que possamos realmente atuar. Existe esse problema e realmente reconhecemos porque precisamos avançar dentro desta linha. É algo que não está sendo negligenciado, inclusive nesse plano plurianual.

Investimento, hoje temos 76 CAPS em funcionamento. Se não é suficiente, pelo menos não estamos de braços cruzados.

Há o processo da cracolândia, que exigiu um esforço e aumentamos significativamente os recursos nessa direção.

Dificuldade para implantar a motolância, na verdade, o José Maria cansa de explicar isso, vou fazer um breve resumo, tem de encontrar alguém que conheça serviços médicos para fazer um atendimento e guie, com destreza, uma moto. Isso é muito difícil. Existe a operação delegada junto com a Polícia Militar para tentar cobrir esse vácuo. O fato de implantar a UBS 24 horas acho extremamente importante. Levo isso adiante mas já aviso: implica em custo e precisa ser avaliado no todo.

O Sr. Cláudio Costa faz considerações dizendo que é um governo neoliberal e eu não concordo porque acho que quem gasta 50% do orçamento em Saúde e Educação não pode ter só preocupação com os outros que não a população que é a principal usuária desse serviço. Com relação à Justiça, se vai ser julgado, acreditamos na Justiça que irá se pronunciar.

A questão de regularização do Conselho Municipal segue nesta linha: está sendo discutido dentro da Justiça e o que for definido iremos acatar tranqüilamente e vamos seguir.

A questão de regularização do conselho segue nessa linha. Existe uma situação que está sendo discutida dentro da justiça e o que for definido, vamos tratar tranquilamente e vamos seguir...

O SR. IVAN – Sr. Presidente, com licença, público presente. Em relação ao Conselho Municipal de Saúde, foi publicado o decreto 52/914, ampliando a participação da

sociedade civil no Conselho Municipal de Saúde, ou seja, permitindo que os conselheiros gestores integrem e tenham assento no Conselho Municipal de Saúde. Houve uma eleição no dia 14 de janeiro de 2012. Houve um novo decreto reconhecendo a legitimidade dessa eleição. Os conselheiros estão devidamente empossados por ato legal pelo decreto 52.131 - qualquer coisa assim. Não lembro o número. Já houve inclusive reunião do pleno. O conselho está em pleno funcionamento. Então não procede isso. Agora o que falta é a homologação que depende da complementação dos membros do conselho. Essa sim é uma questão pendente.

Sr. Presidente, aproveitando a intervenção, para não deixar passar em branco, em relação aos três hospitais, eles não tem nada a ver com PPP. PPP é uma questão, plano de metas é outro. Os três hospitais já estão com locais indicados. Já existe decreto do prefeito publicado no Diário Oficial indicando as áreas. Então a implantação desses hospitais é uma questão que está no plano de metas, nada a ver com PPP.

Alex, esses projetos dos equipamentos de saúde Jacanã Tremembé. Isso está em estudo na área técnica, coordenadoria norte, está no gabinete e temos ciência desse assunto. Agora, equipamento de saúde, para sua implantação ele obedece a um critério. Critério epidemiológico, indicadores sócios econômicos. Todos esses índices é que determinam a implantação de um equipamento de saúde, é o que chamamos de índice necessidade de saúde. Passando por todo esse crivo ele vai depender, evidentemente, se tem dinheiro para instalar.

Outra questão relevante, Dona Maria dos Anjos, a senhora tem razão. O AMA especialidade Vera Cruz, é uma luta, que inclusive nós começamos e batalhamos juntos. Estão liberados dois milhões de reais sim. Foi boa sua notícia. Vamos ver o status de execução dessas obras. Tem dinheiro sim, foi liberado e tem de ser feito. Vou verificar em nome do gabinete, da secretaria, qual o status dessa execução. Já está autorizado, o dinheiro está liberado vamos ver o status.

Dona Josefa, levanta uma questão relevante sobre a questão de senhas nas UBS.

Gostaria que a senhora me fornecesse o nome da UBS. E essa questão do exame de sangue, hemograma, não consta que haja uma demanda reprimida. Peço que a senhora me dê o nome da UBS para verificarmos isso.

São essas as intervenções. Obrigado.

O SR. GUILHERME STANISLAU - Acredito que a resposta do Sr. Francisco Chagas, com relação a parte de controle social, foi feita. A questão da falta de medicamentos, já conversamos. A Sra. Josefa, o Ivan, respondeu. Agradeço a todos e me coloco à disposição para qualquer questão. Muito obrigado.

O SR. _____ - Boa tarde a todos. Só queria complementar que a Cidade de São Paulo, tem as unidades sob gestão municipal e gestão estadual. Nós não temos nenhuma unidade sob gestão federal. Tudo está sob gestão desses dois governos. O orçamento que trabalhamos tem a ver com as unidades que estão sob gestão do Município, 100% do processo na cidade, não corresponde a intervenção diretamente da Secretaria Municipal de Saúde. Evidente que o Plano Municipal de Saúde, 2010, 2013, aprovado no conselho municipal tem suas inter-relações com as ações que o estado produz, oferece a sociedade na Cidade de São Paulo. O Estado detém a maior quantidade de ações de média e alta complexidade para ofertar aos serviços de média e baixa complexidade, atenção básica que estão sob responsabilidade do Município. As reivindicações que aparecem, muitas vezes determinam a intervenção do outro ente federativo que é o governo estadual. Nós, enquanto secretaria, buscamos atender a totalidade das necessidades do município, mas dependemos desse quinhão que o Estado oferece na cidade. Lembrando que a Cidade de São Paulo, nessa quantidade de cartões que foi colocado, é uma cidade que tem a entrada de outros munícipes do entorno da Cidade de São Paulo, de outras cidades do estado, de outros estados e até de outros países. Pacientes com AIDS da América Latina, mais abaixo, procuram o país para serem atendidos e eles são acolhidos. O SUS é para todos e a gente não tem que fazer nenhuma separação nessa forma de atendimento. Temos dificuldade? Temos sim. Se eu for

pensar no orçamento que é aplicado pela emenda 29 regulamentada pela questão da lei 141 que define o percentual financeiro que cada ente deve aplicar. Essa questão do financiamento, já foi aprovado 20% do orçamento e a responsabilidade estabelecida por lei é de 15%. Para o Estado 12%. Não temos a definição de quanto o Estado, coloca a disposição dos Municípios de São Paulo. E a questão do Federal a Lei 141, ficou a quem do esperado por toda a sociedade. A ideia era que tivéssemos um investimento de 10% do orçamento da União em saúde para o País. Isso não aconteceu. A partir do momento que essa lei foi aprovada, evidentemente que os municípios que não fazem o investimento devido e o Estado que deveria fazer isso com certeza, teremos um horizonte um pouco melhor com relação a essa questão. Quando falamos implantar equipes de PSF, é muito tranquilo falar isso, porque o entendimento que o governo federal financia 100% dela. E não. A municipalidade tem de fazer um grande quinhão, para estabelecer a continuidade da ação. Existe uma entrada financeira que ultrapassa o limite até estabelecido pela própria municipalidade. E não deixamos de fazer esse investimento.

Finalizando acredito ser importante lembrar como foi pedido a Secretaria de Educação que fizesse sua prestação de contas, a Secretaria vem a cada trimestre nessa Casa e apresenta um orçamento desenvolvido nesse período e no final do ano a gente fecha com o orçamento anual e isso traz uma tranquilidade para que as pessoas possam, neste espaço, vir e fazer suas reivindicações. Com isso, quero dizer que continuamente a ação governamental do município se reflete em controle social. O Orçamento não aparece de forma ilusória e pensado unicamente pela administração. Não. Ele vem em cima de uma demanda estabelecida nos seus projetos, que são o plano municipal e sua programação anual, e em cima do controle social, estabelecendo as políticas nas conferências municipais.

Esse Orçamento termina em 2013, e neste ano estaremos fazendo o Orçamento para 2014, 15, 16 e 2017, ou seja, para os quatro anos seguintes, evidentemente com uma conferência municipal, que definirá os caminhos que iremos atuar. Tenho mais de 30 anos de serviço público e sinto-me bastante satisfeito com essa demanda da comunidade que

acolhemos, os espaços que temos para essa discussão, para que possamos ajustar os caminhos que estamos percorrendo.

Para finalizar, todos os indicadores de saúde estabelecidos pelos Governos Federal, Estadual e Municipal como metas a serem atingidas o município tem atingido: redução da mortalidade materna, redução da mortalidade infantil, redução da questão da transmissão da tuberculose. Por mais que tenhamos dificuldades, acho que todos têm razão nesse sentido, estamos avançando em passos importantes na melhoria da saúde da população do nosso município.

Era isso.

O SR.PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Quero agradecer ao Dr. José Claudio Domingos, Coordenador do Planejamento da Secretaria de Saúde e também ao Dr. Guilherme Stanislau do Amaral, Coordenador Financeiro e Orçamentário. Embora hoje seja um dia especial para a Secretaria de Saúde Municipal, o Secretário, Dr. Januário Montone, ofereceu esses dois profissionais competentes para dar explanações a respeito da saúde para o final de 2012 e início de 2013.

Quero apenas salientar que tive oportunidade de participar da Comissão de Saúde da Casa e realmente foi estabelecido que a cada três meses a Secretaria de Saúde viria fazer sua prestação de contas.

Aproveito para informar que todas as quartas-feiras, às 13h, esta Comissão se reúne no 8º andar, e esses questionamentos, essas petições com relação a AMA e outros serviços vocês podem levar à Comissão, pois eles serão encaminhados diretamente à Secretaria Municipal de Saúde.

Agradeço aos senhores pela presença.

Convido o Dr. Milton Persoli, Secretário Municipal da Assistência e Desenvolvimento Social para vir compor a Mesa.

Quero acrescentar que até agora não foi apresentado nenhum representante da

Secretaria de Habitação. Gostaria que vocês fizessem suas menções por escrito, pois poderíamos levá-las ao Sr. Secretário Luiz Ricardo Pereira Leite.

Temos ainda mais três temas para serem debatidos nesta Comissão. Eu, particularmente, não tenho problema com tempo. Embora esteja estabelecido até as 4h da tarde, não tenho problema com tempo.

Nós começamos com atraso esta audiência pública, pois o Secretário de Educação teve um leve atraso, mas vamos dar oportunidade para que todos possam falar sobre o tema.

Agradeço a presença do Dr. Milton Roberto Persoli, Secretário Municipal da Assistência e Desenvolvimento Social, e peço-lhe que fala as ponderações iniciais.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI – Boa tarde a todos os senhores e senhoras. Boa tarde, nobre Vereador Atílio Francisco, Presidente desta Comissão. Em nome de V.Exa., cumprimento todos os funcionários desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Obrigado, Secretário.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI – Da parte da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, também convidei – ao qual também agradeço a participação – o nosso corpo técnico. Se V.Exa. me permite, que eles possam compor a Mesa, para que possamos inclusive qualificar melhor as respostas e facilitar o entendimento de todos. V.Exa. Trouxemos o corpo técnico da Secretaria para qualificar melhor as respostas relativas às demandas de vocês.

Apresento-lhes o Sr. Norberto Camargo, nosso Chefe de Gabinete; Sra. Eliane Garrafa, nossa Assistente Técnica; Ruth Cândida de Lima Guastalle, nossa Assistente Financeira.

Sras. e Srs. Vereadores e demais presentes, inicio trazendo algumas informações básicas. Acho que é muito mais conveniente da nossa parte ouvir um pouco vocês. Em função dessa escuta, traçaremos uma conversa e obteremos algum benefício para todos.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Obrigado, Sr. Secretário. Vamos abrir a

palavra aos inscritos. Há oito inscritos. A primeira, Dona Maria do Socorro. (Pausa)

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI – Presidente, temos acesso ao telefone e endereço dessas pessoas para que possamos posteriormente nos comunicar com elas? Dependendo da solicitação feita hoje, será feito um contato pessoal ou telefônico. Assim, seria interessante termos esses dados para contato.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Com certeza, a secretaria da Comissão irá coletar esses dados junto aos inscritos e fornecer-lhes ao senhor.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI – Obrigado.

A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES – Sou do Grande Conselho Municipal do Idoso da região de Itaquera. Também faço parte do Conselho da Saúde e sou fundadora do Nosso Sonho. Moro numa região muito vulnerável, e creio que vocês têm pleno conhecimento do que signifique a palavra vulnerável. Estou na região do Conjunto Habitacional Águia de Haia, onde 40% dos habitantes são idosos. Vocês têm o comprometimento e a responsabilidade de olhar para os idosos. Existe o PL 131, referente a isso. Nunca falto às reuniões, às audiências, às conferências, aos seminários referentes ao idoso. Existe, nesta Casa, a Comissão Permanente do Idoso, onde foi dito que foi consolidada uma verba para fazer um abençoado CRI, pois em Itaquera não temos nada, somente algum programa do Governo.

Quero saber o que será feito pelo idoso. Conforme foi dito pelo Subprefeito a mim, na presença de outras duas Conselheiras, há um terreno onde foi derrubada a Subprefeitura de Itaquera e que seria construído algum equipamento para os idosos. Pedi a ele que me entregasse essa informação documentada indicando quando isso começaria. Sei que saiu uma verba – e não estou falando de Participação e Parceria, estou falando do idoso; só que estou acompanhando o assunto e dizem que não há verba nenhuma. Então, para onde foi esse dinheiro?

Por que será que os idosos são esquecidos? Águia de Haia não existe ou só existe

na época da eleição? Ou o idoso só serve para votar? Será que vocês também não serão idosos; ou só haverá idosos na periferia, onde eles estão morrendo à míngua, abandonados? Há um PSF. Muitos de vocês conhecem a Avenida Caititu. Muitos da assessoria, inclusive, morem nessa região. Só que eles, aparentemente, não moram lá: só na época da eleição, para enganar a população trouxa.

Existe um terreno lá que virou “cracolândia”, O Itaquera F2. Vou ter de ausentar, pois estou cansada e com fome, e vou viajar para o Rio, porque quero divulgar bastante esse terreno da Água de Haia onde há uma “cracolândia”, como já é do conhecimento do Subprefeito, da Comissão de Saúde desta Casa, do Secretário José Maria e, agora, do conhecimento também de vocês. Em vista disso, quero que uma resposta seja dada à população, porque há nesta Casa 55 Vereadores, mas só vejo trabalhar oito Vereadores.

Vou me ausentar, mas não é por medo ou outra coisa, é porque tenho que viajar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Próximo inscrito, Sra. Hilda Carolina dos Santos.

A SRA. HILDA CAROLINA DOS SANTOS – Sou da região de Freguesia do Ó, Brasilândia. Atualmente, estou diretora uma organização social nessa região e faço parte de alguns Conselhos de Saúde na região.

Gostaria de fazer uma pergunta – e ouvir um “sim” ou um “não” -: se todos os problemas apresentados nesta audiência pública somarão, ajudarão quando formos fazer a audiência para aprovar o orçamento para 2013. Isso ajudará? Sim ou não? Isso será levado para a construção do orçamento?

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Com certeza. Para o relator da LDO, o que for concernente à Lei de Diretrizes Orçamentárias, nós vamos averiguar com todo o critério com que se deve tratar a matéria, para que isso possa ser incluído no substitutivo para a

segunda votação.

Por isso que foram convidados os Secretários, para que eles pudessem ouvir a explanação dos senhores e das senhoras e estudarem junto com o Prefeito o que pode ou não ser agregado ao Orçamento para 2013.

A SRA. HILDA CAROLINA DOS SANTOS – Obrigada pela informação. Eu fiz essa pergunta para poder dizer o seguinte: de seis a oito anos vimos apresentando nas conferências da Assistência Social, ano a ano – inclusive em 2011 houve a conferência da assistência social regional – a questão dos cinco por cento ao orçamento da Assistência Social. Sabemos que a Pasta da Secretaria da Assistência Social é a que tem menos dinheiro. Por isso que não damos conta da demanda dos abrigos, da demanda do pessoal de rua.

Agora, por exemplo, vai ter um reajuste para o pessoal que é conveniado, e as Organizações Sociais vão ter de pagar, pelo sindicato, o aumento do dissídio aos trabalhadores. Se não houver aumento da Secretaria para as Organizações Sociais, ficará difícil para elas repassarem, porque é obrigatório pelo sindicato repassar esse dissídio aos funcionários.

Então, mais uma vez, solicito, como membro e diretora de uma Organização Social, que esses cinco por cento sejam incluídos no orçamento da Pasta da Assistência Social para 2013. É o que estamos solicitando. Se conseguirmos, a Assistência Social terá dinheiro para poder suprir as necessidades que são apresentadas na Cidade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Sr. Presidente, Vereador Atílio Francisco; Secretário da Assistência Social, Sr. Milton Persoli; equipe técnica da Secretaria, demais presentes, boa tarde.

Bem resumidamente, as perguntas à Secretaria da Assistência Social são muito claras. Existem várias dotações importantes no Fundo Municipal de Assistência Social, código

93, 2012, até o mês de maio, que não foram executadas. Quer dizer, nenhum centavo, como, por exemplo, os famosos ILP – Instituto de Longa Permanência, antigamente conhecidos como asilos, que, com certeza, atendem os idosos carentes que não têm moradia nem família. Não há nenhum centavo executado para essa dotação.

Globalmente, 37% foram executados do Fundo até maio de 2012. Essa dotação está abaixo da média, computando-se 43%, sendo que nessa dotação estão incluídas a população idosa, a população negra, a população deficiente e crianças e adolescentes. Então, é muito preocupante que esteja cinco por cento abaixo da média do Fundo Municipal da Assistência Social. Repito: não podemos discutir 2013 sem ainda ter as pendências de 2012 resolvidas.

Outra preocupação, já me referindo ao PL 166, é que em 2012 estavam previstos 81,7 mil vagas. Foram, portanto, diminuídas três mil vagas, caindo para um total de 78,377 mil. Quer dizer, houve diminuição de um setor fundamental, que é o da Ação Sócio-Educativa e Preventiva à Criança, Adolescente e Jovem. Queremos uma explicação do porquê tiraram três mil vagas dessa dotação.

Aproveitando o ensejo, gostaria de dizer que a Secretária Municipal de Educação, Sra. Célia Falótico, com todo o respeito, devia estar mal informada quando disse que o Projovem é administrado por vocês, sendo que, segundo o PPA, é administrado pela Educação. Ninguém quer enganar o povo, falamos a verdade e provamos com documentação, embora alguns não gostem disso.

Diante disso, gostaria de saber por que vocês abandonaram o Projovem na cidade de São Paulo. Parece que é bonito descumprir leis federais, apesar de estarmos numa Casa Legislativa. O jovem e o adolescente têm direito a essa bolsa, mesmo que seja de valor pequeno, de cem reais. Há muita gente precisando desse incentivo, e vocês estão descumprindo uma lei federal. Portanto, uma das nossas reivindicações é o Projovem para 2013, uma vez que várias cidades têm. São Paulo não pode ser diferente. Então, vocês têm de

dar alguma resposta ou que o problema seja devolvido para a Educação. Alguém tem de esclarecer esse grave fato que envolve a juventude da cidade de São Paulo.

Assim como estão negando aos jovens e adolescentes o direito ao Projovem, estão negando também o Bolsa Trabalho, dentre outras coisas.

Sobre o CRAS e CREAS, há demanda na Raposo Tavares no orçamento já aprovado para 2012. Se não for para 2012, tem de ser garantida essa dotação para 2013.

Sobre a questão do Serviço de Proteção Especial para as Pessoas com Deficiência, foram mantidos serviços de 2013, o que significa estagnação. A pessoa com deficiência merece respeito e merece ampliação de serviços. No entanto, para 2013, estão mantidos os mesmos serviços que para 2012, 45/45. A mesma coisa acontece com o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. Foram mantidos sete/sete, ou seja, ficou igual. Parece que a LDO de 2012 está igual à de 2013. Dinheiro para ampliação há, porque já foi falado.

Para encerrar, sobre o segmento dos moradores de rua, na gestão da Secretária Alda Marco Antônio, aumentou e muito. Ela tem de vir a esta Casa explicar por que aumentou tanto o número de moradores de rua na cidade de São Paulo nos quatro anos em que ela foi Secretária. Como Secretária e Vice-Prefeita, essa questão deveria ser prioridade para a Administração. Não foi, porque há morador de rua até em Cidades Tiradentes, o que antes nunca havia tido. É muito grave isso. As 21 unidades voltadas a moradores de rua foram diminuídas para 20 em 2013. Quer dizer, em vez de aumentar os serviços, estão diminuindo a previsão de serviços na previsão da PPA para a Assistência Social em 2013.

Essa população pobre e carente da cidade de São Paulo merece respeito, que certamente essas políticas neoliberais não estão dando.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Tem a palavra a Sra. Nilda Neves.

A SRA. NILDA NEVES – Boa tarde. Sou Nilda, da Frente de Identidade do M'Boi

Mirim. Sou assistente social e quero explanar sobre algumas questões. Para me formar, tive de fazer um trabalho de acompanhamento dos moradores em situação de rua, então, eu acompanho essa questão. Vimos que não houve empenho da Secretaria de Assistência Social nos últimos quatro anos. Havia, no centro da Cidade, lugares de atendimento voltados a essas pessoas, mas muitos foram fechados, caracterizando-se essa questão da higienização do Centro, implantada pelo Prefeito.

Logo após ter me formado, lembro-me de o Secretário da Assistência Social ter mandado tirar um morador que estava há muitos anos numa praça. Ele falou que uma coisa que o fazia sentir-se incomodado era esta: ver aquele morador naquele mesmo lugar, principalmente por ser próximo à Secretaria de Assistência Social.

Então, essa política de limpar o centro da cidade que a gente precisa pensar numa cidade onde há pessoas. Muito lixo no centro das cidades, uma cidade em que não existe nenhuma limpeza permanente dela. Então, não tiram o lixo, mas tiram as pessoas. É muito complicado. Não se cuida das pessoas, enquanto existem recursos.

E uma coisa muito... É uma denúncia, porque não há nada empenhado até agora. Não entendi. Estava pegando o Orçamento ali e está 000000, nada foi feito. Há recurso, mas o Orçamento ali não tem nada empenhado até agora.

Equipamentos culturais, o CRAS, sabemos a grande dificuldade do CRAS para funcionar. Acompanhamos esse pessoal que mora em situação de rua, procuramos, acompanhamos essas pessoas ao CRAS e nos dizem que não há recurso para isso, não há recurso para aquilo.

Não entendo. Há recurso, mas não há nada empenhado.

Queria essa explicação.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) - Obrigado, senhora.

Próximo orador, o Sr. Cláudio Costa Santos, por favor.

O SR. CLÁUDIO COSTA SANTOS - Boa tarde, sou do Movimento de Resistência

do Orçamento Participativo da Cidade de São Paulo. Boa tarde, mais uma vez, Vereador Atílio Francisco, Sr. Secretário, cidadãos presentes até o momento.

É com muita tristeza e com muita lamentação que nos deparamos com os dados de investimento no setor importante para a sociedade civil em relação à questão de humanidades. Houve um aumento significativo dos moradores de rua na cidade de São Paulo, por conta de fechamento de albergues, por ausência de investimentos nesse setor.

Gostaríamos de saber, referente aos 74 serviços de proteção e defesa desse segmento vulnerável; em relação aos 20 serviços sociais que estão previstos no Orçamento e que não contempla o que está sendo divulgado.

O que vemos, de fato, é uma higienização, uma estratégia e não é humanitária. É grotesco o que está acontecendo. O que acontece na cidade de São Paulo é o efeito cascata. O morador de rua acaba sem proteção, fica vulnerável ao uso do *crack*, fica vulnerável ao uso de bebidas alcoólicas e essa gestão inaugurou o Complexo Prates e sabemos que existe dotação orçamentária da Assistência Social para esse complexo. Não vemos uma política orçamentária na questão de políticas de álcool e drogas. Então, queremos um esclarecimento da Secretaria com relação a esse tipo de investimento humanitário.

Foi falado aqui sobre a questão do desenvolvimento. Então, vemos, Vereador, o País crescer nos âmbitos federal, estadual e municipal, um crescimento econômico, mas isso não se reflete na questão humanitária. O Índice de Desenvolvimento Humano da cidade de São Paulo ainda se encontra muito aquém do poderia ser, do que poderia ser atingido. Então, isso causa muita preocupação para nós moradores da cidade de São Paulo.

Muito obrigado (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) - Obrigado, Cláudio.

Próximo orador, Francisco das Chagas.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS MACHADO – Senhores da Mesa, plateia, meu nome é Francisco das Chagas Machado, sou morador do Centro, Rua da Consolação e sou do

Movimento de Orçamento Participativo. Antes de iniciar minha fala quero fazer um registro, fiquei um pouco decepcionado com esta audiência por ver a falta de respeito. Quando uma pessoa mente desrespeita a si próprio e depois desrespeita os demais presentes. Ouvi falar aqui que o Conselho Municipal está empossado e funcionando, só muita má fé para vir nos enganar aqui com mentira desse tipo. Por isso peço que seja feito um registro e que não se repita mais uma situação dessas numa audiência pública. Esses elementos devem ser afastados desta Casa e de qualquer espaço democrático por não terem nível.

Pois bem, a questão da Assistência Social na cidade de São Paulo, sabemos que não existe. Essa assistência é dada com repressão policial, o uso da força contra os moradores de rua, o que muitas vezes, desgraçadamente, tenho assistido e acho que enquanto tivermos esse Governo, esses tristes episódios vão continuar acontecendo. Outro dia, ouvi um representante da Subprefeitura Sé dizendo que, infelizmente, não poderiam levar o morador de rua, mas poderiam levar os pertences dele. Por exemplo, se o morador de rua estiver com um colchão, este deve ser levado e temos de procurar saber quem doou esse colchão e ir atrás dessa pessoa que está doando coisas para os moradores de rua. Isso é nazismo, perseguir a pessoa que faz doação. Essa é a política de assistência na cidade de São Paulo que devemos repudiar, porque é totalmente absurdo e desumano.

Encerro por aqui. Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Tem a palavra a Sra. Bergair de Oliveira.

A SRA. BERGAIR DE OLIVEIRA VALENTINO – Meu nome é Bergair de Oliveira Valentino. Sou funcionária, auxiliar de enfermagem, do Ambulatório de Especialidades Dr. Alexandre Kalil Yasbek e sou Diretora do Sindsep.

Gostaria de dizer que para controle social, porque já se tornou um caso de controle social, precisamos de referência e contrarreferência nas unidades de saúde, porque a coisa está feia. Não temos para onde encaminhar, o sistema está lento, não há uma banda larga, nada que possa agilizar a situação de atendimento da população, as filas vão crescendo, a

população perde as estribeiras conosco, as pessoas na fila estão alteradas, porque estão aguardando há muito tempo para marcação e também para a própria consulta.

Outra coisa que também tem de ser falada: precisamos de hospitais de referência e contrarreferência, precisamos de exames com urgência. Está um absurdo, há pessoas esperando na fila há um ano, oito meses, vários exames que não saem do papel, que emperram.

Outra questão que já se tornou caso social: o atendimento dos funcionários municipais no HSPM está terrível, três andares estão fechados e também os pacientes que chegam para serem atendidos na internação, que já não está mais no quarto andar. Os moradores de rua estão sendo internados junto com os funcionários municipais no 9º andar.

Estamos reivindicando que, por favor, não abram o AMA dentro do HSPM, porque é um absurdo, não tem condições. Não as terceirizações. É um caso social mesmo. Além da reabertura dos leitos, o aumento de oferta de atendimento e de cirurgias no HSPM está tornando a situação precária. O funcionário não tem para onde correr, porque a maioria não tem convênio médico. O nosso convênio é o SUS e o HSPM, se tudo nos for tirado para onde vamos correr?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Tem a palavra a Sra. Maura Augusta.

A SRA. MAURA AUGUSTA - Boa tarde. Meu nome é Maura Augusta. Sou da região do Ipiranga e represento a Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo – FACESP. Minha intervenção é a respeito da necessidade de aumentar o número de assistentes sociais na cidade de São Paulo. Não tinha a informação de que o valor era 2,5% de recursos – achei que era 2% -, e sabemos que é um bom valor. Dá para fazer muita coisa com esse dinheiro. É óbvio que se der para aumentar para 5% é melhor, mas o que temos visto nos CRAS é praticamente assustador. Os prédios dos CRASs são lindos, uma infraestrutura maravilhosa e muitas vezes chegamos lá e há duas ou três pessoas para serem atendidas.

Participo, às vezes, do CRAS do Ipiranga, o máximo que vi lá foram seis pessoas.

Então alguma coisa está errada, por que o povo não procura o CRAS? Será que a assistente social ao invés de ficar lá sentada esperando a população, não é melhor que vá até a população? Observo que há falta de assistente social nas escolas, em que o número de usuários infantis de drogas está aumentando. Há muitas crianças usando drogas na região do Ipiranga. Também há muitos idosos acamados que nunca receberam a visita de uma assistente social. Há alguma coisa errada, porque sei que há assistente social no CRAS do Ipiranga, mas não vejo sua atuação.

Então gostaria que houvesse um controle social do serviço de assistência social na região. Acredito que isso não acontece só no Ipiranga, estou falando do Ipiranga porque é a minha região, mas conheço casos de Pirituba, porque estive lá e ouvi essas mesmas reclamações. Gostaria que o serviço de assistência social fosse mais proativo, que fosse uma assistência social de verdade, séria, em que, por exemplo, o idoso soubesse que pode contar com uma assistente social para ajudá-lo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Depois desse tema ouviríamos a Secretaria de Habitação, mas já deixamos para o fim da audiência, quem sabe até lá apareça alguém para responder os nossos questionamentos.

Anuncio a presença dos Sr. Arunto Savastano Neto, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Serviços e de seu corpo técnico, Sra. Caroline Garaneto Gregório, Chefe de Assessoria Econômica e Financeira; Sr. Alexandre Silveira, Diretor Administrativo e Financeiro; Coronel Márcio Mateus, Presidente da Amlurb. As pessoas já podem se inscrever para o próximo tema, que é Transportes. As pessoas estão disponíveis para falar sobre serviço de gerenciamento da Companhia de Engenharia de Tráfego. Estão presentes também o Gerente de Projetos Cíveis, Sistemas de Transportes e o Supervisor da Companhia de Engenharia de Tráfego. Vocês vão questionar e eles vão responder, ajudando a enriquecer

ainda mais a LDO e a preparar um Orçamento para 2013 à altura da cidade de São Paulo.

Sr. Secretário, Dr. Milton, por favor, fique à vontade.

O SR. SECRETÁRIO (Milton Roberto Persoli) – Antes de iniciar os esclarecimentos para as pessoas que fizeram algumas questões, gostaria de deixar alguns dados e informações consignados para todos.

Primeiro: todas as nossas ações, políticas e organizações de SMADS estão plenamente alinhada com a Loas, Lei Orgânica de Assistência Social, e também com o Suas, Sistema Único de Assistência Social.

Segundo: todas as ações, políticas, organizações, orçamentos, planejamento e expansão da Secretaria são submetidas e aprovadas pelo Comas. O Comas foi eleito e os conselheiros tomaram posse recentemente, então todas as nossas ações são submetidas à análise, debate e aprovação do Comas. Isso já nos garante também a transparência e a possibilidade de discussão com todos vocês. Os membros do Comas são eleitos regularmente, democraticamente por todos, e são os representantes de vocês. Todas essas ações são discutidas no âmbito do Comas, então a interlocução com todos vocês é feita quase que diariamente, em processos bastante claros.

Outro dado, Vereador, é que de 2009 – quando foi feito um rearranjo da parte de assistência social - até 2012 os recursos disponíveis quase dobraram. Também é outro dado que precisa ser colocado.

A parte de orçamento eu vou passar para a Rute, que tem condição de deixar claras para todas essas informações.

Tenho alguns dados para passar antes de iniciar, se o senhor permitir. Dentro do serviço de proteção social básica que envolve os Cras, Centros de Crianças e Adolescentes, Centros da Juventude, Serviço Social Família – Sasf; Núcleos de Convivência para Idosos – NCI, houve, em 2009, oferta de 99.837 vagas, contra o atendimento de 91.455 pessoas. Em 2012, nesses mesmos serviços, houve 131.757 serviços oferecidos e 123.987 atendimentos.

Isso nos dá um incremento de vagas de 31% a mais em 2012, em relação a 2009; e de 35% no número de atendimentos, isso na rede de proteção social básica.

A rede de proteção social especial envolve os Creas; as medidas socioeducativas; serviço de proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência; serviço de abordagem de adultos, crianças e adolescentes; centros de defesa e convivência da mulher; núcleo de apoio e de inclusão social para deficiências 1, 2 e 3; institutos de longa permanência para idosos - ILPIs; serviço de acolhimento para crianças e adolescentes; serviço de acolhimento para mulheres vítimas de violência; núcleos de convivência e espaço de... são as Tendas; e o centro de acolhida 24 horas. Em 2009 esses serviços geraram 22 mil vagas contra 21 mil atendimentos. Segundo os dados de março de 2012, geraram 25.829 vagas contra 31.925 atendimentos. Esse incremento positivo foi de 17% a mais no número de vagas ofertadas e 51% a mais nos atendimentos ofertados. A maioria desses dados está disponível no nosso *site*.

Outro dado importante que precisa ser disponibilizado é sobre o censo de 2012. A Secretaria realizou o censo recentemente, foi publicado, está disponível no *site*. Hoje a Cidade tem 14.478 moradores de rua; 53% deles, da ordem de 7 mil, estão nos centros de acolhida, e 6.700, os 48%(?) restantes, estão nas ruas. Em 2009 havia 13.666 pessoas. Houve um incremento de 5% a mais na população de rua. Mas em 2009, 54% desse público estava na rua, hoje são só 48%, então estamos acolhendo mais moradores do que em 2009. Esse dado também está disponível para consulta.

Agora vamos começar a atender as demandas individualmente. A Maria do Socorro não está mais presente, mas ela se referiu ao CRI, o Centro de Referência do Idoso, que é um programa do Estado, não é municipal. Independentemente disso, ela citou algo sobre a deficiência, a falta de investimentos. Acho que isso está muito claro e permito-me fazer uma sugestão. As pessoas estão falando muito sobre acesso a orçamento. Temos uma especialista em orçamento aqui e os dados apresentados são muito diferentes do que nós temos. Isso aponta uma falta de informação da fonte onde se pode obter esse dado. Se for necessário por

parte da nossa Secretaria, nós faremos uma audiência específica sobre orçamento.

Eu estive como subprefeito em alguma subprefeituras e percebi que existe, por parte da população, desconhecimento do que é uma peça orçamentária, de como é montado e distribuído o orçamento. Então fica essa informação, um pouco vazia – desculpem o termo -, de que a dotação está zerada, não existem valores para aquela dotação. Ela citou, por exemplo, o Complexo Prates. O Complexo Prates não tem uma dotação específica, então ele está dividido em várias dotações. Então fica a sugestão de que seja feita uma reunião específica sobre o nosso orçamento, como foi feito, como está sendo montado, como está sendo gerido e como está sendo administrado, porque aí dá uma condição melhor de acessar o orçamento que, embora seja público, cabe um pouco mais de aprofundamento aí.

A própria execução também. O fato de você falar significa também a execução, quanto foi executado percentualmente, por que não está sendo executado, por que está sendo mais executado. Tudo é bastante explicável. Os dados são claros. A transparência nessa gestão é muito grande, por isso que fazemos questão de que seja feito dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) - A única coisa que eu poderia sugerir é que os senhores secretários – que é uma cobrança constante da sociedade civil – é justamente a questão da gestão do orçamento. Ficaria bem caracterizado se cada secretaria pudesse fornecer isso em termos simples, não só na Internet, mas através de uma cartilha para dar esse tipo de informação e todo o cidadão pudesse ter acesso de forma clara, sintética e que pudesse levar essa informação. As pessoas poderiam entender até o grau de dificuldade que tem o Secretário para tomar algumas decisões com relação a algum incentivo, investimento, com relação ao trabalho da secretaria. Fica aqui. De repente, até na Peça Orçamentária para que cada secretaria tivesse algum recurso para dar esse tipo de informação para os munícipes.

O SR. SECRETÁRIO – Acho perfeitamente aceitável a sua sugestão. Vou até incluir na próxima Peça Orçamentária um valor para que seja feita uma publicação. Independentemente da publicação cabe também uma explicação. Vocês vão perceber

claramente pela forma como a Ruth claramente discute orçamentos e dotações, como isso fica mais próximo e fácil de entendimento. A Ruth poderia falar um pouco sobre o idoso.

A SRA. RUTH – Só algumas informações do ponto de vista orçamentário evidente.

Até este momento.

- Aparte fora do microfone.

O SR. SECRETÁRIO – Perdão. Havia feito a apresentação no início. Acho que a senhora não estava aqui. Sou Milton Roberto Persoli, Secretário de Assistência Social. Nosso chefe de gabinete é o Norberto Camargo, nossa assistente financeira é a Ruth e assistente técnica é Eliana Garrafa.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) - Fizemos a apresentação do Secretário e não tínhamos os nomes da sua assessoria. Ele, imediatamente, ao reconduzi-los à mesa foi citando cada um.

A SRA. RUTH – Vamos passar alguns dados mostrando o que foi aplicado até o momento em alguns segmentos que foram mencionados até aqui. Por exemplo, do idoso, temos hoje 104 serviços destinados ao idoso, os núcleos de convivência do idoso. Já utilizamos até agora 8.2 milhões de reais que representa 82% do valor destinado no orçamento de 2012. Com referência à unidade orçamentária 9310, que é o fundo municipal mencionado aqui tenho dados de ontem à tarde. Esse relatório foi preenchido ontem à tarde com vistas a trazer dados atualizados para esta reunião. Então, da unidade 9310 do Fundo Municipal temos no orçamento, 653 milhões disponíveis dos quais já foram empenhados 410 milhões. Ou seja, 2/3 do orçamento disponível já está aplicado. Desses 410 milhões, 240 milhões foram liquidados até ontem à tarde. Ou seja, mais de 50% do que foi empenhado já foi liquidado. Essa informação é de ontem à tarde, Sistema de Orçamento e Finanças da Prefeitura. Os serviços ILPI não estão registrados na 6204. Estão registrados na 6222. que até ontem aplicou 5,7 milhões na manutenção de sete serviços de ILPI. Isso pode ser checado na execução orçamentária que está disponível no site da Prefeitura.

Na população de rua até ontem à tarde tínhamos aplicado 103 milhões de reais com os centros de serviço, os centros de acolhida e a presença social nas ruas. Então, daquilo que foi mencionado nas questões formuladas essa é uma síntese, dando uma satisfação para vocês.

O SR. SECRETÁRIO – Obrigado. Então, o Sr. Fábio e a Dra. Nilda podem perceber que existem alguns valores em nosso orçamento que pela consulta que vocês estão tendo me parece que está havendo uma...

- Aparte fora do microfone.

O SR. SECRETÁRIO - Isso é outro assunto. Estamos falando sobre orçamento. Vamos falar, depois, sobre isso. Acho que respondemos à Sra. Maria do Socorro. D. Ilda Carolina da Freguesia Brasilândia aponta os 5% do orçamento. Já informamos que temos 2,5%. Ela aponta sobre a possibilidade de concursos, alguma coisa dessa linha. Também está dentro de nossa diretriz orçamentária, baseando também para a nossa análise orçamentária, um concurso público. A abertura de concurso público para contratação de assistentes sociais. Vai ao encontro do que estamos programando. A informação que ela detém, e ela vivencia essa informação, porque é o que acontece. Na verdade a carência dessa necessidade de mão de obra para nós.

Vereador, se o senhor puder também nos ajudar nessa linha de abertura de concurso público para área de assistência social é imprescindível.

O Sr. Fábio, não sei se na verdade, pelas informações da Ruth acho que já nos passou a ILPI, valores, percentuais aplicados de fundos. Acho que já estamos atendidos.

Alguém falou sobre Pró-jovem. Acho que a Eliana pode falar um pouquinho sobre o Pró-Jovem

A SRA. ELIANA GARRAFA – O Pró-Jovem é um programa federal em que está em discussão no Ministério do Desenvolvimento Social a passagem desse programa desse programa para a Educação por se tratar de um trabalho eminentemente da Educação. Mas ele

continua, por enquanto, na Assistência. Com relação a esta situação – porque temos de estar alinhados à política nacional de assistência social – pensamos, sim, em trabalhar o Pró-Jovem enquanto ele estiver na Assistência e fazer um trabalho de expansão na área. Trabalhamos com esta faixa etária no Centro de Juventude. Então, trazer a metodologia do Pró-Jovem no que concerne à Assistência poder ter uma certa flexibilização, trazer essa metodologia do Pró-Jovem que é muito interessante. Fizemos um estudo profundo e estamos trazendo esta metodologia do Pró-Jovem para dar um *up grade* no Centro de Juventude que trabalha com esta faixa e poder alcançar mais os interesses desses adolescentes. Para o ano que vem isso estará sendo melhor qualificado com o adolescente de 15 a 17 anos no que concerne ao Centro de Juventude que fica melhor qualificado com a metodologia do Pró-Jovem e aí trabalhar em conjunto.

Também tem os Cedesp, que são os centros de atendimento na parte de qualificação profissional dos jovens, outro programa da Secretaria.

Obrigada.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI – A Sra. Nilda Neves falará sobre valores e programas para morador em situação de rua.

A SRA. NILDA NEVES – Com relação à população de rua, muitas vezes, transmite uma imagem de fechamento, e não de abertura.

Existem determinados Centros de Acolhida da população de rua que não têm condições físicas ou de estrutura. No início da administração, tivemos de fechar um centro. Fizemos um remanejamento e, a partir daí, vários Centros de Acolhida foram abertos.

Houve um incremento no Centro de Acolhida 24h, que oferece acolhida durante o dia, almoço, oficinas socioeducativas, atendimento com assistente social, psicólogo; e também oferece acolhida noturna, com jantar e dormitório. No início de 2009, havia 2,945 mil pessoas atendidas por mês. Esse valor aumentou 48% só no Centro de Acolhida 24h.

Sobre a questão do centro de serviços à população de rua, ele está junto com o

espaço de convivência, que são as tendas. Ou seja, as tendas aumentaram o potencial de atendimento na Cidade.

São oito tendas com grande capacidade para acolher essa população durante o dia, de oferecer oficinas, atendimentos com assistente social, para fazer encaminhamentos possíveis aos moradores de rua. Sabemos que existem muitos moradores de rua com transtorno mental, então esse é um trabalho muito necessário.

Esse serviço aumentou muito a possibilidade de vagas e de pessoas atendidas. De janeiro até agora, representou um incremento de 95% de pessoas atendidas, ou seja, mais de 100% de ampliação de vagas.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI – Exatamente isso que precisa ficar bem claro. O próprio Censo demonstrou que há 14,4 mil moradores em situação de rua. Desses, são 7 mil acolhidos por nossos serviços, então temos um déficit de aproximadamente 3 mil, ou 6 mil também estão nas ruas.

Desses 6 mil, temos uma oferta muito grande de serviços. Há mais ou menos 2 mil camas sendo ofertadas diariamente a esses moradores. Não é por falta de espaço e de equipamento que esses moradores estão na rua, mas por outro motivo: ele pode estar envolvido com drogas, com tráfico; ou ele tem algum transtorno mental; ou ele está desenvolvendo alguma ilicitude; ou por falta de opção falta. E a própria opção dele em permanecer na rua é respeitada.

Acontece muito de morador querer permanecer nas ruas em função de algumas regras que são estabelecidas em qualquer centro de convivência. Então, eles são avessos a essas regras. Por exemplo, eles não desfazem do carrinho e do cachorro. Ele pode ser avesso a horários, a banho, a higiene pessoal. Isso dificulta um pouco a convivência em nossos centros e o acolhimento, mas a opção é dele, não podemos obrigá-lo.

As vagas são auditadas diariamente pelo sistema chamado SISRUA. É um sistema que cruza todas as informações das vagas disponíveis em todos os nossos equipamentos

versus o que há de demanda. É apresentado um saldo toda noite para o acolhimento.

E na época de frentes frias, aditamos em 20% a mais de vagas em cada equipamento, o que está gerando quase 500 vagas a mais para atender a demanda nesse período.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI – A Sra. Eliana poderá informar como é feita essa escolha. Temos oito tendas, não é?

A SRA. ELIANA GARRAFA – A tenda é o espaço de acolhimento no período do dia. Elas estão mais localizadas na área central, onde há maior concentração da população de rua com mobilidade inclusive. Então, estão na Santa Cecília, no Parque Dom Pedro, na Barra Funda.

Os Centros de Acolhida 24h, além dos Centros de Acolhida Especial, que oferecem atendimento ao idoso e à pessoa em convalescência e família, também mulheres, estão concentrados em sua maioria na área central da Cidade, mas também temos no Jabaquara, em Itaquera, na Penha, quer dizer, estão em todos os lugares onde está caracterizada a maior concentração de população de rua, até para tentar manter a fixação da pessoa lá mesmo, pois é daquele território e não fique concentrado no Centro. Muitas vezes, vêm para cá porque o Centro é rico em termos de trabalho, por exemplo, com material reciclável para poder auferir alguma renda. Vêm para cá e muitas vezes têm família. Ficam no Centro porque São Paulo é muito grande. Não podemos nos esquecer de que estamos trabalhando com uma Cidade com tamanho de dois países. Uruguai e Paraguai juntos dão o tamanho da cidade de São Paulo. Muitas vezes têm família e moram em Itaquera, Lageado, etc. e vêm para o Centro para auferir renda de forma informal. E aí passam a noite por aqui também. Alguns trabalham de dia e por não terem condição de voltar para casa precisam do Centro de Acolhida.

Então, a complexidade de dizer que São Paulo tem 14 mil pessoas em situação de rua há que se considerar o que é a pessoa em situação de rua, porque há diversas categorias

aí dentro. Há pessoas que têm essa especificidade, essa característica que lhe falei. Há pessoas com problema de moradia especificamente. Trata-se de um morador, ele até condição, só precisa de ajuda na questão da moradia. Então, também está no albergue.

O censo mostra diversos tipos de pessoas: pessoa com problema de transtorno mental, que já se desligou da família ou que não tem a família e está na rua completamente sem condição mental. Aliado a isso, há os drogados. A situação de droga é muito perversa e acaba os levando para a rua. Enfim, a população de rua para se definir precisa ser bem entendida.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Obrigado. Acho que todas as colocações da Sra. Biglair (?), tive dificuldade em anotar o seu nome, são referentes à área da Saúde. Não tem nenhuma colocação referente à área de Assistência Social. A Sra. Maura Augusta, na verdade, fiz uma confusão, foi ela que falou sobre a necessidade do aumento de vagas de Assistência Social. Pediu também, Eliana, um pouco sobre busca ativa que acho importante deixar claro.

A SRA. ELIANA GARRAFA – Como disse o nosso Secretário, alinhando também com o Sistema Único de Assistência Social, o trabalho da proteção básica dentro da assistência social é também considerar a família como matricialidade e ir ao encontro dessa família ou dessas pessoas que estão em maior situação de privação e de vulnerabilidade.

Então, a proteção básica – como disse o Secretário, estamos realmente precisando ter um quadro de RH maior para dar conta ao desafio da Cidade, ao tamanho da Cidade - para enfrentar a questão da vulnerabilidade.

Mas, já temos esse programa traçado e alinhado para trabalhar com os nossos CRAS, que é o Programa de Atendimento Integral à Família – o PAIF – por meio da busca ativa. O que é isso? Existe uma população em situação de vulnerabilidade que nem consegue chegar ao CRAS. Quer dizer, temos de ir ao encontro dela, tanto da família como também do idoso com a condição de fornecer também a possibilidade de superação e de trabalhar com

essa família a superação de suas vulnerabilidades e suas privações, até por meio do benefício de prestação continuada para o idoso. Isso responderia também a pergunta da Maria do Socorro que já foi embora, mas a nossa expansão de trabalho com o idoso nos núcleos de convivência no trabalho preventivo é não só fazer as oficinas com os idosos na área de convivência onde ele também adquire mais condição - aquele idoso que estava abandonado ou muitas vezes deprimido ou isolado, você poder trabalhar com esse idoso na área da convivência -, como também ir ao encontro daquele que tem o benefício de prestação continuada, fazer um trabalho integrado e favorecer aqueles que não têm o benefício. Mas, também com as famílias, os CRAS trabalharem esse Programa de Atendimento Integral à Família – o PAIF - por meio da busca ativa e ir ao encontro do que é chamado “os invisíveis”. São aquelas famílias que estão em situação tão precarizadas que não conseguem nem alcançar o nosso CRAS.

Estamos constituindo um trabalho para desenvolver condições para essas famílias e as outras que vêm ao nosso CRAS para que possam conquistar melhor sua situação, melhorar sua situação de qualificação. Esse programa de busca ativa está pautado.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI – Sr. Vereador, pelo menos no nosso entendimento, acho que acabamos satisfazendo todas as questões. Queria agradecer novamente ao senhor, aos membros da Casa, a todos os presentes e pedir desculpas aos nossos outros colegas que talvez tenhamos nos estendido um pouquinho a mais no tempo deixando vocês esperarem. Na próxima reunião, o Vereador disse que vai inverter as posições e aí vocês podem se vingar da gente.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Mas o pessoal do transporte está acostumado com o trânsito.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI – Eu também. Sou funcionário da CET, de carreira. Estou emprestado para a Prefeitura. Então, era isso. Quero agradecer a todos, principalmente aos nossos três colegas de SMADS que vieram prontamente e estão bastante

qualificados. São pessoas muito empenhadas, responsáveis e têm uma grande informação e consistência técnica. Por isso, me apoiem muito na vinda deles aqui. Muito obrigado, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Obrigado, Secretário Dr. Milton, pela presença e toda sua equipe técnica. Obrigado por tudo e que Deus o ilumine e possa ter uma gestão que atenda a necessidade do povo de São Paulo neste ano de 2012.

Quero anunciar a presença do Sr. Regis Gehlen de Oliveira, Superintendente de Obras e Sr. Michele Pisani, Diretor Administrativo e Financeiro do Serviço Funerário.

Para compor a Mesa convido os membros da Secretaria de Transporte: Fernanda Albanese Hayek, Gestora de Trânsito da CET; Sr. Mario Sasaki, Gerente de Orçamentos e Custos de Compatibilidade da CET; Gerson Lima Macambyra, Supervisor da Engenharia de Tráfego da CET; Gilberto Teixeira, Gerente de Projetos Cíveis e de Sistemas da SPTrans e Roberto de Moraes Moura, Gerente de Projetos e Arquitetura da SPTrans para que possamos dar início.

Aproveito para anunciar o Sr. Roberto Moura, que - juntamente com o Sr. Gilberto Teixeira -, é responsável por uma das gerências de Projetos Cíveis e de Sistemas da SPTrans, que falará sobre os trâmites normais da Secretaria de Transportes relativamente ao que há projetado para 2013 pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O SR. ROBERTO MOURA – Boa tarde. Finalizando a gestão 2012, para a próxima gestão de 2013-2016, está em andamento o desenvolvimento de um programa de mobilidade urbana para a cidade de São Paulo. Esse programa abrange todas as regiões da cidade de São Paulo, mais propriamente os núcleos Leste – incluindo o Corredor Leste Radial I, que constitui 12km de corredores, interligando o centro de São Paulo, mais precisamente o Parque Dom Pedro pela Avenida Radial Leste em direção à Itaquera; o Corredor Leste Radial II, que é o complemento do Radial 1, chegando até Arthur Alvim, ao Polo Institucional Itaquera; o Corredor Leste-Aricanduva, outro eixo, fazendo referência à Radial Leste e indo em direção a São Mateus pela Avenida Aricanduva; e o Corredor Leste-Itaquera, interligando duas regiões

importantes, que é o Terminal Carrão, da SPTrans, até o centro de Itaquera. Além disso, a modernização do Terminal Urbano em Itaquera. Esse é o pacote Leste.

Já para a região Sudoeste da Cidade, o Sistema Viário de Apoio Capão Redondo-Campo Limpo-Vila Sônia, interligando essas regiões com a Linha 5 e Linha 4 do metrô, imaginando que os investimentos do Estado sejam complementares na extensão da Linha 5 do metro até Chácara Klabin. O Binário Santo Amaro interligaria os Corredores Guarapiranga e Santo Amaro. O Sistema de Apoio Viário Berrini, que interliga justamente a zona Oeste e a zona Sul, é importante para facilitar tanto a ligação de Santo Amaro ou o próprio Jardim Ângela à região Oeste, à Linha 4 do metrô. Há o Corredor M'Boi Mirim, que, emblematicamente, é insuficiente – hoje, sabemos disto – para o atendimento da população. Estão-se programando melhorias para esse corredor para aumentar a acessibilidade e a mobilidade da população dessa região. Temos, ainda, o Terminal Rodoviário Vila Sônia. Ou seja, estaríamos implementando dois terminais rodoviários – uma na zona Leste e outro na zona Oeste -, setorizando a chegada e a saída da população para fora dos Estados e melhorando e desocupando as vias do interior do centro expandido.

Na zona Norte, há o Corredor Inajar de Souza: melhorias nesse corredor para que se aumente a velocidade de atendimento desse corredor em direção à Brasilândia. Há o Terminal Perus, também importante para que se faça transferência para linha de alta capacidade da CPTM, também na Estação Perus.

Acho que pulei três itens importantes da minha lista: um novo Terminal Jardim Ângela e Complexo Viário de acesso e esse terminal. Esse é um terminal que poderíamos considerar como se fossem três terminais nessa região, um deles para linhas locais, que fará transferência para linhas estruturais. São 750 metros de plataformas para linhas locais mais 750 metros de plataformas para linhas estruturais, o que acreditamos poderia otimizar, e muito, a utilização do Corredor M'Boi Mirim. Há, ainda, a previsão de chegada de dois outros modais. Por isso, esse novo Terminal Jardim Ângela seria constituído, teoricamente, por quatro modos

de transporte: um, de linhas locais, que são os micros, que estamos habituados a operar; outro, de linhas estruturais, sejam ônibus de maior porte, articulados ou biarticulados; e outro modal, que também está em estudo, que é o sistema monotrilho; e a possibilidade de chegada de um terceiro modal, que é o metrô. Ou seja, é um terminal cuja variação projetamos visando a buscar essa convergência.

Por último, o Terminal Parelheiros, não menos importante do que todos os que já comentamos, mas que possibilitará também uma reorganização das linhas e do atendimento à população na região Sul da Cidade.

Eu falava de projetos. De forma geral, esses 15 empreendimentos – e, se pulei algum, me perdoem – fazem parte do Programa de Mobilidade Urbana; e hoje, além do desenvolvimento do projeto, eles já estão em processo de pré-qualificação de empresas para os serviços de engenharia e obras visando à implantação desses empreendimentos.

A soma dessas obras chega a um total de 2,3 bilhões de reais, e é óbvio que, ao final desta gestão, se tudo correr bem com o processo de licitação, a Administração imagina, ainda, assinar os contratos de obra para, efetivamente, iniciar essa implantação a partir de janeiro ou fevereiro de 2013, obviamente já sob uma próxima gestão.

Cada um desses projetos, desses empreendimentos têm as suas particularidades e celeridade. Existem projetos cuja perspectiva é de implantação de 12 meses; outros de 24 e de 36 meses.

Não vou me alongar mais, mas, enfim, acho que para apresentar o programa é isso que a Secretaria Municipal de Transporte junto com a SPTrans vêm batalhando para poderem apresentar para a população como uma alternativa na melhoria do transporte e mobilidade na cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Muito obrigado.

Só para dar uma sinalização, à medida que os senhores forem fazendo seus questionamentos que vocês possam direcionar a pergunta.

Tem a palavra a Sra. Maria dos Anjos.

A SRA. MARIA DOS ANJOS – Sou do Jardim Vera Cruz, da região do M'Boi Mirim e estou representando os 600 mil habitantes daquela região.

Minha primeira pergunta é para a CET: por que não há fiscalização em M'Boi Mirim? Por que o trânsito de M'Boi Mirim não é divulgado na televisão? O que tem por trás de tudo isso que não mostram o trânsito da região? As pessoas só faltam dormir naquela avenida e não conseguem chegar em casa. O número de mortes e de acidentes em M'Boi Mirim é o maior de toda a cidade de São Paulo e nem temos fiscalização no trânsito.

Chamamos a CET por causa de um acidente e a resposta que tivemos foi: "Não podemos ir lá porque estamos ameaçados". Não queremos saber se vocês foram ameaçados. Queremos a fiscalização lá, porque pagamos por isso. Se vocês foram ameaçados, então que levem a Polícia para escoltar vocês, porque ela também é paga para isso.

Lá tem trabalhador. Lá não mora bandido. Lá mora trabalhador.

Queremos a fiscalização com eficácia, porque pagamos impostos caros e queremos um transporte de qualidade e uma duplicação decente em M'Boi Mirim. Já há 4 anos estamos lutando por essa duplicação. Quando fechamos a rua não é porque somos vagabundos, mas fechamos por necessidade.

As nossas crianças estão perdendo escola e estão deixando de fazer cursos porque elas não conseguem chegar no horário por conta do trânsito.

Minha reivindicação é essa: quero compromisso da CET, da São Paulo Transporte, da Subprefeitura, da Prefeitura e também do Governo do Estado. Queremos, sim, serviço de trilho, queremos metrô, monotrilho, ônibus de qualidade e corredor para andar. Precisamos disso. E, também, uma pista para bicicleta.

Queremos tudo isso porque merecemos e está na lei que temos direito de ir e vir. Então, que seja cumprido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Muito obrigado, Sra. Maria dos Anjos.

Tem a palavra o Sr. Luis Ferreira.

O SR. LUIS FERREIRA – Boa tarde. Minha dúvida é sobre o investimento da Prefeitura no metrô.

Pelo que entendi, o investimento da Prefeitura, para o metrô, será nulo, pelo que consta no Anexo 1. Até procurei saber o motivo dessa coisa estranha e um dos empecilhos, em 2012, para os aportes da Prefeitura para o metrô foi uma situação de inadimplência da Companhia do Metropolitano junto à Prefeitura de São Paulo. Mas tivemos uma notícia recente, do dia 12 de junho, veicula da pela *Veja* e pela *Agência Estado*, em que se noticiou que essa situação foi regularizada.

Referente a essa nova notícia, quero saber se o PLDO 2013 manterá o investimento nulo da Prefeitura de São Paulo junto ao metrô ou se isso será modificado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Obrigado, Luis.

Tem a palavra a Sra. Nilda Neves.

A SRA. NILDA NEVES – Boa tarde a todas e a todos.

Temos já travado uma luta permanente em M'Boi Mirim, onde temos constantes manifestações na defesa do transporte público de qualidade. Mas, temos também reuniões permanentes na SPTrans, só que temos muitas promessas e queremos saber dos senhores, representantes da Secretaria, quando, realmente, nossa luta valerá a pena. Pergunto isso porque estamos lutando até hoje para que o trânsito de M'Boi Mirim seja visto por esses que dizem ser nossos governantes. Só que pouca coisa é feita.

Colocar a CET nas ruas e fiscalizar o trânsito são medidas paliativas. Queremos, de fato, que se invista em nossa região, porque somos trabalhadores e pagamos impostos assim como os moradores da região central.

Nossa periferia, M'Boi Mirim, também faz parte da Cidade, e merece muito mais

investimento pela necessidade.

Estamos reivindicando há muitos anos o metrô para M'Boi Mirim. Daí vocês vêm discutindo o monotrilho, que até hoje é promessa dessa gestão e temos certeza se será feito. Temos um orçamento para o terminal. Tivemos audiência em nossa região, mas, na audiência, ninguém soube falar de prazo.

Queremos saber: quando, de fato, todas as promessas do Prefeito – das quais o povo está cheio – sairão do papel? Porque se gasta muito dinheiro com projetos. Vi que há, no orçamento, há muito recurso empenhado em projetos, mas as obras de fato...

É uma reivindicação da região: alargamento e duplicação da M'Boi Mirim, Guarapiranga, onde o trânsito não pode permanecer como está, mas a Secretaria de Transportes atende comissão para conversar lá dentro da Secretaria, no entanto, nunca vai à região, para conversar com o povo. Por diversas vezes temos chamado a Secretaria, a fim de que sinta o que a população sente, os seus problemas, mas ela se recusa a atender o pedido da região.

Somos da Frente de Entidades do M'Boi Mirim e participamos de reuniões mensais na Secretaria, cansamos de cansar os Secretários e seus representantes para irem na região, mas eles não nos atendem ao povo.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Tem a palavra o Sr. Antônio Pedro.

O SR. ANTÔNIO PEDRO – Como já foi dito, sou Antônio Pedro. Sou da Fepac.

Uma vez que compõe a Mesa o pessoal da CET, que cuida mais do planejamento de trânsito e da fiscalização, e da São Paulo Transportes, que cuida dos meios, minhas questões são no seguinte sentido: em relação à CET, na região do M'Boi Mirim – mas acho que o fato se repete na cidade inteira -, basta haver nuvens para os semáforos pararem de funcionar. Então, o trânsito, que já estava caótico, piora. Portanto, não adianta colocarmos a culpa nos brasileiros estão comprando mais carros, porque melhorou o seu padrão de consumo, etc., muitos problemas decorrem da falta de gestão ou de planejamento da própria

Prefeitura, através de seus órgãos, como a CET. Gostaria de saber se há explicação do ponto de vista técnico para o fato de os semáforos e faróis não funcionarem quando ameaça a chuva, ficando amarelo piscante, tornando o trânsito pior.

Em relação à fiscalização, hoje mesmo, vim pela via M'Boi Mirim, no Terminal Jardim Ângela até chegar em Piraporinha há três faixas: uma para corredor de ônibus e outra dividida entre peruas e veículos e, praticamente, por três ou quatro quilômetros, os carros ocupavam uma faixa, e sem nenhuma fiscalização, em pleno sábado, às 9 da manhã. Então, também há uma deficiência da CET no seu papel de procurar amenizar os problemas do trânsito.

Quanto ao transporte, no que diz respeito à nossa região, havia, no plano de metas, a duplicação do corredor M'Boi Mirim, não executada. Já fizemos audiências com Secretários e Subprefeituras e Técnicos, que alegaram que a empresa que ia fazer a duplicação desistiu da licitação e tiveram de contratar outra. O fato é que essa obra de responsabilidade da Prefeitura não foi iniciada, nem temos a previsão de quando será.

Mais: defendemos não só a duplicação da M'Boi Mirim, mas que ela vá além da Estrada da Cachoeirinha, isto é, até a divisa de Itapeverica com corredor de ônibus. Essa é a nossa cobrança. Deixo por escrito essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Boa tarde a todos. Realmente, ficamos encabulados por estarmos aqui, falando de transporte, devido à incompetência, incongruência, não sei mais como nomear a gestão do transporte nesses 7 anos e meio, Sr. José Serra, Sr. Gilberto Kassab e Sra. Alda Marco Antônio. Não há nome para definir o aviltamento cometido contra o transporte público na cidade de São Paulo. Ele foi tão cruel para com a população de São Paulo, tão irresponsáveis e incompetentes os Srs. Singer, Alexandre de Moraes, Marcelo Cardinale Branco – que não explicou porque não veio encarar a população e por que, no dia 15 de janeiro de 2011, com este plenário lotado, quase apanhando da Polícia, marcou reunião

quando estava em férias, no dia 12 de janeiro de 2011 – o qual deve explicações à comunidade, assim como os outros que citei, porque há um caos no transporte da cidade de São Paulo. É uma grande vergonha: só empresas ricas de transporte, com consórcios bilionários, os quais ninguém investiga, ninguém fala quem são ou deixam de ser e ficamos assim.

O Sr. José Serra teve a torpeza de extinguir o Conselho Municipal de Transporte em janeiro de 2005. Claro! Fez uma péssima administração, por que iria querer gente controlando, fiscalizando?

O Sr. Vereador Atilio recebeu ontem: 'precisa voltar o Conselho Municipal de Trânsito e Transporte'. Com uma fiscalização dura, os gestores de transporte terão vergonha na cara e respeitarão a população e farão as obras prometidas.

Transporte e acessibilidade nos terminais de ônibus. Essa é uma proposta da nossa querida D. Maria do Socorro Alves, que nos está representando no Rio de Janeiro.

Por que não há acessibilidade nos Terminais de ônibus da cidade de São Paulo – nem nos do centro? Tem de ter essas demandas.

Terminal Pinheiros, do Largo da Batata: a região de Pinheiros foi destruída, e a obra não foi entregue. É uma vergonha que Pinheiros tenha de passar por esse vexame e essa incompetência. Além disso, as linhas que vão para o Largo da Batata estão sempre superlotadas. Isso é um insulto.

Para conclusão, pedimos melhoria no transporte em Itaquera, que está um lixo, e Parelheiros.

É triste saber que estão deixando a meta 40 do plano de metas – corredor Itaim Paulista-Dom Pedro II – para 2013. Isso não pode ocorrer. Tem de ser entregue em 31 de dezembro de 2012. É a meta 90. Respeitem a população da Ponte Rasa e do Itaim Paulista. Se a obra não sair, ocorrerá o não cumprimento da meta 90 - praticamente, nenhuma meta de transporte foi cumprida.

Além do que o terminal de Vila Brasilândia, Perus e Cidade Ademar, não foram citados. Essas obras desapareceram? Estão no orçamento desde 2003 e por que não foram feitas?

Para terminar, a implantação de corredores de ônibus: vocês gastaram até maio 68 mil reais, e a dotação é de 33 milhões - 0,2% -, não fizeram nenhum quilômetro nos últimos três anos e meio. A população vai aceitar isso? Claro que não.

Terminal de ônibus urbano: gastaram neste ano 3%. Só inauguraram o Terminal de Campo Limpo. Cadê os outros terminais? Três anos sem novos terminais na cidade de São Paulo. Nunca tinha acontecido isso. Realmente é um vexame e um acinte. Repudiamos o transporte e o trânsito, mais uma vez, e a covardia do Sr. Secretário, ao não encarar a população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Tem a palavra o Sr. Cláudio Costa Santos.

O SR. CLÁUDIO COSTA SANTOS – Boa tarde, Sr. Presidente, nobre Vereador Atilio Francisco; representantes da CET e cidadãos paulistanos. Sou do Movimento de Resistência do Orçamento Participativo. A reivindicação desse movimento não é só em relação ao conselho municipal de transporte. Queremos também audiências públicas trimestrais, para que possamos fazer uma interlocução com a Secretaria. Isso não está acontecendo, e a sociedade civil vê que está no meio dos problemas, sem que haja uma solução.

Com relação à mobilidade urbana, está havendo um apagão nos semáforos da cidade. Com ameaça de chuvas, já há problemas em semáforos. Estou falando de uma tecnologia obsoleta e arcaica. Isso prejudica a cidade em sua totalidade. Não há nenhuma região do município que está sem problemas.

Com relação ao rodoanel trecho Norte, gostaríamos de saber se há um planejamento orçamentário, haja vista o impacto viário no trânsito que vai ocorrer na Avenida

Raimundo Pereira de Magalhães, Avenida Elísio Teixeira Leite e mais outra avenida que circunda o trecho. Queremos saber se há dotações orçamentárias para futuras ações efetivas. A gestão do Sr. Prefeito Gilberto Kassab vangloria-se de ter investido dois bilhões no metrô, entretanto, a demanda para o metrô seria para a região Noroeste da cidade. Há a propositura de uma estação do metrô, uma em Pirituba e outra na Lapa. Não adianta justificarem que a região é atendida pela CPTM da linha Rubi. Lá há uma superlotação e problemas constantes nessa linha.

Com relação à renovação da frota de ônibus, ela não aconteceu. Estamos pagando caro pela passagem de ônibus e não vemos a renovação da frota. Com relação a esse investimento, a essa frota, a população espera a sua renovação, objetivando o seu bem-estar.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente da Associação Nacional das Cidades - Desenvolvimento dos Serviços Públicos Avançados dos Transportes e Mobilidade Urbana, a Nacional Transporte Cidades. Quando o Sr. Mário Covas era Prefeito aqui, apresentamos um projeto, a construção de 330 quilômetros de metrô até o ano de 2012, sendo 300 quilômetros subterrâneos e 30 quilômetros sobre trilhos. O projeto previa a construção de 45 túneis inteligentes, interligando a cidade de São Paulo e as demais cidades da região metropolitana, com 40 viadutos, 1.000 ciclovias e 245 terminais de ônibus. Os Governos que antecederam não investiram em política pública de mobilidade urbana. Hoje a cidade de São Paulo é a mais violenta no planeta em acidentes de trânsito. Só no ano de 2011, dez mil cidadãos perderam suas vidas em acidentes automobilísticos, sendo que 35 por atropelamentos, 728 por motociclistas e 125 mil estão em cadeira de rodas, dando prejuízo de 27 bilhões de reais ao Sistema Único de Saúde anualmente.

Quando se começou a construção do metrô, na cidade de São Paulo, esse trabalho também se começou na Cidade do México. Hoje há cerca de 63 quilômetros construídos. A Cidade de México conta tem 245 quilômetros. A China, que começou o seu

processo de construção há quatro anos, conta com 85 quilômetros. Até o Chile supera a cidade de São Paulo na malha metroviária. Desses 63 quilômetros, 69% foram construídos em cima da linha do projeto que apresentei.

Faço uma pergunta ao engenheiro Gérson. Qual é o projeto hoje que a Prefeitura e a SPTrans tem para implementar e transformar o sistema de mobilidade urbana mais humanitária, com o instrumento de trabalho para os cidadãos paulistanos?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Eu que agradeço.

Tem a palavra o Sr. Francisco das Chagas Machado.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS MACHADO – Boa tarde a todos. Sou do Movimento de Resistência do Orçamento Participativo. Conheço o transporte de São Paulo. Trabalho externo e ando por toda a cidade de ônibus, metrô ou trem. Observo que as obras viárias do transporte, nos últimos oito anos, parou ou quase parou. Não se vê a construção de corredores de ônibus. Os veículos vão se deteriorando e ficando sucateados, muito ruins. No início de 2011, foi dado o aumento de tarifas, absurdo e abusivo, aumentando para três reais. A população manifestou-se contrariamente. A Prefeitura declarou guerra à população. Assistimos à repressão policial com bombas, massacrando e atirando balas de borrachas estudantes, Vereadores e pessoas que se manifestaram. Agiram da forma mais violenta, brutal e absurda, na insistência de manterem essa tarifa abusiva e absurda que está aí.

Cada vez mais, a situação das conduções vai piorando. Vi companheiros e companheiras do M'Boi Mirim reclamando da situação lá. Esse não ocorre só no M'Boi Mirim. Ocorre em toda a cidade, em todas as regiões e todos os bairros.

Há quase 40 anos foi dado o início das obras do metrô. Só há um pouco de metrô. Quase não há trens. A cidade fica dependendo de ônibus, que não funcionam. A nota que dou para essa Administração, no transporte, é somente zero, porque não há nota abaixo de zero. O que a Prefeitura tem de concreto para amenizar esse grave problema?

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Tem a palavra a Sra. Bergair de Oliveira Valentino.

A SRA. BERGAIR DE OLIVEIRA VALENTINO – Sou moradora da região que fica na Vila Moraes e na Vila das Mercedes. Gostaria de colocar o que S.Exas. poderiam estar fazendo, efetivamente, para melhorar o trânsito que vai da Avenida do Cursino e da Avenida Miguel Stéfano, até se chegar a Bandeirantes. Quando se quebra um carro na região do zoológico, a situação fica terrível, paralisa tudo. Ficamos lá por uma hora e meia, duas horas, naquele trajeto.

Falando para a SPTrans, a quantidade de carros que há na linha Jardim Clímax-Praça da Árvore e Jardim Clímax-São Judas é terrível. Quando chega, principalmente, o final de semana, em horário de pico, há cinco ônibus no sábado e três no domingo, porque para se ir ao zoológico e ao parque do Estado, Parque das Fontes, tem de ser feito esse trajeto. Não há carros. Os veículos circulam superlotados. Vim aqui com um grupo de moradores e falei com o Vereador Abou Anni. Foi feito um ofício e enviado para a SPTrans, mas ele voltou a contento. Retornamos aqui e refizemos o documento, que voltou. Está a contento, porque há pessoas que não estão utilizando o serviço público, o ônibus.

Poderiam estar colocando piso baixo, para se aumentar o número de pessoas a serem transportadas. O aumento de carros não será feito. Então, vamos passar a ser transportados como gado. Isso só aumenta a aglomeração. Precisamos de mais carros para serem transportados os usuários naquele trajeto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Eu que agradeço.

Tem a palavra a Sra. Maura Augusta.

A SRA. MAURA AUGUSTA – Boa tarde a todos. Sou da FACESP. Tenho aqui uma queixa. Sei que é da CET, com relação aos serviços do Atende. Hoje em dia, fazemos uma solicitação para o Atende e há uma demora de seis meses para conseguirmos transportar

um doente para a fisioterapia. Fiz uma solicitação, em novembro, e ela saiu agora, nesta semana. Inclusive, o serviço já entrou de férias. A pessoa não vai poder fazer fisioterapia agora, quando saiu o transporte, porque a Unip entrou de férias. A paciente está toda atrofiada na cama, porque ficou, por seis meses, aguardando o transporte do Atende, e agora o serviço volta de férias em agosto. Liguei para o Atende ontem e me disseram: “Ela foi contemplada com dois dias. Quanto ao terceiro, vamos ver em julho, se será contemplada ou não”. Não é questão de ser contemplada ou não, é um direito do cidadão usar os serviços do Atende.

Há uma segunda questão. Vejo algumas frotas de ônibus que estão na contramão da lei de mobilidade urbana. Estou falando de ônibus com pisos rebaixados, onde há degraus para pessoas descerem para pagarem a passagem e degraus também para elas subirem depois. Isso está na contramão da lei. Já vi pessoas caindo ali. Há um suporte, uma alça extremamente alta, onde não alcançamos segurar. O número de quedas tem aumentado dentro de ônibus. A CET precisa fiscalizar esses ônibus, porque, apesar de serem novos, não estão adequados à lei de mobilidade urbana.

Há uma terceira questão, sobre o novo terminal Sacomã. É vergonhoso, porque é superlotado. Lá faltam ônibus. Precisam fiscalizá-lo melhor.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Eu que agradeço.

Tem a palavra o Sr. Sansão Dantas.

O SR. SANSÃO DANTAS – Boa tarde a todos. Cumprimento todos os presentes. Muitos deveriam estar aqui, porque esta é uma comissão muito importante. Serei bem breve e objetivo, indo diretamente ao assunto, sobre a duplicação da Avenida Belmira Marin, muito complicada. Tem havido muitos protestos naquela região. Inclusive nós, do fórum de transportes daquela região, temos pedido muita atenção da Subprefeitura. Não somos atendidos. Fazemos caminhadas e manifestações, mas ninguém nos atende.

Há outra questão, muito complicada também. Pessoas exigem e pedem muito para

que seja suprido aquele trânsito que vai até o Cocaia. Estou falando da ponte que liga o Castro Alves ao Jardim Cocaia. Essa ponte acabaria um pouco do trânsito naquela localidade, na Avenida Belmira Marim.

Há um outro ponto também importante, a garagem de ônibus da Cidade Dutra, que atrapalha todo o trânsito na Belmira Marim. Os ônibus vão para as garagens, ficam parados em filas e fica somente uma faixa para pessoas passarem com seus carros. Isso trava toda a Belmira Marim. Esse é um problema muito grave na região.

Também gostaria de saber sobre a extensão do trem até o terminal Varginha e Parelheiros. Disseram que vão construir o terminal de Parelheiros. Esse terminal vai suprir a necessidade da população dessa região ou vão fazer apenas um terminal só para se construir? O trem vai chegar até aquela localidade ou vão construir outro passa rápido? Daqui a uns dias, a situação vai ficar ineficiente para a demanda daquela região.

Gostaria de saber se alguém poderia me informar quanto a Prefeitura está arrecadando em multas. Todos falam que é necessário haver fiscalização, só que vejo a fiscalização multando. Não estou vendo a fiscalização orientando. Para multarem é muito fácil. Chegam, multam e o dinheiro vai para os cofres da Prefeitura. Agora orientação, que requer um trabalho da Prefeitura, não há. Quanto estão arrecadando em multas e para onde vai esse dinheiro?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Tem a palavra o Sr. Márcio Freire, funcionário da Casa.

O SR. MÁRCIO FREIRE – Sou Assessor da bancada do PT na Câmara. Tenho duas questões para o pessoal da CET. Em relação ao projeto 3703 para 2013, a LDO conta com duas motofaixas para implantação. Já há o local para elas? Quais serão as avenidas e os corredores?

Em relação ao Priav, projeto 3743, quanto ao Programa de Identificação Automática

de Veículos, ele está previsto para ser implantado também no próximo ano? A Secretaria já tem estudos sobre isso? O conselho de trânsito já liberou sobre esse projeto? A legislação e a regulamentação já avançaram? A Secretaria já tem os instrumentos para sua implantação?

Quanto ao transporte, o pessoal da SPTrans, os Srs. Gilberto Teixeira e Roberto de Moraes, com relação ao monotrilho, a Sra Nilda colocou a questão, já houve as audiências públicas, a Secretaria de Transporte está executando o orçamento, já contratou o projeto executivo, se não me falha a memória, ou parte, se não me engano 30 milhões estão sendo usados no projeto. O código da dotação é 3744. Lembro-me que em audiência aqui, ano passado, foi aventada a possibilidade de se conceder o estatuto como foi feito lá em Cidade Tiradentes, mas talvez a Prefeitura faça por ela mesma, mas com recursos do setor privado. Seria uma PPP - Parceria Público-Privada. Anteriormente, não havia projeto, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho com a Companhia São Paulo de Parcerias é que ia modelar o projeto, ver a questão de remuneração dos parceiros, se é tarifa, se é, enfim... Isso avançou, já tem algum modelo, vai realmente ser executado em 2013?

Mais uma questão em relação ao Transporte, já foi dito, o Claudio comentou que os dois bilhões do Metrô foram repassados, temos a informação que não, o máximo foi um bilhão, a Secretaria disse que chegou nesse valor, e que chegou com o terreno que foi repassado ao Metrô. E pela promessa do Prefeito seriam os dois bilhões até 2012? Então, vai ser repassado mais um bilhão nos últimos seis meses da Gestão? Os senhores têm essa informação?

Por fim, para completar, na dotação Compensações Tarifárias, na meta passa de mais ou menos 1,4 bilhão de passageiros transportados para 2,3 bilhões de passageiros, ou seja, vai dobrar o subsídio ao Transporte no próximo ano? Porque como o aumento é considerável na quantidade de passageiros, vai haver então acréscimo ou será na forma de subsídio?

Obrigado, senhor relator.

Agradeço a todos. Boa tarde. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Antes de os nossos companheiros começarem a responder, informo que há um fax – está em minhas mãos – enviado pelo Secretário de Transportes que informa ter sido convidado a uma palestra do Congresso Mundial de Transporte, em Belo Horizonte, do dia 14 ao dia 17 deste mês, não pode estar presente, mas nos mandou uma equipe qualificada para oferecer aos senhores as informações reivindicadas.

Como temos questionamentos para os dois departamentos, e a SPTrans está em minoria, vamos deixar que o quadro da SPTrans, da Secretaria de Transportes nos possam dar as informações que acharem pertinentes, depois virá o grupo da CET para responder às perguntas, sem critério de ordem.

O SR. GILBERTO TEIXEIRA – Boa tarde a todos. Eu sou Gerente de Projetos da São Paulo Transporte. Pelo que foi apresentado até o momento, nós temos 12 representantes de associações de toda a sociedade que reivindica melhorias tanto em corredores, em terminais de ônibus, na sinalização, enfim, nos serviços de transporte da cidade. A grande maioria reivindica os projetos que estão sendo elaborados dentro do programa de mobilidade urbana da Prefeitura Municipal de São Paulo. Como sabemos, esse programa faz parte da Agenda 2012, mas desde 2010 a equipe está trabalhando em 15 empreendimentos que respondem por boa parte das reivindicações de vocês e nossas porque também fazemos parte, somos usuários do mesmo serviço.

Para que todos saibam o que está sendo desenvolvido pela São Paulo Transporte e pela SIURB com a SP-Obras no momento em que estamos no estágio de pré-qualificação das empresas para implantação de corredores, de terminais, das melhorias viárias, isso é público, está no site da SPTrans e da SP-Obras. Temos 15 empreendimentos e vou citá-los porque cabe dentro da reivindicação que vocês. Temos o Corredor Leste Radial 1 – que vai do Parque Dom Pedro até a estação Vila Matilde do metrô. Temos o Corredor Leste Radial 2 – são cinco quilômetros, que chega até a estação do metrô Artur Alvin. Temos o Corredor Radial Leste do

entroncamento da Aricanduva até a Praça Felisberto Silva, São Matheus. O Corredor Leste Itaquera vai do terminal Vila Carrão até o Centro Empresarial de Itaquera. Temos na zona Sul o sistema viário Campo Limpo Vila Sônia, que é um corredor de ônibus preparado para receber o sistema monotrilho. Deixamos o canteiro central pronto para receber o novo modal. Temos o binário Santo Amaro que é uma melhoria viária no centro de Santo Amaro muito reivindicada pelos moradores, são oito quilômetros de vias que vão ser melhoradas, temos desapropriações, e é um grande nó para as linhas que vão em direção à zona Sul, como Jardim Ângela, Parelheiros, enfim. Temos o sistema viário de apoio ao Corredor Berrini, que prevê o ônibus à esquerda e vamos tentar melhorar toda a parte de trânsito da região. Também temos um viário junto ao Terminal Rodoviário que está sendo projetado e o Terminal Municipal, que vai ser ampliado, que está junto à Estação Itaquera do metrô.

Quanto à requalificação, de reforma de corredores, temos o Corredor M'Boi Mirim, que é uma grande reivindicação das pessoas. No momento estamos fazendo melhorias pontuais nas paradas de ônibus e nos terminais, mas está prevista uma grande intervenção na M'Boi Mirim, além do estudo que está sendo feito para a implantação do monotrilho, temos esse projeto que está em nível executivo e faz parte do pacote da pré-qualificação. Temos o Corredor Inajar de Souza, que é uma reforma, com ampliação de paradas, com ultrapassagem nas paradas, enfim, pavimento rígido em toda extensão do corredor. Temos os novos terminais de ônibus que consta dessa lista, a saber: Terminal Rodoviário Urbano Itaquera; Terminal Perus, inclusive o Fábio Siqueira fez essa citação. Fábio, nesse caso, o Terminal Perus teve que ser requalificado, houve pedidos da comunidade, houve pedidos da subprefeitura. Tem um parque linear ao lado, visitamos isso em algumas vezes e tal, mas isso está no pacote também.

Temos o Terminal Vila Sônia, o novo Terminal Jardim Ângela que não é aquele pequeno - que será requalificado. O novo terminal vai receber três modais, que é o metrô que virá de Capão Redondo. Tem o monotrilho que vai chegar da região de Santo Amaro, vocês já conhecem o traçado. E, tem o corredor de ônibus que será requalificado. Temos um complexo

viário de acesso, o Jardim Ângela que está sendo estudado em conjunto com o novo terminal e o Terminal Parelheiros. Esse terminal será implantado junto ao Rodoanel Norte, a Sadao Inoue(?) com o Rodoanel. É uma área de 100 mil metros quadrados cujo projeto de utilidade pública está em andamento.

Então, são esses 15 empreendimentos que estamos desenvolvendo as ações e que estão sendo abertos os envelopes – fazemos parte da comissão – e esperamos que até metade do ano esses trabalhos sejam concluídos; e, numa segunda fase do processo licitatório, seja cumprido. Então, acreditamos que até o final do ano já tenhamos os contratos para o início dessas obras. A partir do ano que vem pode ser que alguma coisa aconteça. Tudo vai depender do andamento desse processo licitatório.

Agora, quanto à morosidade de determinados projetos é porque são realmente projetos complexos, necessitam de estudos, muitos estudos, muitas interferências. Foi citado o Corredor Celso Garcia. Por exemplo, até o Itaim são 33 quilômetros de corredores. Trabalhei nesse projeto, um belo projeto. No entanto, temos muitas desapropriações. Então, vamos tirar o comércio e a habitação de muitas pessoas como aconteceu na M'Boi Mirim.

Qual é a intenção da administração? Minimizar o problema social. Como fazemos isso? Com metrô ou com monotrilho. Abrir aquele viário significa destruir patrimônio, destruir a vida das pessoas. Na M'Boi Mirim também foi feito esse trabalho. A nossa intenção foi fugir do eixo e tentar urbanizar as áreas lindeiras. Essa foi a grande intenção dos técnicos. Se vai passar ao lado da M'Boi Mirim? Temos de assentar essas pessoas. Têm favelas, pessoas que não têm condições de habitação. Então, esse processo leva um bom tempo para ser resolvido porque precisamos construir habitação para essas pessoas; precisamos desapropriar; precisamos estudar toda a parte de geotecnia da região; precisamos estudar toda a parte social, toda a parte urbanística disso. Demorou, logicamente, certo tempo. Agora esses projetos já estão prontos no nível do executivo e pretendemos aqui responder boa parte de tudo isso que foi questionado.

Agora, quanto a questão do Atende, da Maria Augusta; quanto a questão de linhas que terão de ser implementadas, esse assunto nós, técnicos de projeto, vamos levar ao Secretário Marcelo Branco para levar isso para as áreas que têm essa atribuição e que tenham essa resposta para vocês. Apenas espero que vocês tenham, um pouco mais paciência. Acredito que no final deste ano, início do ano que vem com a nova administração esses empreendimentos sejam implementados e as reformas desses projetos sejam executadas. Essa é a nossa meta e a nossa vontade.

Essa é a resposta que tenho para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Tem a palavra o Sr. Gerson Lima Macambyra.

O SR. GERSON LIMA MACAMBYRA – Boa tarde. Sou da Companhia de Engenharia de Tráfego. Sou responsável pela área de informação corporativa. É uma área ligada à Chefia de Gabinete da presidência. O que temos de informações para os senhores é que na Agenda 2012 do Prefeito a CET conta com dez metas das quais seis já foram cumpridas em 100% e quatro estão para ser concluídas.

Das quatro a serem concluídas temos a questão dos pontos críticos. São 15 obras que estão em andamento na cidade de São Paulo. Um ponto já foi concluído e outros sete já estão com os contratos assinados e devem iniciar agora, este mês, com uma previsão de conclusão até julho deste ano. E, os dois últimos estão em fase de processo de contratação das empreiteiras para tocarem essas obras. Já temos os projetos, mas ainda falta a contratação. A nossa previsão é de esses 15 pontos de gargalos estarão concluídos até o final de 2012, conforme compromisso do Sr. Prefeito.

Outra meta que ainda não foi debatida é referente à sinalização vertical, mas também estamos no caminho de atender essa meta até o final deste ano. A outra meta são os 288 dispositivos de sinalização eletrônica, temos plena convicção de que vamos atingir essa meta até final de dezembro e a última meta ainda não realizada, e abordado aqui por um dos

participantes, é a motofaixa.

Tínhamos no início da agenda o compromisso de criar oito novos corredores de moto. Antes da agenda já tinha sido construído o corredor da Avenida Sumaré. Depois, no período da agenda de 2009 até 2012 fizemos o corredor da Avenida Vergueiro. Porém, estudos técnicos constataram que essa medida que visava melhorar a questão de segurança dos motociclistas não apresentou esse resultado.

Nos corredores onde foi implantada essa medida o que foi observado foi um aumento significativo do número de acidentes com motociclistas e pedestres. Então, essa medida neste momento está sob uma nova avaliação.

Então, a recomendação técnica é de que sejam adotadas outras medidas visando melhorar a questão de segurança do ciclista no trânsito da cidade.

Com relação ao Plano Plurianual, também temos algumas metas lá da Companhia de Engenharia de Tráfego, das quais estamos com uma situação bastante positiva em relação ao cumprimento dessas metas temos questão da sinalização horizontal, que já superamos inclusive o valor estabelecido para essa ação - temos com 74% dessa meta já realizada, desculpa. A perspectiva é que estaremos, até o final do período que compreende de 2010 a 2013, superando até o que está estabelecido.

A sinalização vertical também: já fizemos 65% do total previsto para essa meta, nesses três primeiros anos.

A questão da sinalização, iluminação, faixa de pedestre iluminada para poder melhorar a questão de segurança na cidade de São Paulo: também já foram realizadas 56% dessa ação. Temos também a perspectiva de atingir essa meta até o final do período.

A questão da ampliação do rodízio de caminhões na cidade: essa meta já foi cumprida com restrições de circulação de caminhões na cidade.

Intervenções de gestão de tráfego: foi o que falamos anteriormente, os 15 pontos de gargalos que estão sendo tratados, que serão também atingidos até o final deste ano.

Plano de racionalização de energia com *LEDs*, a utilização de *LEDs*: essa meta já foi cumprida. Superamos em 21% o valor total previsto para esta meta.

A questão da implantação de ciclovias e ciclofaixas na cidade: também tínhamos, até o momento aqui, já superamos essa meta em 8,3%.

De forma que, num balanço geral entre o que está previsto para a Companhia de Engenharia de Tráfego, na agenda do Prefeito, de 2009 a 2012, e no Plano Plurianual, estamos assim com uma situação de realmente conseguir cumprir essas metas, de forma a melhorar as condições de segurança e fluidez da cidade.

Com relação aos questionamentos que foram apresentados aqui, o que podemos comentar é que, com relação à região do M'Boi Mirim, realmente necessitamos atender as necessidades, as reivindicações que foram apresentadas. Estaremos, com certeza, encaminhando as reivindicações para nossas áreas responsáveis lá para incluir essas questões no seu plano de trabalho.

Foi dito também que não é divulgada a questão de informações de trânsito nessa região. Gostaria de esclarecer que essa informação nós passamos diariamente, a imprensa divulga diariamente a questão de lentidão da cidade. Essa informação é classificada pelas regiões da cidade: regiões Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro. Então, com relação à questão lá da região do M'Boi Mirim, ela, com certeza, está incluída dentro dessas regiões, mas estaremos passando essas reivindicações lá para nossos técnicos para que possam avaliar um pouco mais essa questão.

Com relação à questão de semáforos, assunto que foi bastante comentado também, a questão de apagão e tudo mais, o que posso dizer é que estamos com ações em andamento na empresa para a implantação de *no-breaks* na cidade, o que vai justamente ter a função de manter esses equipamentos funcionando em momentos e ocasiões de chuvas, de falta de energia e tudo o mais.

Já temos implantado, até o momento, cerca de cem dispositivos - quase isso - e há

uma previsão inicial de cerca de 200 dispositivos desse tipo que estarão sendo colocados para que seja resolvido esse problema de apagão do semáforo.

Com relação ao PRIAV...

- Manifestação fora do microfone.

O SR._____ - Ok, estamos anotando.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARIO SASAKI – Mario Sasaki, Gerente do Orçamento e Contabilidade da CET.

O Projeto 7137 é dotação do Gabinete da Secretaria Municipal do Transporte – 2010. Após a apresentação aqui do colega, eu gostaria de colocar o que é o orçamento da CET, SPTrans e SMT. Talvez, na inicial, nós deveríamos ter feito isso.

Foi questionado: “Da onde vem o recurso?” Multas. “Onde serão aplicados?” Então, daqui a pouco, apresentarei essas informações.

Esse valor – 13 milhões –, do Gabinete da Secretaria, 2010, é implantação de ciclovias e ciclofaixas. Recurso disponível: 3 milhões; empenhados: 600 mil.

Nós pegamos essa informação, na data de hoje – para não falar ontem...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARIO SASAKI – Exatamente. O colega vai falar o motivo. Inclusive foi encaminhado à Sempla, para fazer a reavaliação, porque não houve benefício esperado. Mas ele vai falar, ok?

O SR._____ - Quanto às ciclovias, está em andamento a questão para aprovação das obras e da construção dessas ciclovias – ciclovias da Brás Leme e da José Bonifácio. Tiveram situações de remanejamento arbóreo, e tal, e isso acabou atrasando um pouco o andamento da execução dessas ciclovias. Isso está em negociação também com a Secretaria do Verde, e tudo mais, e os obstáculos já estão sendo superados. A previsão é de que ainda este ano essas ciclovias sejam implementadas na Cidade.

Com relação ao PRIAV, que foi comentado por um dos senhores, a informação é de que nós dependemos; estamos aguardando. Ainda há um entrave de caráter político. Nós estamos dependendo de orientações e diretrizes, inclusive do Contran, para poder prosseguir com esse assunto.

Foi perguntado se a Secretaria já tem estudos realizados a respeito disso, para poder viabilizar a sua implantação. A resposta é “sim”, “positivo”. Existe, sim, esse estudo. Porém, nós estamos aguardando a solução por parte do Contran, de algumas pendências que existem daquele órgão em relação a esse assunto, para que essa matéria possa ser continuada.

Com relação ainda à questão de obras, que foi colocado lá na Vila Mercês e região, o que nós podemos dizer é que além desses 15 pontos de gargalos, que já foi comentado anteriormente, nós estamos também iniciando um trabalho de identificação de novos locais que poderão ainda ser realizados ao longo deste ano. E, de repente, esta região, nós estamos anotando aqui, e levaremos para os nossos técnicos, para que seja considerado na relação dos assuntos dos locais que poderão ser tratados ainda esse ano.

Acho que, a princípio, seria isso.

O SR. GILBERTO TEIXEIRA (?) – Ok, eu queria complementar algumas informações. Eu citei o projeto, o macro dos 15 empreendimentos, e agora estive fazendo uma leitura dos questionamentos, e acho que devo algumas respostas, que eu posso dar as explicações e os encaminhamentos que estão sendo feitos.

Com relação ao Sansão Dantas, você fez algumas perguntas sobre a questão da Belmiro Marim e a questão da extensão da linha da CPTM, ali, de Grajaú para Varginha, enfim.

Esses projetos foram iniciados. Vocês sabem o tempo que demora, é lógico. Mas já tem um plano de trabalho que está sendo feito.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. GILBERTO TEIXEIRA – Aí é que eu vou responder para você o que eu

posso e o que eu tenho de informação.

Nós temos, no programa, o Terminal Novo Parelheiros – esses vocês sabem –, lá na ponta, lá na frente. Na gestão anterior, nós trabalhamos até o Terminal Grajaú. Lá na gestão da Marta, chegamos ali. Agora, nós estamos estendendo um novo terminal, que vai ser o Novo Terminal Varginha – que não é aquele que nós temos hoje, que já está pequeno; que, na época, comentavam que era muito grande, que ia ser uma torre enorme. Então nós estamos criando um novo terminal, o Novo Parelheiros, lá na ponta. Ou seja, vai ser estendida a Linha da CPTM até a altura do Terminal Varginha – essa é a meta. E vão ser criados dois terminal – o Terminal Mendes, que fica no meio do caminho até Varginha; e o Novo Terminal Varginha. Quanto a Belmiro Marim, também nós temos previsão, agora, de projetos, para o seu alargamento. Mas, antes disso, nós temos no Orçamento de 2013, que ontem até nós estamos elaborando, o projeto do Terminal Pedreira, que também foi esquecido há algum tempo, e a questão da hidrovia, que agora a ideia é fazer um terminal hidroviário para que possa ser usada, logicamente, aquele modal, para transportar até lá na outra ponta, e ajudar o pessoal da comunidade, mais na ponta ao sul, e aí pega o pessoal da Belmiro Marim. Um pouco, mas pega uma boa parcela dessas pessoas.

Esses estudos estão sendo elaborados. Esses projetos estão sendo desenvolvidos lá na CPTM.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. GILBERTO TEIXEIRA – Essa informação não está na minha atribuição. Eu vou procurar saber dessa informação, e eu poderia, depois, repassar para vocês.

Fábio Siqueira perguntou sobre o Terminal Pinheiros.

É lógico, toda reforma bagunça a casa; não tem jeito. E, logicamente, interfere na vida das pessoas. Tem uma estação ali do metrô ali chegando – eu sou usuário também –, e, de repente, aqueles passeios estreitos, a obra jogando os tapumes, cada vez espremendo a gente um pouco mais na parede. Mas existe já a notícia de que a meta é terminar até setembro

– isso, eu falei com um colega meu da SP Obras, essa semana. Então a inauguração do terminal é para setembro, e aí o sofrimento ameniza. Não termina, porque São Paulo precisa muito mais do que isso. Mas já vai ser amenizado com esse projeto.

O projeto do Terminal do Itaim Paulista está no Plano Orçamentário da SPTrans para o ano que vem. Então nós vamos já anotar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ROBERTO – É, desculpa. É uma questão... Nós tínhamos, já, o conhecimento Celso Garcia com todos esses terminais dentro daquele projeto; mas ele vai ter que ser requalificado. Tem a ideia até de fazer um terminal rodoviário, conjugado, com integração com a CPTM naquela região. Então é um grande terminal. Nós já temos parte desses estudos. Mas vamos reiniciar agora, no ano que vem. Acho que respondo a mais uma das suas perguntas aqui.

Eu acho que é isso aí que eu tinha que complementar.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Agora eu passo a Mario Sasaki, para que faça uma explanação sobre o orçamento da Secretaria.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ROBERTO – Eu acho que eu respondi parte da sua pergunta. Vamos fazer um breve resumo, tá?

Quando falo em requalificação da M'Boi Mirim, da reforma dele, que está dentro do programa, nós estamos falando em ampliação das paradas existentes, melhorias em toda a sinalização viária, melhorias de pavimento e assim por diante, e ampliação onde for possível.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ROBERTO – Não, espere aí. Escute-me, por um instantinho. Eu vou responder. Eu vou lá na frente já. Um instantinho.

Nós temos o projeto do monotrilho; nós já estamos desenvolvendo isso. Vocês conhecem, estão com a gente algumas vezes. É uma parte da reurbanização. Eu respondi que

não é possível a gente ampliar aquele viário pela própria questão social. Nós não podemos tirar as pessoas, aquele comércio...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ROBERTO – Não, não, o trânsito vai ser dividido depois. Teremos o monotrilho, o metrô na outra ponta, chegando ao novo terminal, o Terminal Jardim Ângela, por Capão Redondo. E aquela ampliação viária que você está citando...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ROBERTO – Não, conheço.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ROBERTO – Isso. Esse projeto... O problema, lá no fundo...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ROBERTO – Ele está sendo desenvolvido pela Siurb. É isso, eu conheço lá.

Aliás, eu estive lá já no final da gestão da Marta, que nós estávamos com toda aquela fiação exposta, com viário muito ruim. E o projeto está sendo desenvolvido pela Siurb, não pela SPTrans. Então, daquela parte para a frente, não é a SPTrans, é Siurb.

O que é SPTrans? O novo terminal intermodal, o projeto do monotrilho, que sai de Santo Amaro até o Terminal Ângela. Agora, com o metrô, tem aquele trecho de Capão até o novo terminal, Terminal Jardim Ângela, que aí é metrô. SPTrans, de Capão até Vila Sônia, que é o corredor. E nós já estamos deixando espaço no canteiro central para o monotrilho.

Esse é o complemento.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Obrigado, Sr. Roberto.

O SR. ROBERTO – É só uma notícia nova também: na SPTrans, toda essa parte de gerenciamento de paradas de ônibus está agora com a SP Obras, que está com a Siurb. Nós deixamos de ter essa atribuição a partir agora de março.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Tem a palavra o Sr. Mario Sasaki.

O SR. MARIO SASAKI – Boa tarde a todos, senhoras e senhores. Obrigado, nobre

Vereador Atílio, pela oportunidade ímpar de discutir o PL 166/2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2013. É a última peça de 2013 da PPA 2010 a 2013.

Nós podemos falar em orçamento da CET isoladamente, porque o Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito, que dá sustentação, 90% da receita da CET, e uma parte da SPTrans e outra parte da SMT. Eu acho a montagem da peça orçamentária responde inclusive questionamento do Sr. Dantas, que falou da receitas, das multas. Então vamos falar um pouco da feitura, de como é elaborado o orçamento do Fundo que dá sustentação – CET, SPTrans e SMT. Isso é importante porque, pelo questionamento aqui levantado, com certeza fica na dúvida de todos o que é da CET, o que é da SPTrans e o que é da SMT.

A origem da receita do Fundo Municipal de Desenvolvimento do Trânsito é pura e simplesmente em decorrência de multas na cidade de São Paulo, municípios da Grande Cidade e de outros estados.

Vamos falar em termos de quantidade e valor.

O orçamento de 2011 – porque nós estamos falando da LDO, que está dentro do PPA – teve uma arrecadação efetiva de 743 milhões e 875 mil. Esse dinheiro, evidentemente, não entra na CET, entra no Fundo, no cofre da Prefeitura, um recurso totalmente vinculado. A destinação: parte desse valor, 68%-70% para a CET.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARIO SASAKI – Em 2011, foi de 743 milhões. No orçamento de 2012, a previsão, até 31 de dezembro, era de 832 milhões e 154 mil, o que dá uma média mensal de 69,3 milhões. O incremento, em relação ao ano anterior, é de 9%.

Existe também a receita própria da empresa CET, que fica em torno de 12 a 13%.

A receita da CET tem a seguinte destinação do orçamento contemplado no Fundo, unidade 8710, que é Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito.

Serviço de Engenharia de Tráfego, orçamento de 2013, atualizado: 535,5 milhões; sinalização horizontal, que é aquela verba carimbada, meta 103, 18 milhões e 150 mil;

sinalização vertical, meta 104, 7 milhões e 260 mil; sinalização faixa de travessia iluminada, meta 108, 2 milhões e 420 mil; plano de racionalização de energia LED, meta 114, 1 milhão e 659 mil e 700; implantação de motofaixa, meta 110, 500 mil reais; aumento de capital: 1 milhão. Total de recurso destinado à CET: 566 milhões e 540 mil. O restante do recurso é destinado a SPTrans e à SMT. Tecnologia operacional: 23,2; fiscalização eletrônica: 36,5 milhões; energização de semáforos: 14,5 milhões; contribuição ao Estado, multa a SPTrans: 24,2; manutenção de policiamento de trânsito: 763 mil; contribuição Funcet (?): 41,6 milhões; sistema operacional de informação e comunicação: 14,5; implantação de corredores: 33,180; requalificação de corredores: 16 milhões; implantação de terminal de ônibus: 10 milhões; requalificação de terminal de ônibus: 34,1; programa de identificação, PRIAV: mil reais, simbolicamente; apoio tecnológico a processamento de multas: 13,310 milhões. Total, com diversas emendas, inclusive diversas emendas dos Vereadores: 933 milhões. Total de 833 milhões e 509. Cabe ressaltar que as emendas são Fonte 0, ou seja, a fonte do Tesouro Municipal não é em decorrência das multas. Implantação de ciclovia – adiantei aqui – é do Gabinete da Secretaria, Unidade 2010: 3 milhões.

Então a montagem do orçamento foi assim distribuída. O Gerson já até antecipou aí; já passou à realização das metas carimbadas da Agenda 2012, que integra também a parte do PPA.

Sinalização horizontal: totalmente concluída; vertical: falta concluir ainda, mas até o final de dezembro creio que nós concluiremos a meta; sinalização da faixa de travessia iluminada, plano de racionalização da energia LED e implantação de ciclovias totalmente concluídas.

Então, em termos de orçamento, é isso que eu queria colocar. Eu não sei se esclareceu a pergunta do Dantas. A arrecadação das multas é totalmente investido na CET e SPTrans.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARIO SASAKI – Na verdade, para corredor existe recurso... Está aqui: 33 milhões e 180, que é implantação; requalificação: 16 milhões.

Eu tenho posição aqui. Já valor empenhado, no caso, requalificação de corredores: 12 milhões e 137. Efetivamente liquidado o valor total, de 12 milhões e 137. Portanto, do total de 15 milhões, foram já investidos... Quando fala “liquidados”, fala-se em medidas, liquidados e prontos para pagamento.

Você tem razão em termos de implantação de corredores. Existe recurso disponível, que são 32 milhões, e apenas 400 mil empenhados.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. _____ - Bom, com relação à implantação dos corredores, os investimentos de forma geral...

Nilda, você falou em recursos, muitos recursos empenhados para projeto.

Hoje, a São Paulo Transporte, que faz a gestão sobre o transporte da cidade de São Paulo, faz a gestão sobre um sistema que atende mais de 9 milhões de pessoas por dia. É uma grande mobilização, não só de investimentos, mas de recursos humanos, para atender esse volume de transportes e transferência na cidade de São Paulo. Obviamente, não é o melhor sistema, e a gente busca, obviamente, quais são os pontos mais críticos para poder atender e para fazer o investimento, e, assim, melhorar cada vez mais o sistema de transporte na cidade – e na cidade como um todo.

Nós ouvimos aqui a dona Maria dos Anjos, que falou sobre M'Boi Mirim; nós ouvimos da região norte, da região sul. Muitos de vocês fizeram comentários. E, definitivamente, os investimentos precisam ser de grande monta para resolver o problema de todas essas localidades, e a gente, obviamente, ter mobilidade e acessibilidade na Cidade como um todo.

Mobilidade e acessibilidade – é importante a gente juntar esses dois conceitos.

Quando a população do M'Boi Mirim se manifesta, pedindo cidadania e maior

mobilidade para a região, não é que o Poder Público se vira contrário a essa questão. Acho que existe uma inércia, sim, e essa inércia se deve por conta, primeiro, de atender toda a região de São Paulo. Como eu falei, são grandes investimentos, e para atender uma grande maioria da população. Segundo: existe, sim, investimentos feitos na área de projetos. E eu acho que quanto mais projetos a gente tiver, melhor para o Poder Público poder decidir quais são as principais alternativas a serem adotadas naquele momento. Eu acho que hoje a gente carece, sim, de projetos; e nós estamos correndo atrás disso.

Quando eu falei “monotrilho”, muitos de vocês torceram o nariz. E eu acho que pensar que uma cidade como São Paulo vai viver somente de metrô é cometer um ledor engano. A cidade de São Paulo carece de metrô, carece de sistema de transporte sobre pneus, carece de outros sistemas alternativos, como monotrilho, e como tantos outros que existem implantados no mundo inteiro. Nós, técnicos da São Paulo Transportes, vimos estudando com bastante atenção, e é óbvio que quando se dá conta do dinheiro público, nós não vamos fazer um investimento de maneira errada ou de uma maneira leviana.

Talvez nessa condição, nosso poder de ação não atenda à questão imediata, de solução do transporte na Cidade. Estamos falando de uma diferença bastante grande entre a teoria e a prática. Vocês estão falando da prática, do dia a dia de vocês, na Cidade, e estamos falando da teoria, de buscar alternativas para atender essa demanda prática de vocês, de poder chegar a um lugar – emprego, casa, visita *etc.*

Concordo, sim, com a Dona Maria dos Anjos, que abriu as falas dizendo: “Queremos metrô, queremos monotrilhos, queremos ônibus”. É isso mesmo. Hoje vocês estão nesta Casa, que representa o diálogo entre o Poder Público e a população. O metrô de M'Boi Mirim pode chegar, mas provavelmente ele, por si só, não resolverá o problema, somente parte dele. A outra parte, creio que está conosco, com a SPTrans, e estamos mobilizados para atender isso quando desenvolvemos o projeto do novo terminal Jardim Ângela, quando a gente desenvolve as melhorias no Corredor M'Boi Mirim ou quando a gente pensa no sistema viário

de acesso ao novo terminal Jardim Ângela. E não só a São Paulo Transporte está mobilizada, mas também a Secretaria de Infraestrutura Urbana. A Siurb também pensa na extensão, no alargamento da M'Boi Mirim. Esse é um projeto de Siurb que está sendo desenvolvido, obviamente também em consonância com as ações que estamos empreendendo na SPTrans.

Investimentos da Prefeitura no metrô: definitivamente, existe sim uma sinergia muito grande entre a Prefeitura e o Estado, entre a SPTrans-CET e o Metrô, e os investimentos estão sendo feitos buscando-se justamente essa associação, essa parceria entre essas duas instâncias. Então, quando falamos que um empreendimento como o metrô traz bastante transtorno à Cidade – e muitos de vocês vivenciam isso, temos a extensão da Linha 5, que já traz bastante transtorno para a mobilidade da região -, a mobilização de recursos humanos da CET e da Secretaria de Transportes para o desvios de tráfego e a mobilização de técnicos e de recursos da SPTrans na operação dos ônibus na mudança de trajetos *etc*, tudo isso reverte em um grande investimento que a Prefeitura tem feito para viabilizar as obras do metrô. Então, existe sim um investimento que a Prefeitura ainda busca em termos de recursos diretos para a Companhia do Metrô, mas existe sim um investimento indireto da Prefeitura na viabilização desses empreendimentos.

Posso dizer ainda que, em relação à extensão da Linha 2 Verde do metrô, grande parte das desapropriações necessárias para essa implantação estão dentro do escopo da Prefeitura, e isso são recursos que não podemos, definitivamente, desprezar quando falamos em parceria e em investimento público considerando a instância municipal e estadual para se poder implantar um sistema de transporte que vai ajudar a melhorar a mobilidade na região.

Pois não. (Manifestações fora do microfone) Acho que é importante entendermos o seguinte: existe um planejamento, sim. Quando falamos em 66,5km, nossa meta era de finalizar, em 2012, com a implantação desses 66km. O Plano de Mobilidade, que eu e o Gilberto colocamos até agora, tem uma soma, para ser mais exato, de 68,5km. Obviamente, os problemas da população e a questão do planejamento transcendem a questão da Prefeitura,

ou das gestões. O programa foi desenhado e está sendo implementado. Então, vocês imaginem que não é todos os dias que temos um cheque de 2,3 milhões para poder investir num determinado setor da Administração Pública. São muitos recursos, e precisamos realmente ter garantias de que esses recursos estão sendo direcionados para efetivamente atender as questões a que estamos nos propondo atender.

Nesse meio tempo, a engenharia para que possamos direcionar esses recursos de maneira gradual e necessária, demanda algum tempo, demanda cuidado. Então, por conta disso, definitivamente, de 2010 para cá - como o Gilberto mesmo colocou -, vimos buscando alternativas técnicas e financeiras. E obviamente essas intervenções, quando vão para o tecido urbano, quando vão para a Cidade, demandam, em primeiro lugar, interferências diretas na vida da população no que se refere a desapropriações. Deixamos de mencionar, mas, dentro desse escopo de 2,3 bilhões, existem recursos destinados não só a desapropriações, mas também a habitação população popular. Porque em regiões como Capão Redondo existem pelo menos 1,8 mil famílias das quais vamos promover um programa de reassentamento.

Então, quero que vocês entendam que a magnitude desses investimentos não se relaciona somente à questão de se colocar uma faixa ou outra exclusiva, com um ponto de ônibus *etc*; envolve também questões como desapropriações, reassentamentos e uma série de outras medidas que precisam ser consideradas. Isso tudo transcende a questão da gestão, mas está sendo encaminhado para que haja continuidade na implementação efetiva desses 68,5km de corredores.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – O.k. Acho que os assuntos e os questionamentos foram totalmente esclarecidos. Há mais algum ponto? (Pausa)

- Manifestações fora do microfone.

O SR. ROBERTO MOURA – Perdão, não entendi sua ponderação.

NÃO IDENTIFICADO – Desculpe a interrupção. Na realidade, para 2013 estão previstos que investimentos diretos da Prefeitura no metrô serão nulos, zero, pelo que entendi

lendo o Anexo I do Projeto de LDO. Entendi que isso tinha relação com a condição de inadimplência da Companhia do Metropolitano em relação à Prefeitura de São Paulo. E essa condição – pelo que fiquei sabendo através da Agência Estado e da revista *Veja* – foi sanada em 12 de junho próximo passado. Eu queria saber se, frente a esse novo dado, a LDO sofrerá alguma transformação em relação a investimentos diretos na Prefeitura no metrô de São Paulo.

O SR. ROBERTO MOURA – *O.k.* Sobre esse assunto, eu não saberia lhe informar vai continuar ou não. O que eu posso lhe dizer é o seguinte: Prefeitura e Estado pertencem a um Comitê Gestor, CDTI, que discute a implantação, o transporte como um todo na região metropolitana. É óbvio que quando falamos da implementação de um corredor de ônibus ele tende a atender também ao investimento do Estado no Metrô. Então, o investimento hoje tanto de Prefeitura quanto do Estado está em função da rede de transporte da Cidade. Como eu disse existe um grande esforço da Prefeitura em viabilizar essa quantia, 2,3 bilhões de reais, para o investimento nesses corredores. Vou citar um exemplo: uma das ligações entre as linhas 4 e 5 do Metrô que a gente imagina que esse corredor de Capão Redondo, Campo Limpo e Vila Sônia possa definitivamente incentivar a população de maneira segura e confortável a chegada até o centro expandido pelas linhas do Metrô. Isso significa que o Metrô terá de fazer investimentos também: aumentar a sua frota, diminuir o tempo de trens, etc. Então, eu não saberia te informar com relação ao destino dos recursos diretos para o Metrô mas posso te informar com segurança dos investimentos da Prefeitura indo em direção à rede de transporte que considera não só o Metrô mas também a EMTU. Quer dizer, a consolidação do transporte na região metropolitana de maneira muito mais eficiente e acho que isso pode transferir em benefício tanto quanto investimento direto no Metrô. Isso seguramente já está acontecendo.

Nós, técnicos da SPTrans estamos em permanente contato com as empresas estaduais e hoje nossos projetos não saem sem a associação ou chancela do Governo do Estado. Portanto acho que é um detalhe mas vou procurar me informar e acho importante

esclarecermos de forma mais clara. Já posso te assegurar que isso já está ocorrendo.

A SRA. MAURA AUGUSTA – Senhores, por favor, não me senti contemplada com relação às minhas questões. O Atende? Vou receber uma resposta? Terminal Sacomã os senhores não citaram o que vai ser feito para melhorar. Degraus nos ônibus, os senhores não citaram o que vai ser feito para melhorar isso. Obrigada.

O SR. SECRETÁRIO - Com relação ao Atende eu anotei aqui 'queixa ao Atende demora pelo menos seis meses para se atender a uma solicitação'. Eu lhe pergunto: a senhora já fez o registro dessa ocorrência? Isso é de fundamental importância porque o nosso dia a dia dentro da SPTransportes é, além do desenvolvimento dos projetos, além do planejamento de nossas ações para o tempo futuro, é também responder às solicitações da população que têm ou não queixa com relação ao serviço prestado. Acho que seria importante a senhora fazer o registro junto à São Paulo Transporte ou mesmo junto à Secretaria porque, definitivamente, eles conseguem fazer a triagem e o encaminhamento para o setor específico e a sua resposta à solicitação. Acho importante primeiro registrarmos isso. Entra na estatística e, definitivamente, ajuda, inclusive, o próprio sistema fazer um *feed back* para pensar em uma solução se o problema existe de fato. Pode ser que seja uma área que esteja carente de quantidade de carros e acabamos direcionando uma ação ou outra para resolver. Seria importante o registro.

- Aparte fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Mas vocês estão esquecendo que estamos debatendo, conversando a respeito a LDO, que é uma lei que dá diretriz ao orçamento. Vocês estão fazendo questionamentos que terão condições de fazer por ocasião da discussão do orçamento. Muitas coisas poderão ser discutidas, debatidas, cobradas e poderão pedir aos Srs. Vereadores que façam emendas que possam levar as suas reivindicação para que sejam implementadas no orçamento. Temos até terça-feira para a assessoria receber emendas dos Srs. Vereadores que serão analisadas pertinentes ao projeto

de diretrizes orçamentárias. Muitas coisas que vocês reivindicam que não poderemos incluir agora. Muita coisa analisamos, vamos dar o direcionamento ao que vocês apresentaram aqui mas não dá garantia de execução. O que vai dar garantia de execução será através do orçamento. Conseqüentemente serão feitas audiências públicas temáticas nas devidas áreas, nas subprefeituras para apresentar uma propositura à altura.

Acho que tudo o que os técnicos apresentaram contempla, pelo menos, ao que vocês mencionaram a respeito do transporte na cidade de São Paulo.

Tenho sido bastante complacente com o tempo, dando abertura para que se possa indagar uma vez que nossa audiência pública, se fosse levar a tempo corrido já teria sido encerrada. Ainda temos duas secretarias a serem ouvidas.

Agradeço aos membros da Secretaria de Transportes, a Fernanda Albanese, o Mário Sazaki, o Sérgio Lima Macambira, o Gilberto Teixeira e o Roberto de Moraes pela brilhante explanação feita nesta tarde. Obrigado e nossas recomendações ao Sr. Secretário e, quem sabe, em uma próxima audiência ele possa estar presente e poderemos cobrar diretamente dele. Obrigado.

Vamos fazer o chamado do próximo tema. Chamo à Mesa o Sr. Arunto Savastano Neto, Secretário Adjunto, Caroline Garanito Gregório, Alexandre Silveira, da Secretaria de Serviços, o Márcio Mateus, presidente da Enlurb, o Edson Luiz Batista assistente de gestão e o Michele Pizoni do Serviço Funerário, diretor administrativo financeiro. Da Siurb Regis Guehlen Oliveira, superintendente de obras.

O Sr. Secretário vai se apresentar e fazer uma explanação rápida. Logo em seguida abrirei para que o Sr. Guehlen faça sua explanação. Obrigado pela presença.

O SR. ARUNTO SAVASTANO – Senhoras e senhores, serei rápido. A Secretaria de Serviços têm, por atribuição, a prestação de serviços com relação aos resíduos sólidos no Município, a iluminação pública, o Serviço Funerário Municipal e ao suprimento do Corpo de Bombeiros no Município. Esses são os serviços. Temos desenvolvido esses serviços de acordo

com contratos, muitos deles recentes, que estão em pleno andamento, atendendo aos cronogramas estabelecidos nos contratos de forma que gostaria mais de ouvir e recepcionar as questões que os senhores têm para nos apresentar para depois podermos dialogar e responder às questões apresentadas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Aviso aos presentes que quiserem se inscrever para fazer perguntas ao Sr. Regis Guehlen Oliveira superintendente de obras. Vamos passar a palavra ao Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Boa tarde. Saúdo a paciência dos presentes, seja do governo, seja da população. Sete horas e meia de reunião. Saúdo a complacência do Vereador Atilio Francisco que está fazendo um importante trabalho hoje. As propostas de SSO são as seguintes: iluminação está inclusa. A questão da iluminação pública realmente é um problema muito grave. No ano passado, em audiência pública do orçamento realizada em novembro foi identificado que foi a pior execução orçamentária do Fundo Municipal de Iluminação de todos os tempos. Dotação 99. Não é possível como a cidade de São Paulo pode continuar apagada com verba para iluminar, especialmente a periferia e não foi iluminado quase nada. Uma dotação pífia da parte de iluminação pública. Gostaríamos de saber se em 2012, infelizmente, pelo andar da carruagem, pelos dados já apresentados, até maio 251 milhões de reais, fundo municipal, verba global 54 milhões liquidados. 20% sendo que a média até 31 de maio é 42%. É 5/12 que dão 42. Quer dizer, não está nem na metade da meta. A Cidade continuará com a periferia sem iluminação pública. Várias regiões estão zeradas. Realmente é lastimável. Acho que querem quebrar o recorde do ano passado de pior execução orçamentária da história do fundo municipal de iluminação pública.

Queria saber por que o secretário, o ex-Deputado Dráuzio Barreto não está presente. É a pergunta que também faço para o Secretário de Siurb.

Dois últimos assuntos de SSO. Foi feita licitação grande no serviço de limpeza pública no final do ano passado. Nem se deu satisfação para a população. Teve audiência

pública em novembro, não se falou nada e agora novas empresas estão no serviço. Gostaria de uma explanação com relação a isso porque são milhões de reais e tem de haver satisfação. Por fim a questão da limpeza urbana. Por que não há transparência nessa questão de serviços? É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Maria dos Anjos.

A SRA. MARIA DOS ANJOS – Boa noite. A Siurb é quem vai fazer a duplicação da M'Boi Mirim, não é isso?

Gostaria de saber o seguinte: deixamos nossa casa de manhã e estamos aqui até este horário para sair daqui com uma resposta mais ou menos definitiva. Temos de levar essa resposta à comunidade.

Não represento partido político, represento a comunidade. Quero saber quando começa a duplicação da M'Boi Mirim, pelo menos, se os senhores já têm uma ideia de quando começa a duplicação, pois essa duplicação não é para agora, é para ontem. Não sei se os senhores souberam, mas esta semana já morreram pessoas infartadas em cima de uma ponte que há no Jardim Capela, por conta do trânsito. Quero saber quando começa essa obra, porque isso já virou piada.

Eu sou liderança de bairro e tem reunião todos os finais de semana na associação com 200 pessoas. Temos de levar a resposta definitiva a essas pessoas. Não podemos mentir para eles porque somos verdadeiros. Sempre bato na mesma tecla: quando começa a duplicação da M'Boi Mirim e quero uma resposta dos senhores que têm esse compromisso com as comunidades.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Tem a palavra o Sr. Sansão Dantas.

O SR. SANSÃO DANTAS – Boa noite.

A minha pergunta é objetiva. As redes de esgoto não estão tendo o tratamento adequado e em uma cidade como São Paulo, grande, desenvolvida, quero saber a

porcentagem que esse esgoto está sendo tratado hoje. Não o planejamento para 2012, mas também o que está sendo tratado de esgoto hoje e também qual a preocupação da Prefeitura e dos órgãos competentes quanto aos lixões que têm na Capital. Qual a preocupação nesse setor?

Quero saber também sobre os cemitérios. Há projetos de leis para que as pessoas sejam cremadas depois. Quero saber o tratamento que os senhores estão dando para isso.

Há também falta de incentivo da Prefeitura aos projetos de reciclagem e da compostagem do lixo. Como estão lidando com isso? Quantas cooperativas estão cadastradas na Prefeitura? Estão trabalhando com as associações? Qual o projeto em geral para a reciclagem?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Tem a palavra o Sr. Claudio Costa.

O SR. CLAUDIO COSTA – Boa tarde. Estamos firmes e fortes para fazer o acompanhamento e o controle social do orçamento da Secretaria de Serviço e com relação à meta que a Secretaria tinha estabelecido de entrega de 77 Ecopontos. Parece-me que foram entregues 20 e há uma demanda reprimida de 41 Ecopontos não entregues e somente foram utilizados 5% de todo o orçamento disponibilizado, de 2 milhões, e vimos, na nossa análise, que foram liquidados somente 107 mil. Qual será a solução de continuidade para essa demanda?

Com relação ao serviço funerário, pela primeira vez, a cidade de São Paulo se deparou com uma greve desses servidores por conta da precariedade e dos baixos salários.

Pela primeira vez, na cidade de São Paulo, acompanhamos uma greve, que foi contida, debelada de forma violenta perante esses trabalhadores. Então, a sociedade repudia essa atitude diante de um serviço essencial para a cidade de São Paulo.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – O próximo a falar é o Sr. Francisco das Chagas.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS MACHADO – Senhores componentes da Mesa, plateia, boa noite. Sou do Movimento de Resistência pelo Orçamento Participativo.

Quanto à questão do serviço de limpeza pública, apesar de haver muito gasto a gente vê que não está bem em certas regiões, em certas ruas, em determinadas horas há muita sujeira. Às vezes, não se pode passar na calçada devido a entulho, sacos e sacos de lixo, além dos buracos que existe nas calçadas. Isso é motivo de sério risco para a população idoso, são armadilhas. É perigoso, as pessoas podem cair, quebrar perna a qualquer momento. Parece que não há preocupação com isso e eu acho que não devia haver esses buracos.

Outro dia, passando pela Rua Augusta de manhã estava cheio de garrafa vazia, aquelas com cerveja, *long neck*, jogadas nas calçadas. É uma arma, é um perigo na hora de uma briga. Podem agredir um ao outro. Isso acontece devido à falta de limpeza, a falta de cuidado com as ruas.

Era isso que eu tinha a dizer.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Tem a palavra o Sr. Alex Albuquerque da Fecap.

O SR. ALEX ALBUQUERQUE – Quero fazer apenas um pedido, talvez. Vereador Atílio, eu ouvi várias entidades pedindo que a audiência fosse no sábado. Talvez elas não tenham vindo. Talvez que pudesse retornar na semana que vem. Na semana, eu acredito, por mais que tenham compromisso, elas acabam vindo em maior número, e creio consigam ficar até o final da audiência. Podem abrilhantar mais a audiência, cooperar com as sessões.

Em relação aos serviços, a coleta seletiva de lixo, a gente vê que tem aumentado muito. O lixo é cada vez mais, são toneladas e mais toneladas, mas o serviço seletivo de lixo acontece esporadicamente em uma ou outra região, em um ou outro local, aqui, ali. Queria

saber em relação a 2013 como vai ser tratado o lixo? Temos a Rio +20, as palavras são bonitas quanto à coleta seletiva. Alguns moradores fazem o depósito do lixo seletivo, colocam fora de casa, mas misturam tudo de novo. Qual o empenho que está havendo em relação à coleta seletiva?

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Antes de chamar o próximo orador, informo ao Sr. Alex que estamos com problema em relação ao tempo. Vamos receber até terça-feira as emendas que depois irão para a montagem do substitutivo. Não teremos tempo de realizar outra audiência por causa do agendamento estabelecido pela comissão, pela Mesa e pela Presidência da Casa. Aproveitando a instrução, fica prejudicado realmente se não aparecer ninguém da Secretaria de Habitação porque não teremos tempo de fazer outra audiência no decorrer da semana. É difícil para a gente.

Hoje estou abrindo espaço. A audiência pública teria até quatro horas, vejam que está chegando há quase oito horas para poder absorver dos senhores as informações que querem nos dar a respeito das Secretarias para podermos agregar à LDO de 2013. Vai ficar prejudicado devido ao tempo para a audiência pública porque não temos mais condições. O projeto está sendo elaborado, já fiz um substitutivo em primeira, foi feito alguns acréscimos importantes para a sociedade e também para a cidade. Agora nós vamos estudar tudo que está sendo apresentado para melhorarmos o substitutivo para a segunda discussão, para assim publicá-lo e vocês analisarem para, no dia, poderem questionar o que se fizer necessário.

O próximo inscrito a falar é Maria Augusta. Sempre sintética e respeitando o tempo. Obrigado pela compreensão.

A SRA. MARIA AUGUSTA – E protestando porque não me senti contemplada.

Tenho três questões, são breves. A primeira é a coleta seletiva. Existe o programa de educação ambiental com a população para que o serviço seja eficaz? No meu bairro passa

uma vez por semana, eu acredito que tem que ser ampliado o serviço. Cata-bagulho, ele passou na minha rua especificamente, na minha região, no Ipiranga. Foi feito trabalho antes de ele passar, eu até parabeneizei porque os funcionários passaram sexta-feira, de porta em porta, avisando que o Cata-Bagulho passaria no dia 2. Só que no dia 2 eles não deram conta de passar em todas as ruas e o lixo ficou acumulado, sofás, móveis, acumulados nas calçadas, caiu uma chuva tremenda no sábado e muito lixo foi para o esgoto. Esse serviço precisaria passar com mais frequência, não pode ser uma vez por ano e as pessoas trocam os móveis mais vezes, não só uma vez ao ano. Eu acredito que seja necessário ampliar o serviço.

Com relação à SSO, existe um projeto de cremação do Vereador Jamil Murad, queria saber como está, se está sendo implementado, como está isso?

Muito obrigada.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Agora tem a palavra o Sr. Secretário para que possa prestar esclarecimentos ao que foi apresentado.

O SR. ARUNTHO SAVASTANO NETO – Tivemos aqui várias questões que são redundantes com relação à iluminação e aos resíduos.

Com relação à execução – vou tentar seguir a ordem em que essas questões nos foram apresentadas. Com relação à execução do Orçamento, do Fundo Municipal de Iluminação, o Fundip, esse ano estamos executando, de fato, os trabalhos de iluminação previstos pelo Fundip. Quando olhamos a execução do Orçamento, agora, esta semana, de fato aparecem ainda esses recursos nos dados oficiais, porque eles ainda não foram executados, mas os serviços já foram executados. Nós temos um cronograma de execução de obras de iluminação pública na cidade de São Paulo que, em números redondos, alcança as seguintes cifras: 260 mil pontos de reformulação e modernização e 17 mil pontos novos na cidade de São Paulo. Esses serviços estão em fase de execução desde janeiro. Então, já executamos mais de 50 mil pontos de remodelação e efficientização e já executamos 6 mil

novos pontos de iluminação. Entretanto, houve um problema operacional nas empresas prestadoras deste serviço, que até agora não realizaram a cobrança desses serviços. Então, até agora só realizamos o pagamento efetivo de janeiro. Estou em fase de execução do pagamento desses outros meses, cujos serviços já foram apresentados, mas ainda não foram pagos pela Prefeitura. Então, há essa defasagem. Portanto, neste momento, o número expresso no Orçamento não é a melhor ferramenta para aferir a execução desses serviços. Mas eles estão sendo realizados.

Prova incontestável dessa realização é o número de reclamações que recebemos no serviço de teleatendimento da Prefeitura. Esse número caiu abruptamente com relação ao do ano passado. Nós comparamos os meses de janeiro de 2009 com janeiro de 2012 e verificamos que há uma queda muito grande de reclamações, e esta é uma ferramenta adequada para indicar que houve uma melhoria nesse serviço.

Evidentemente, ainda estamos no começo desta grande empreitada, que são os 260 mil pontos e os 17 mil novos pontos. Portanto, ainda é cedo para dizer que tudo está maravilhoso. Sabemos que não, mas estamos trabalhando com afinco. Nosso cronograma é bastante apertado e ambicioso no sentido de chegarmos ao final de outubro com esses serviços já alcançados. Há uma série de novos pontos de luz implantados na periferia, implantação em praças e em novas ruas que não eram providas de iluminação pública por falta de amparo em contratos que foram executados agora no final do ano passado. E, portanto, nós temos hoje em mãos um contrato que nos permite atender a essas áreas periféricas.

- Comentário fora do microfone.

O SR. – É recente. A situação era o seguinte: até final do ano passado, o serviço de iluminação se restringia à manutenção do parque luminotécnico, das instalações da cidade existentes. Não tínhamos condições de alcançar o que a cidade tinha crescido porque o contrato era reformado por emergência. A partir do final do ano passado, foi possível se estabelecer um novo contrato, que permitisse a execução desse serviço que estou citando, dos

260 mil pontos em remodelação e 17 mil pontos, o que se tem de levantamento de necessidades na cidade, com relação a novos pontos, que estão sendo instalados. A previsão para atingir esse ponto é ainda para esse ano. Temos um orçamento, no cronograma físico-financeiro, acompanhado, semanalmente, para serem atendidos tais pontos.

Além disso, temos alguns trabalhos para eficácia em iluminação pública, que colocam São Paulo na vanguarda da iluminação. Como exemplo, cito túneis e passagens subterrâneas. Todos os túneis, em São Paulo, já foram dotados de iluminação por *leds*, a última palavra em iluminação. Basta passarmos pelo Túnel Ayrton Senna para verificarmos isso. Nesta semana, estamos terminando nove túneis nas regiões mais periféricas da cidade, que também estão recebendo esse tipo de iluminação. Quanto à iluminação, são essas as considerações. Penso que atendi ao questionamento do Sr. Fábio e dos demais solicitados.

Quanto aos serviços de limpeza pública, temos um contrato de serviço moderno, implantado em 16 de dezembro. Estou falando do contrato de limpeza da cidade. Ele constitui uma grande mudança na gestão referente à limpeza na cidade. O que antes feito por três ou quatro contratos distintos, vinculados às Secretarias distintas e executados por cinco empresas também distintas, mudou-se para um contrato único, que reúne a limpeza das ruas da cidade, onde há feiras, com varrição de ruas e limpeza de monumentos públicos e bueiros. Esse contrato começa, efetivamente, a ser executado, no dia 16 de dezembro. Como resultado desse novo serviço, há um dado também incontestável, o volume de resíduos que recebemos em aterros sanitários, que recebem tais resíduos da varrição e da limpeza de ruas. Numa das regiões da cidade, o volume de resíduos cresceu em 160%, e na outra região - a cidade está dividida em duas regiões - o percentual de aumento foi de 90%. Com relação ao que se recebia de resíduos, da varrição na cidade, do ano passado para esse ano, houve esse aumento de 160% numa região da cidade e 90% na outra. O contrato é recente. Quanto às cláusulas que estabelecem um período inicial para ajuste de empresas que constituem consórcios e executam esse serviço na cidade, a modernização em relação a esse serviço é flagrante. Hoje

o serviço é feito com equipamentos de ponta, que, muitas vezes, são importados. Houve um período inicial de seis meses, sete meses. Há necessidade de adequação quanto a isso. Hoje muita limpeza nessas vias é feita de forma automatizada. Vou citar um exemplo. Até dezembro do ano passado, para limparmos uma grande via, como, por exemplo, a marginal do Rio Tietê ou do Rio Pinheiros, isso era feito, manualmente. Ia lá uma equipe para varrer o leito carroçável da grande avenida. Hoje isso é feito mecanizado, por uma máquina que já vai sinalizando o trânsito. Então, o trabalho que levava dias para ser feito, hoje se faz em questão de horas. Esse é o rendimento que temos alcançado com essa modernização na prestação desses serviços.

Faz parte desse período de adaptação a educação ambiental. Os senhores poderão constatar a partir de hoje, em horário nobre da televisão, a campanha “Eu amo São Paulo, eu limpo São Paulo”. As papeleiras que foram instaladas pela cidade, a partir desses dois últimos dias, já têm esse adesivo da campanha estampado. Esse é o primeiro passo do programa de educação ambiental que estamos executando no bojo desse contrato de limpeza na cidade.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Sr. Secretário, tenho um projeto tramitando na Casa. Segundo informações, não há compromisso de sanção do Sr. Prefeito. Aproveitando a implementação dessas lixeiras especiais, para orientarem a população com relação à questão ambiental, tal projeto fala de recipientes e captação de pontas de cigarro, também um ingrediente que, muitas vezes, causa problemas de enchentes e entupimentos. Aproveitando a oportunidade, é interessante fazermos um estudo para instalarmos, em alguns pontos da cidade, esse tipo de equipamento, orientando o comércio, algumas instituições e locais públicos. A pessoa não pode fumar em ambientes fechados. São restritos os espaços que eles têm para fumarem. Aqui vai uma sugestão, não independente de o meu projeto ser sancionado ou não. No futuro, isso poderia ser utilizado como fonte de recursos em termos de propagandas, para arrecadação, melhorando, ainda mais, o orçamento da cidade de São

Paulo.

Muito obrigado.

O SR. ARUNTO SAVASTANO NETO – É louvável a iniciativa. Destaco que, nessas papeleiras verdes afixadas em postes e espaços públicos da cidade, há uma placa de metal colocada, justamente para que sejam apagados cigarros naquela placa e se jogue o resto do cigarro apagado dentro da papeleira. Isso também fará parte desses programas de educação ambiental, dessas campanhas. Estamos instalando 1.500 pontos de entrega voluntária de resíduos. Os jornais desta semana noticiaram essa notícia com bastante frequência, estampando fotos desses equipamentos de coleta de resíduos. Serão instalados, no total, 1.500 pontos de entrega voluntária em toda a cidade.

Sabemos que há uma deficiência com relação à coleta seletiva, mas os números que temos, atualmente, são vinte centrais de triagem instaladas. Temos mais 31 centrais em fase de implantação, de forma a atingirmos a meta de uma central de triagem por subprefeitura.

Com relação aos cata bagulhos e entrega de resíduos volumosos, como sofás, já existem alguns pontos específicos implantados para recepcionarmos esses resíduos especiais, como eletrônicos e coisas volumosas. Estamos com 56 ecopontos já instalados na cidade, que têm, por objetivo, recepcionar esses resíduos. Queremos ampliar a frequência de coleta casa a casa e bairro a bairro. Também contamos com a colaboração da população da cidade, levando o que for possível levar a esses ecopontos, para que os bagulhos sejam reciclados. Nossa meta é alcançarmos 96 ecopontos, temos 56 ecopontos. Contamos com um ecoponto em cada subdistrito da cidade.

Fazemos essa coleta e bairros e casas. É necessário que esse trabalho seja ampliado. Estamos trabalhando nesse sentido. Há uma questão com relação a resíduos, em que pese ainda a algumas deficiências. Trabalhamos no sentido de corrigir tais deficiências, mas é importante destacarmos que, no município de São Paulo, todo resíduo gerado, em domicílios, são coletados. Não há um domicílio sequer que não seja atendido pela coleta de

resíduos. Só o resíduo domiciliar alcança a incrível cifra de 12 milhões de toneladas por dia. Esse é um número astronômico. Todos esses doze milhões de toneladas gerados todos os dias, em nossas casas, são encaminhados, para aterros sanitários, equipamentos, obras de engenharia controladas com drenagem de águas pluviais, drenagem de líquido percolado de resíduo e drenagem de gases. Esses equipamentos, esses aterros sanitários são avaliados pela Cetesb, órgão ambiental do Estado, agência ambiental do Estado de São Paulo. Um deles recebe a classificação, uma nota anual, pela Cetesb. Ela dá uma nota anual para cada município do Estado de São Paulo, no nosso município de São Paulo. Um dos aterros é avaliado com nota 9,8 no máximo de 10; e o outro é avaliado com 9,6 no máximo de 10.

A Prefeitura, a cooperativa é muito importante para o aproveitamento de resíduos recicláveis. Parte dos resíduos gerados, nas nossas casas, é passível de reaproveitamento e reciclagem. Outra parte não é aproveitável, não é reciclável, porque vem com alguma contaminação. Ele oferece algum risco à saúde ou ao meio ambiente. Essa parcela do resíduo passível de um reaproveitamento ou uma reciclagem para essa reciclagem e esse reaproveitamento, contamos com a participação de cooperativas. A Amlurb, Agência Municipal de Limpeza Urbana, antiga Limpurb, foi modernizada a partir de março, justamente com o objetivo de prestar um serviço melhor à população, pode alcançar esses anseios da população, as demandas reprimidas.

Estamos aptos ao credenciamento dessas cooperativas e à recepção do trabalho dos catadores cooperados. Basta procurarem a Amlurb. Há uma regra, uma lei que normatiza essa questão. Não podemos fugir da regra estabelecida pela lei. Tudo aquilo que atende à legislação é muito bem vindo. Estou falando da iniciativa das cooperativas e dos catadores.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. ARUNTO SAVASTANO NETO – Enfrentamos esse problema. Temos 700

fiscais da Amlurb, que, diariamente, estão nas ruas. Infelizmente, há esses problemas de vandalismo e maus cidadãos, que viram o lixo em esquinas, gerando pontos viciados. É um trabalho que fazemos todos os dias. Combatemos isso diuturnamente. Há um ponto de avanço com relação a essa questão. Recentemente, desvinculamos a coleta seletiva, os grandes geradores, fazendo com que eles cumpram a lei e se responsabilizem pela separação e pela coleta de seus resíduos e a destinação adequada desses resíduos. Temos aplicado a legislação, à risca da lei, ao pé da letra da lei, para que seja atendido esse dispositivo. A nossa fiscalização faz isso todos os dias.

Há também a questão da aplicação de multas. Já anotei a informação que a senhora está me dando, e vou mandar a fiscalização lá. Estamos sempre abertos a recepcionar essas informações. Ajuda-nos muito esse tipo de informação, para combatermos essas coisas. Estou falando de desvios da curva. Não gostaria de derivar para a parte filosófica, porque senão vamos desvirtuar muito o tema aqui. Talvez essa questão não seja da Secretaria de Serviços, isoladamente. Talvez caiba à Secretaria Municipal de Serviços, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e à Secretaria Municipal de Educação. Poderemos discutir esses pontos num fórum específico de resíduos. Proponho-me a vir aqui trocar ideias com os senhores.

O Sr. Francisco das Chagas falou sobre garrafas vazias. Combatemos isso diariamente. Há grandes geradores que burlam a lei e desrespeitam o povo da cidade. Eles são autuados por nós.

A cooperativa que a senhora representa não é cadastrada ainda?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. ARUNTO SAVASTANO NETO – As cooperativas são iniciativas da população. Há algumas questões de legislação, que depois conversaremos à parte. Falta

falarmos um pouco sobre a questão do Serviço Funerário. Ele começa a executar agora alguns planos de reformas em cemitérios. Eu, como Secretário, autorizei a reforma de dois grandes cemitérios na cidade de São Paulo, onde se encontra a situação mais crítica. Nesse ano, licenciamos os fornos do crematório. Está em fase de licenciamento para o início de operação de mais dois fornos de cremação, além dois já em operação. Com mais dois, damos um grande salto, para atendermos à população que quer se servir dessa opção no Serviço Funerário. Fico à disposição para qualquer outra manifestação ou esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – O Sr. Secretário foi claro em suas explicações. Agradeço a presença de V.Exa. e toda sua equipe. Penso que mais uma Secretaria vai ser questionada ainda. Espero ter atendido ao interesse de V.Exas. Muito obrigado, Sr. Arunto Salvastone Neto e toda sua equipe, por ter atendido ao nosso convite, estando aqui conosco nessa audiência pública.

O SR. ARUNTO SAVASTANO NETO – Muito obrigado e boa noite a todos.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Eu que agradeço.

Não exijam que o Vereador inclua na LDO aquilo que não é pertinente. Vamos fazer o possível para incluir aquilo que for de interesse do projeto e da cidade de São Paulo.

Então, vamos chamar a primeira pessoa que fará sua indagação ao meu querido companheiro, Sr. Régis de Oliveira, da Superintendência de Obras.

Ilda Neves é a primeira a falar por dois minutos.

A SRA. ILDA NEVES – Quero cumprimentar o representante da Siurb. Queria algumas explicações. Sou da Frente de Entidades, do M'Boi Mirim, e acredito que essa é uma das regiões mais carentes de infraestrutura. Nós temos aqui na execução orçamentária a duplicação da estrada do M'Boi Mirim, mas há um negócio hilário que eu queria entender. Duplicação da estrada da Baronesa, da Avenida Guarapiranga até a estrada do M'Boi Mirim, contemplando a duplicação da ponte de ligação ao Jardim Aracati. Dois mil reais. Não entendi.

Tem como empenhado 000. Nada empenhado. Aí tem de novo: duplicação da Estrada Riviera até Guarapiranga, até a estrada do M'Boi Mirim. Dois mil também. Não tem recurso. Isso aqui, já digo, é piada, não entendi.

Duplicação da continuação da Avenida Carlos Caldeira Filho. Capão Redondo. Também dois mil. Há um monte com dois mil. E aí temos a duplicação do M'Boi Mirim, que está no plano de metas do Prefeito, plano esse que temos executado 30%.

Minha pergunta é: até quando nós, moradores do M'Boi Mirim, vamos ter de ir às ruas para exigir – não estamos aqui fazendo nenhuma solicitação – a duplicação da estrada do M'Boi Mirim, com corredor de ônibus até Itapeperica?

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Obrigado. Sr. Antonio Pedro.

O SR. ANTONIO PEDRO - Bom, nessa questão de infraestrutura, falarei um pouco na linha da Ilda, porque somos da mesma região. Falo em relação à obra do Córrego Ponte Baixa, que está prevista, dentro de um conjunto de obras, além das que ela falou. Seria uma nova avenida paralela à M'Boi Mirim. Já sairia na Guido Caloi, dando acesso à Marginal. Então, considerando que é uma nova via, reduziríamos em muito as dificuldades de trânsito e transporte daquela região, que considero hoje a “faixa de gaza” em termos de transporte na cidade de São Paulo. Acho que é uma avenida importante, que também não é contemplada no Orçamento.

Houve recentemente uma audiência na subprefeitura do M'Boi Mirim. Foi lá o pessoal de Siurb. Estavam esperando a licença ambiental, ou seja, está prestes a sair. O próprio Eduardo Jorge, até então o Secretário do Verde e do Meio Ambiente, estava presente, e estava tudo pronto para ter a licença ambiental, porque a obra melhora a questão do meio ambiente na região. Mas isso não se contempla no orçamento, não se viabiliza materialmente. Aqui estamos tratando das diretrizes, que, depois, têm de vir acompanhadas do Orçamento, dos recursos da cidade para poder executá-las. Então, queria saber qual é a prioridade da Siurb em relação a esta obra e se podemos ter um prazo para que seja feita.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Obrigado. Sansão Dantas.

O SR. SANSÃO DANTAS - O que estou falando é basicamente sobre o mesmo problema. É só reforçar os problemas que estamos tendo no trânsito, as melhorias que podem ser trazidas para determinadas regiões da cidade. Estava falando mais de cidade. Depois começou a regionalizar muito e quanto ao problema da Cidade em torno estamos deixando um pouco a desejar porque aqui vem muito pouca gente. Ficou muito pouco representativo. Saímos com algumas soluções regionalizadas e poucas soluções de nível capital. É mais esse adendo para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Maria dos Anjos. (Pausa) Ausente.
Cláudio Costa.

O SR. CLÁUDIO COSTA - Boa noite. Sou o Cláudio do Movimento de Resistência do Orçamento Participativo da Cidade de São Paulo. Rapidamente a cidade dispõe de um fundo municipal de saneamento ambiental e infraestrutura que até março de 2012 era de 600 milhões de reais. Foram empenhados 159 milhões e liquidados 57 milhões. Percebemos que há dinheiro para atender às demandas que se apresentam mas percebemos que ou não há vontade política para aplicar os recursos ou não há planejamento de investimento na questão de prevenção de danos haja vista os viadutos Pompéia e da Ponte da Via dos Remédios. São problemas recorrentes que acometem a Cidade e não está contemplada essa questão da infraestrutura. Por outro lado detectamos que o Executivo, na figura de seu gestor, gasta 6 milhões de reais em consultorias para novos projetos mas a gente não vê a implementação dos mesmos e nem a sua execução.

Finalizando, é vergonhosa a ausência da Secretaria da Habitação. É uma falta de respeito para com o cidadão da cidade de São Paulo. Faremos uma moção de repúdio à ausência da Secretaria de Habitação nas audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Boa noite, Vereador Atilio, representantes de Siurb e

subprefeito Regis Gehlen, bravos guerreiros do povo brasileiro lutando nessas 8 horas e 15 minutos pelas pastas. É importante. É uma luta democrática. É uma luta respeitosa. Por isso que não admitimos falta de respeito. É uma luta como foi pelo servidor da Saúde aqui repudiada, é uma luta séria, digna. A crítica é pesada? É, porque não fizeram! Mas é respeitosa. Não venham com retaliações. Habitação tem de ter respeito. Habitação e Cohab foram convidadas. Com todo o respeito não veio um office boy da Cohab ou da Sehab. Eles desrespeitaram não só este parlamento. Não só a população, as entidades. O povo de São Paulo! O Sr. Ricardo Pereira Leite agrediu o povo de São Paulo com esta ausência ignóbil e que será moção de repúdio. Gostaria ainda, Vereador, que o senhor fizesse, mesmo que não seja na LDO, convocasse a Habitação e outras secretarias, como Cultura e Esportes que estão com obras paradas. O Sr. Carlos Augusto Calil, por exemplo, não entrega biblioteca, não entrega teatro e deve explicações ao povo de São Paulo.

Siurb, muito rapidamente, a demanda recebida pela LDO, “regularização da vazão das bacias do canal Pantanal e Éguas, distrito da Saúde”. Essa obra está no plano de metas e foi abandonada. Ficará para 2013, ou seja, não será cumprida. É, no caso, a meta nº71. A meta 64, regularização do Jardim Orly, Parque Esmeralda, meta 65, drenagem córrego Aricanduva, meta 66 do Plano de Metas que em 31 de dezembro de 2012 tem de estar entregue. Córrego dos Machados, zona Leste, São Mateus. Meta 67, Córrego do Cordeiro. Meta 68, drenagem da Bacia da Aclimação. Meta 69, Bacia do Córrego Verde. Meta 70, vazão da Bacia do Anhangabaú e Córrego das Éguas que eu falei. Metas com zero de execução. Metas com 37,38 milhões de reais. Metas como Aricanduva, obra histórica, 10% executada até maio. Esta é a realidade lamentável de Siurb na cidade de São Paulo.

Para encerrar, já agradecendo o Vereador, os funcionários da Câmara, a imprensa que está até agora, as assessorias, última pergunta: por que Siurb tem a dotação 5063, construção de passarelas para pedestres e há seis anos não executa essa dotação. Será que as pessoas para atravessar morrem, falecem, são atropeladas porque não tem a passarela que

Siurb tem de construir e não constrói. Está no orçamento e vocês não fazem. Deixam o povo ser atropelado. Está errado também mas não tem opção vai andar um quilômetro para atravessar? Exigimos responsabilidade. Para a meta de 2013 só tem uma passarela! Quer dizer, o dinheiro desapareceu. Exigimos resposta. É dotação Siurb. Inclusive na LDO responsável também é a Siurb. É isso. Obrigado a todos. Parabéns pelo excelente trabalho realizado hoje. Repúdio à Sehab. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – O último a falar é o Márcio Freire da Liderança do PT.

O SR. MÁRCIO FREIRE – Obrigado, Sr. Relator. Boa noite. Só três questionamentos rápidos. Na dotação 5064 que é para projetos na Secretaria de Infraestrutura chama ‘pontes, pontilhões e muros de contenção’ tem uma previsão de execução de 25% dessas ações previstas. A minha pergunta é quais são as pontes que serão construídas. Temos visto, e já foi colocado hoje, a questão da demanda de ponte na zona Norte e várias outras, tanto do Rio Tietê quanto do Rio Pinheiros que são as principais. Se o representante da Secretaria puder informar onde serão feitas as pontes.

Em relação aos recursos que a Sabesp deve passar ao Município em função da concessão que foi assinada. Ela tem de repassar 7,5% da Receita e 13% devem ser investidos pela própria Sabesp. Tem um conselho com representantes tanto da Prefeitura quanto do Governo do Estado, são seis representantes, me parece que o secretário de infraestrutura, não estou bem seguro no momento, é um dos representantes. A pergunta é: se a Prefeitura tem controlado esses recursos que a Sabesp deve investir. Tem o plano de investimentos dentro do Plano Municipal de Saneamento. Tem o plano de investimentos que envolve várias áreas de vinculação de córregos que são seis ou oito programas.

Por último, as garagens, tanto as subterrâneas quanto as verticais, são projeto antigo e eu dei uma olhada na LDO e, pelo menos, nas ações que estão listadas para infraestrutura e tem a São Paulo Obras e a São Paulo Urbanismo estão subordinadas mas tem

alguma relação. Se o senhor tem conhecimento desses projetos. Obrigado. A Sra. Maria dos Anjos retornou.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – A Maria dos Anjos. Pois não.

A SRA. MARIA DOS ANJOS – Estava ausente. Vou ser bem rápida. Queria colocar para Siurb é a questão das calçadas. As calçadas, estamos pagando multa, não trouxe o comprovante, pela calçada. Vemos que as avenidas precisam de calçadas adequadas para cadeirantes, para pessoas que precisam de uma calçada decente. Tem calçada que tem degrau como se estivesse subindo uma escada. Então, pedimos que façam calçadas nas avenidas para as pessoas se locomoverem. Outra coisa: nos lugares de pontos de ônibus também faça acesso a cadeirante porque está fazendo muito longe das faixas e vemos que as pessoas que necessitam de calçadas mais planas têm dificuldade de se locomover. Esta é uma coisa que peço para que vocês fiscalizem e vejam o serviço com mais carinho para cuidar dos cadeirantes que São Paulo tem muitos e precisam de calçada decente para locomover. Era isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Obrigado, Maria dos Anjos. Tem a palavra o Sr. Régis Gehlen Oliveira, superintendente de obras. Como disse, Habitação não veio. Mas pelo menos mandou um representante que vai falar à altura do que vocês questionaram aqui.

O SR. RÉGIS GEHLEN OLIVEIRA - Boa noite, cumprimento o Vereador Atilio Francisco e todos os presentes. Sou superintendente de obras da Siurb atualmente. Na gestão do Prefeito Gilberto Kassab já ocupei os cargos de subprefeito do Butantã/Morumbi e de Parelheiros. A ausência do Secretário hoje está justificada porque ele foi compor a delegação da cidade de São Paulo para representar nossa cidade, defender nossa cidade para trazer para cá a exposição mundial de 2020. Ele me pediu para representá-lo nesta audiência pública. Em audiências públicas da Câmara Municipal geralmente o Secretário está presente e acompanhando como muitos que estão aqui sabem.

Vamos procurar responder rapidamente sobre a Siurb e especificamente colocarei na ordem as questões que foram formuladas.

D.Nilda fala a respeito de alguns números. Ela não está mais presente. Esses números não entendi direito mas me parece que se referem a números que foram colocados nos Orçamentos por emendas de vereadores que não é de responsabilidade nossa, do Poder Executivo. São emendas com valores pequenos, dois mil reais, provavelmente ela não deu a fonte desses números e eu não consigo precisar. Imagino que sejam relativos a emendas e isso é um procedimento comum em que aparecem em nossos orçamentos de 2012. Às vezes aparece um real em uma emenda. Isso é comum em procedimentos.

- Aparte fora do microfone.

O SR. RÉGIS GEHLEN OLIVEIRA - Mas eu não posso me responsabilizar, eu, poder público, Executivo, por executar uma obra se há uma dotação de um real. Essa dotação é uma emenda que foi colocada pelos vereadores e que não foi aprovada pelo Poder Executivo. Não houve uma dotação de suplemento que fosse razoável para fazer determinada obra. Imagino que é isso mas seria importante que ela estivesse presente para poder nos esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – É verdade, Sr. Regis, isso realmente muitas vezes os vereadores recebem reivindicações de seu eleitorado, de liderança de bairros e isso é uma iniciativa para poder fazer constar do projeto. Para chamar a atenção do Executivo. O Vereador faz muitas vezes para chamar a atenção do Executivo com relação àquela necessidade de determinada região ou comunidade. É para que o Executivo, que tem a condição de fazer a dotação financeira para determinadas obras, mesmo que sejam obras grandes. Às vezes, o Executivo, por não ter dotação orçamentária para aquele projeto, apenas aprova no Orçamento com um valor simbólico; e, se no futuro a arrecadação tiver um *over price*, que ele possa fazer o remanejamento e atender aquela necessidade. Entendeu? Então, é uma prerrogativa do vereador para incluir no projeto de Orçamento da cidade para atender a

comunidade. De Orçamento em Orçamento aquilo vai passando e no momento adequado o Executivo vai encontrar recursos para poder implementar a obra.

Tem a palavra o Ed.

O SR. ED – É importante entender que o Orçamento contempla não somente as dotações específicas que estão nominadas. Existem várias outras dotações que são genéricas, abrangentes, das quais são destinados os recursos para várias obras. Então, existem as dotações, por exemplo, de obras de drenagem ou de obras de pavimentação, obras viárias, no caso da Siurb que são destinados para várias obras.

O Sr. Antonio Pedro nos questionou a respeito do Córrego Ponte Baixa. Nesse córrego as obras são prioridade número um no Governo Municipal. Essas obras estão em fase de licenciamento ambiental, as licenças estão próximas de serem obtidas. No caso do Córrego Ponte Baixa um convênio com o Governo federal. Parte dos recursos já está disponível e assim que tivermos o licenciamento poderemos iniciar as obras. As obras estão contratadas. Têm duas grandes empreiteiras contratadas. É uma obra de 400 milhões de reais. É uma das maiores obras do Governo Municipal e é nossa prioridade.

Em relação à questão de sanção sobre problemas de trânsito, na realidade, a Siurb é uma executora de obras. As diretrizes referentes a trânsito são dadas pela SPTrans, CET e também por conversações com o Governo do Estado porque há uma grande relação entre a malha viária, a estrutura de trânsito e transporte, e a Siurb é acionada para a execução das obras. Então, seu questionamento tem de ser dirigido em primeiro lugar ao nosso pessoal de transportes que foi objeto da audiência que aconteceu antes dessa.

Em relação à questão do Sr. Claudio sobre o Fundo Municipal de Urbanização, o Fundurb, que é uma das principais fontes de recursos da Siurb. Está sendo dirigido pela Siurb até o último centavo de execução. Foi assim no ano passado e será assim este ano. O Fundo também é compartilhado por outras secretarias, Sehab e outras.

Do ponto de vista de Siurb uma das maiores obras que vem sendo realizadas, e

que já passa por várias gestões, é a Bacia do Córrego do Pirajuçara, no Butantã e no Campo Limpo. Essa região que sofria constantemente com enchentes já a alguns anos não sofre mais com enchentes devido às obras que foram realizadas. E, neste momento estamos em fase de obras intermediárias que vamos concluir até o final do ano dos reservatórios do Dorli, do Esmeraldo e mais uma canalização complementar que falta nesse trecho.

E, nessa bacia o Governo do Estado através do DAE também está executando obras de canalização. Já foram feitos diversos investimentos em todo esse canal e inclusive construído diversos piscinões, sendo um deles o Piscinão Chá(?) que foi inaugurado a dois anos, um dos maiores piscinões da cidade de São Paulo.

Em relação aos usos do Sr. Cláudio em relação aos Viadutos Pompéia e Ponto dos Remédios, o Viaduto Pompeia foi uma situação emergencial. Ocorreu um incêndio sob o viaduto. Esse incêndio danificou três trechos do viaduto e tivemos de intervir emergencialmente. Quando aconteceu o incêndio, fizemos uma análise o mais rápido possível sobre a possibilidade de liberação do trânsito numa região onde é complicada a interrupção de trânsito, não apenas para os veículos, mas para os transportes públicos também. Conseguimos uma solução de engenharia que nos permitiu liberar a parte central de um dos lados a ponte e procedemos aos reparos necessários. Essa obra está com previsão de término até o mês que vem.

O caso da Ponte dos Remédios foi um acidente que aconteceu. Um trecho da ponte por questões que não se sabe ainda a origem, mas foi um erro construtivo. Essa ponte é muito antiga e um trecho lateral que tinha uma passarela de pedestres, estava sem uma armadura que não foi colocada na construção, mas que estava previsto no seu projeto de execução. E, por isso ruiu aquele trecho. Tivemos de fazer a recomposição em caráter emergencial e entregamos este mês a obra totalmente recuperada.

Hoje com relação a investimentos em pontes e viadutos na cidade de São Paulo nós contratamos pela primeira vez um amplo estudo de avaliação das obras de artes, túneis,

pontes, os viadutos e também as passarelas e pontilhos. Ressalto que as passarelas são uma questão que vem à frente, por lei, nas subprefeituras, e hoje é da competência da Secretaria de Subprefeituras e não da competência de Siurb. A dotação que está aí é um erro orçamentário. Estamos hoje conversando e fazendo um trabalho junto com a Secretaria de Subis, não é uma questão de competência, que vamos deixar abandonadas as passarelas na cidade de São Paulo. Nós conversamos com as Secretaria das Subprefeituras para englobar nesse nosso levantamento que está sendo feito hoje de todas as obras de artes para fazer um diagnóstico da situação delas e determinar um planejamento de curto, médio e longo prazo.

Há estruturas na cidade de São Paulo que exigem hoje a intervenção imediata, outras estruturas exigem uma intervenção a médio prazo e outras a longo prazo para podermos ter um plano de manutenção. A nossa gestão está perseguindo o objetivo de ter um plano de manutenção e de conservação periódico. E, nisso nós investimos na contratação desse levantamento que vai terminar em três meses.

Além disso, com relação a túneis e pontes nós já estamos com 13 milhões de reais disponíveis para aplicação e estamos em fase de contratação de dez obras prioritárias. Que estão em estado crítico e que são as que mais precisam de intervenção.

O Fábio Siqueira fala dos vários projetos que estão no plano de metas. Posso dizer do nosso plano de metas o que está em execução em 2012, o que está previsto para ser executado em 2013 e nos anos subsequentes.

Temos, hoje, o investimento no Córrego do Pirajuçara, o Jardim de Oli (?) e Parque Esmeralda, que nós vamos concluir neste ano. O Aricanduva é uma obra que já se estende por diversas gestões, e nesta gestão nós executamos vários reservatórios. Estamos entregando, neste mês, mais um reservatório – piscinão – na região. E concluímos, neste ano, os investimentos nessa (Ininteligível). E agora estamos licitando a complementação das obras do Aricanduva. Então é um trabalho que vem vindo de várias gestões. Nós cumprimos uma etapa,

estamos colocando a licitação para cumprir essa próxima etapa nos próximos anos. Nós temos a questão do Machados, que já foi feita uma parte das obras nessa gestão, de canalização; e ainda tem o piscinão e obras complementares que vão estar na próxima gestão. O Cordeiro está em execução neste ano. Está em fase de licenciamento. As obras estão contratadas, e são no montante de 150 milhões de reais. E esta obra, por requerer intervenções bastante amplas, vai se estender não só para o ano, 2013, mas para o ano de 2014, ou, talvez, 2015, porque existe uma série de interferências.

Todas as grandes obras na cidade de São Paulo são extremamente difíceis de serem executados porque não estão isoladas no mundo – elas estão no meio de um ambiente urbano em que nós temos, como vocês todos sabem, moradias, o que nos faz, às vezes, providenciar reassentamento de famílias, temos as questões de desapropriação. Às vezes uma questão de desapropriação é complicada. Por exemplo, no caso do Complexo Padre Adelino, nós ficamos praticamente um ano e meio parados em função de uma ação judicial que nos impedia de terminar uma alça da Padre Adelino, vital para o deixar o conjunto em operação, mas conseguimos agora, neste ano, inaugurar a obra do Complexo Adelino e concluir a obra da famosa Ponte Estaiadinha, conforme chamamos hoje.

A drenagem da Bacia da Aclimação está em andamento, e será concluída neste ano. Na Bacia da Aclimação, foi feito um trabalho amplo de alteração da concepção inicial projetada há alguns anos. E nós trocamos um vertedor que tinha lá para um novo, que passou a funcionar como se fosse um piscinão. Essa alteração foi após aquele acidente que ocorreu, em que a água do lago acabou escoando. E nós fizemos um novo projeto, que permitiu usar o lago como um piscinão. E a gente conseguiu reservar 50 mil m³ de água com esse novo projeto, economizando, para o Município, um investimento de 50 milhões. Com uma obra de pouco menos de dois milhões, nós economizamos a necessidade de fazer um investimento de 50 milhões, além de termos resolvido muitos problemas de drenagem, de inundação que a gente tinha na região. Isso nos permitiu economizar neste contrato da Bacia da Aclimação, ora

em curso.

O Córrego Verde faz parte do piscinão Abegoária e Córrego Verde, que está em fase de licenciamento ambiental. Nós não conseguimos, até o momento, a liberação ambiental desse reservatório, e a previsão é de execução das obras a partir do ano que vem. Nós acreditamos que até o final deste ano conclua-se o licenciamento ambiental. Nós temos contrato, temos recursos, está disponível, mas o licenciamento ambiental não foi possível ainda de obter porque nós tínhamos também uma liminar na justiça que nos impedia de desenvolver os trabalhos com a empreiteira contratada.

O projeto para o Córrego Paraguai e Éguas teve de ser revisto. O projeto anterior mostrou-se, numa análise mais detalhada, inadequado, e ele não será desenvolvido ainda nesta gestão parte da execução das obras.

Sobre o Córrego Ponte Ponte Baixa eu já falei.

O Complexo Viário do Jaraguá, que estava no Plano de Metas, teve uma parte das obras feitas – foi construído o viaduto nesta gestão. E faltam as obras complementares de acesso que estão próximas de uma região de proteção ambiental, e nós estamos em fase de licenciamento.

O prolongamento da Radial Leste, que, na realidade, o nome está incorreto, porque, desde o início, isso não é um prolongamento, mas obras complementares, acessórias à Radial Leste. São diversas obras que contemplam acessos, canalizações de córregos próximos. Essas obras estão em andamento, contratadas pela Siurb, e são obras complexas, dependem de remoção de moradias, desapropriações, e elas vão se estender para os próximos anos, mas nós já estamos executando um pedaço.

O Anel Viário do Parque do Guarapiranga está em licitação. Nós estamos, no trabalho de licitação, preparando tudo para a próxima etapa de execução das obras.

A duplicação da estrada do M'Boi, que vem sendo falada: nós já estamos com o contrato em curso. Praticamente duplicamos 700 metros próximo ao Hospital do M'Boi. Esse

contrato está com 90% pronto. Havia uma questão de desapropriação e de interferência com concessionária, e também de remoção de algumas moradias. Nós removemos essas moradias e estamos em fase final de resolver essas interferências nesse trecho próximo ao hospital. Então aí nesse trecho nós já desenvolvemos, e o complemento desta duplicação também está em fase de licitação.

O prolongamento da Av. Roberto Marinho, também uma obra bastante grande, de mais de um bilhão de reais, que está sendo tocado com base nos recursos da Operação Urbana, é uma obra complexa, que está em início de obra. Isso vai se estender pela próxima gestão, e talvez até mais uma gestão em função da sua complexidade.

Nós falamos aqui também da duplicação da estrada da Riviera – isso daqui não está nos nossos projetos momentâneos. Nós fizemos uma obra da estrada da Riviera, que estava ligada com o Parque do Guarapiranga, e concluímos essa obra agora, no mês passado.

Em frente ao parque, nós fizemos toda uma readequação do sistema de drenagem do parque e uma readequação do viário em frente ao parque, no Jardim Herculano.

- Manifestação fora do microfone.

REGIS GUEHLEN OLIVEIRA – Não, mas isso não faz parte do nosso escopo. Nós acertamos a questão da drenagem local.

- Manifestação fora do microfone.

REGIS GUEHLEN OLIVEIRA – O que é isso a que a senhora se refere? É ao Orçamento de 2012?

- Manifestação fora do microfone.

REGIS GUEHLEN OLIVEIRA – Isso foi uma emenda colocada. A senhora não estava aqui. O Vereador explicou. Qual o recurso?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. _____ - Capão Redondo ao Terminal Jardim Ângela: 2 mil; duplicação da estrada Guarapiranga, da Guido Caloi até a estrada do Guavirituba: 2 mil. Não é

emenda, está aqui na dotação orçamentária. É uma pena que a pessoa que mexe e manda no Orçamento não está aqui para justificar muita coisa.

O SR. REGIS GUEHLEN OLIVEIRA - Desconheço porque foram colocados 2 mil reais. Desconheço essa informação do porquê foi colocado. A responsabilidade do Orçamento não é minha. O Orçamento passa pela Secretaria de Planejamento e passa pela Câmara Municipal. O porquê tem 2 mil reais em cada um desses itens não sei.

A SRA. _____ - Pois é. Os Srs. Vereadores não estão mais aqui para explicar.

O SR. REGIS GUEHLEN OLIVEIRA - Nós temos ainda como metas, que faz parte da revitalização do Parque Dom Pedro, todo um trabalho de readequação.

Estamos com um contrato para melhorar o viário do Parque Dom Pedro, já em início de obras.

O projeto global do Anhangabaú não pôde ser feito, em sua totalidade, porque não houve a concordância ambiental com ele. Então esse projeto não pôde ser colocado em prática.

Acho que acabei respondendo a todas as questões relacionadas com o Plano de Metas. Acabei explicando também que foi referência da questão da dotação 50.63, de passarelas. A responsabilidade de passarelas é da Secretaria de Subprefeituras.

A SRA. _____ - Sobre passarelas gostaria de falar também. A do M'Boi Mirim, próxima ao hospital, como está.

O SR. REGIS GUEHLEN OLIVEIRA - Essa passarela foi uma demanda de vocês, da comunidade. Essa passarela está em projeto, está em Siurb e nós pretendemos colocá-la em prática ainda nesta gestão.

Já fizemos o projeto, atendendo à reivindicação de vocês, que é o complemento desta nossa obra de duplicação no trecho em frente ao hospital. Atendemos à demanda de vocês. Fizemos o projeto. Está na minha mão e já estou para colocar em licitação.

Se a licitação, dentro dos prazos legais, tiver sucesso dentro da nossa gestão, vamos começar as obras e, se possível, entregá-la dentro dessa gestão.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) - Só para salientar a lista mencionada. De repente, essa lista de reivindicações foi colocada no primeiro parecer do Orçamento do ano passado.

O Relator recebe as reivindicações através das audiências públicas e inclui. Mas realmente a questão por falta de dotação orçamentária fica figurada no Orçamento e, dificilmente, o Executivo levará avante se não tiver recurso para implementar as obras. É o que ele disse há pouco.

O SR. REGIS GUEHLEN OLIVEIRA - É importante frisar, Sr. Vereador, eu, principalmente, como superintendente de obras, adoraria ter bilhões na minha mão para eu poder fazer obras, pois sabemos da necessidade da Cidade de São Paulo, aliás, muito maior do que sou capaz de ter em mãos durante 1 ano de Orçamento; e mesmo durante 4 anos de uma gestão.

Se pudesse ter todo recurso disponível, poderia tocar os projetos. O que fazemos é trabalhar, em função das metas já definidas nos nossos planos plurianuais; das metas definidas pela Câmara; e das metas de Orçamento aprovadas pela nossa Secretaria de Planejamento; no sentido de cumprir os projetos já determinados e aqueles outros, que temos priorizado para trabalhar durante o ano.

A Siurb tem cumprido seu orçamento e tem executado os recursos disponíveis. A Siurb não tem devolvido recursos no final do ano.

A SRA._____ - Vocês não concordam que vocês têm muitos projetos e pouca obra, principalmente nas regiões periféricas da Cidade, aliás, ali, nenhuma?

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) - Não se pode confundir projeto com reivindicação. Às vezes conta do Orçamento uma reivindicação, que não é projeto ainda.

A SRA._____ - Não, estou me referindo ao Plano de Metas.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) - Fica a critério do Poder Público fazer a análise se vai instaurar o projeto, implantar o projeto ou não.

A SRA. _____ - Estou me referindo ao Plano de Metas, da agenda 2012.

O SR. REGIS GUEHLEN OLIVEIRA – Sim, acho que um Plano de Metas é composto justamente por isso: por metas.

Então o Poder Público vai tentar buscar as metas. Certas metas dependem de recursos e esses recursos podem não ser obtidos. Às vezes, esses recursos podem depender de parcerias com os governos estadual ou federal, que podem não ser viabilizados e podem depender de recursos de financiamento externos. São metas. O Governo procura trabalhar dentro do cumprimento das metas.

O que tenho absoluta certeza é que estamos cumprindo com a execução orçamentária, com os recursos disponíveis e temos trabalhado na execução dos projetos.

É muito importante entender que para executarmos uma obra de engenharia complexa é preciso ter etapas. Essas etapas acontecem a partir de uma demanda que existe. Precisamos de um tempo para fazer os projetos. Esses projetos custam dinheiro e, aliás, foi um outro questionamento feito aqui.

Em geral, um projeto de obra de engenharia, complexo, varia entre 5% a 10% do seu valor. Isto é comum em qualquer obra de engenharia do setor público ou do setor privado. Tem de investir, primeiramente, num projeto. Esse projeto demora para ser executado e após sua conclusão é que podemos fazer uma licitação para a execução das obras.

Então, primeiro, precisamos fazer primeiro uma licitação para execução dos projetos, contratar os projetos e, depois deles prontos, fazer outra licitação para contratar as obras. Em grandes projetos isso leva bastante tempo. Esse prazo, muitas vezes, é considerável.

Às vezes, trabalhamos numa gestão para fazer projetos que só vão começar em

meados da próxima gestão, ou ainda na seguinte à próxima.

O Márcio Freire questionou sobre os projetos de pontes, pontilhões e de contenções, acho que respondi um pouco em relação aos investimentos feitos na contratação dessa empresa responsável pelo diagnóstico e por priorizar nossas ações, e também dos recursos já em caixa para a execução neste ano.

Como previsão de que nosso objetivo é a diretriz orçamentária para 2013, nossa previsão é ter um plano para poder dimensionar os recursos necessários para o próximo ano e para os exercícios subsequentes.

Em relação aos recursos mencionados de investimento da Sabesp, é uma outra meta da nossa gestão. Onde há recurso disponível, estamos atrás para pegá-los e um deles é o da Sabesp. Estamos, inclusive, aplicando os recursos da Sabesp na execução da canalização do Córrego Curtume-Tiburtino, na Lapa, região que alaga bastante.

Trata-se uma obra difícil de ser executada. A região tem interferências demasiadas. É uma região muito antiga. Por onde passa essa rede do Curtume-Tiburtino – que é uma galeria de águas de chuva, portanto, uma galeria pluvial – tem uma rede da CPTM que também tem interferências muito antigas com redes de concessionárias. Tudo isso exige uma complexidade bastante grande de projeto e de readequação de projetos que já haviam sido executados.

Mas, então, estamos utilizando esses recursos da Sabesp para poder aplicar neste projeto de enorme interesse da nossa administração e da população.

Outro item colocado, em relação às garagens. Realmente há carência na Cidade. Estamos em fase final de preparação da licitação para contratação para nova operação da garagem da Praça Roosevelt.

É um outro grande investimento da gestão, a ser concluído ainda este ano: a Praça Roosevelt. Esse projeto conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Estamos em fase de licitação da garagem e entregaremos a praça até o final

deste ano.

Por último, sobre o questionamento da Maria dos Anjos, em relação às calçadas e acessibilidade das mesmas perto dos pontos de ônibus. Essa é uma atribuição da Secretaria de Subprefeituras e não da Siurb.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. REGIS GUEHLEN OLIVEIRA – É importante a senhora entender que calçadas é responsabilidade das Subprefeituras, a fiscalização. As calçadas são obrigação do particular, do proprietário do terreno.

Em alguns casos na Cidade de São Paulo, a Prefeitura pode, nas vias estratégicas, pois temos legislação específica para isso aprovada pela Câmara, executar calçadas em avenidas principais com grande volume de tráfego. Depois, deixamos para conservação pelo particular que é a nossa lei.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. REGIS GUEHLEN OLIVEIRA – Era isto que tinha, Sr. Vereador, de respostas.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Gostaria que o senhor fizesse suas ponderações finais, por favor.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. REGIS GUEHLEN OLIVEIRA – Córrego Vermelho, onde é, desculpe.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. REGIS GUEHLEN OLIVEIRA – No Ipiranga. Não há nenhuma previsão se obras no Córrego Vermelho.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. REGIS GUEHLEN OLIVEIRA – Temos uma obra que está em fase de licenciamento que é a do Córrego Mirassol, na região do Ipiranga.

Estamos ainda fazendo uma obra emergencial na Ricardo Jafet, no Córrego do

Ipiranga.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. REGIS GUEHLEN OLIVEIRA – Esse não tem previsão de obras agora.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Só para ouvirmos as ponderações finais do Sr. Regis.

Como o tempo já está escasso, peço a quem tiver mais perguntas, por favor, encaminhem por escrito.

Sei que todos estão cansados, aproveito para agradecer a boa vontade de todos. Espero que possam me indicar para ser Relator do Orçamento, pois teremos inúmeras audiências públicas, temáticas, se possível com esse tempo de duração, assim todos podem falar tudo o que gostariam e também cobrar de nós, Parlamentares. Assim, podemos incluir no Orçamento para o bem da Cidade.

É claro que todos são conhecedores das causas e necessidades. Foi bom termos essa audiência com esse tempo de duração para poderem apresentar aos Srs. Secretários e representantes o que é de importância tanto para o bairro de vocês, como para a comunidade, e, claro, para a Cidade de São Paulo.

Então, Sr. Regis, peço suas ponderações finais e obrigado pela presença.

O SR. REGIS GUEHLEN OLIVEIRA – Vereador Atilio, agradeço a oportunidade da Administração Gilberto Kassab estar aqui, poder colaborar com a Câmara Municipal, no sentido da contribuição mútua para o Orçamento 2013. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Atilio Francisco) – Obrigado o senhor. Obrigado a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.